

Letras e Artes



Nárlen Dayane Advíncula-Miguel

DISCURSO E REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA NO MANIFESTO

O Visconde de Ouro Preto aos seus
concidadãos, do Visconde de Ouro Preto
(1891)



editora **UFOP**

DISCURSO E REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA NO MANIFESTO

O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos,
do Visconde de Ouro Preto (1891)



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Reitora

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Reitor

Hermínio Arias Nalini Jr.



editora**UFOP**

Diretor

Prof. Frederico de Mello Brandão Tavares

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Assessor da Editora

Alvimar Ambrósio

Diretoria

André Luís Carvalho (Coord. de Comunicação Institucional)

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp (PROEX)

Paulo de Tarso A. Castro (Presidente Interino do Conselho Editorial)

Sérgio Francisco de Aquino (PROPP)

Tânia Rossi Garbin (PROGRAD)

Conselho Editorial

Profa. Dra. Débora Cristina Lopez

Profa. Dra. Elisângela Martins Leal

Prof. Dr. José Luiz Vila Real Gonçalves

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino

Profa. Dra. Lisandra Brandino de Oliveira

Prof. Dr. Paulo de Tarso Amorim Castro

Nárllel Dayane Advíncula-Miguel

DISCURSO E REPRESENTAÇÕES
DA MEMÓRIA NO MANIFESTO

O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos,
do Visconde de Ouro Preto (1891)

Ouro Preto
2017



© EDUFOP

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Capa

Daniel Ribeiro Pires

Diagramação

Pollyanna Assis

Revisão

Rosângela Zanetti

Ficha Catalográfica

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br

A244d Advíncula-Miguel, Nárlen Dayane.

Discurso de representações da memória no manifesto: o Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos, do Visconde de Ouro Preto (1891) / Nárlen Dayane Advíncula-Miguel. Ouro Preto : Editora UFOP, 2017.
196 p.: il., graf., tab.

1. Visconde de Ouro Preto (Ouro Preto, MG). 2. Linguagem e história.
3. Memória na literatura - Discursos, alocações, etc. I. Universidade Federal de Ouro Preto. II. Título.

CDU: 378:930.85

ISBN 978-85-288-0354-9

Todos os direitos reservados à Editora UFOP. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora.

EDITORA UFOP

Campus Morro do Cruzeiro

Centro de Comunicação, 2º andar

Ouro Preto / MG, 35400-000

www.editora.ufop.br / editora@ufop.br

(31) 3559-1463

Para minha Mãe.

Para meu Pai.

Para Márllon.

Para Éllen.

Uma experiência dialética. É isso!

AGRADECIMENTOS

De coração, muito obrigada a você e a

Deus, pelas bênçãos!

Minha Mãe, pela sabedoria!

Meu Pai, pelo amor!

Éllen, linda, pela alegria!

Márllon, pelas palavras de apoio!

Cristiano, pelo companheirismo!

Vó Lada, pelas orações!

Vó Geralda, pelos tantos “eu te amo, querida!”

Prof. William Augusto Menezes, pela generosidade!

Gabriele Flausino, pelo carinho!

Moisés, pela “la cumplicidad”!

GEDEM, pelas brilhantes discussões! Não era apenas um grupo de estudos, mas um grupo de amizade!

FAPEMIG, pela bolsa de estudos!

Esta obra foi selecionada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Ouro Preto, a partir do Edital nº 002/2014 da Editora UFOP, para editoração eletrônica de trabalhos originados de teses e dissertações.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo

Programa de Pós-Graduação em Letras

Coordenador Prof. Dr. Adail Sebastião Rodrigues Júnior

Orientador Prof. Dr. William Augusto Menezes

Comissão Editorial

Adail Sebastião Rodrigues Júnior (UFOP)

Clézio Roberto Gonçalves (UFOP)

Emílio Carlos Roscoe Maciel (UFOP)

Giacomo Patrocínio Figueiredo (UFOP)

SUMÁRIO

17	PRÓLOGO
21	APRESENTAÇÃO
22	O Manifesto: implicações empíricas e teóricas
	CAPÍTULO 1
29	CORPUS E METODOLOGIA DA PESQUISA
30	1.1 Afonso Celso: uma personalidade parlamentar
34	1.2 Santa Cruz de Tenerife: desembarque oportuno
40	1.3 Sexta-feira, 15 de novembro de 1889
45	1.4 Procedimentos metodológicos
	CAPÍTULO 2
51	PELAS VIAS DO DISCURSO
52	2.1 O processo de semiotização do mundo
53	2.1.1 Semiotização: ângulos e olhares sobre a Proclamação da República no Brasil
58	2.2 Ato de linguagem
61	2.2.1 O Manifesto: projeto ou projetos de escritura?
	CAPÍTULO 3
69	OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO
70	3.1 Modo de organização enunciativo
71	3.2 Modo de organização descritivo
72	3.3 Modo de organização narrativo
74	3.4 Modo de organização argumentativo
75	3.4.1 Procedimentos semânticos
77	3.4.2 Procedimentos discursivos
78	3.4.3 Procedimentos de composição
78	3.5 A organização enunciativa do Manifesto
79	3.5.1 “Não escrevi o manifesto para os estrangeiros e, sim, para os meus compatriotas”
92	3.5.2 Respondendo às agressões

98	3.5.3 Narrativa de sedução
106	3.6 A organização argumentativa do Manifesto
110	3.6.1 “Eis a verdade em todos os pormenores”
113	3.7 “Afirmais o que sois, é quanto basta”

CAPÍTULO 4

121	AO ABRIGO DA MEMÓRIA
124	4.1 A memória discursiva
127	4.2 Em meio a discursos e contradiscursos
124	4.3 Da escrita impetuosa à reedição minuciosa
143	4.4 Despertando sentidos

CAPÍTULO 5

159	CONSIDERAÇÕES FINAIS
163	REFERÊNCIAS
171	APÊNDICES
195	SOBRE A AUTORA

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

E.O – Espaço de Origem

E.R. – Espaço Relatado

EUc – EU Comunicante – Sujeito Comunicante

EUe – EU Enunciador – Sujeito Enunciador

FD – Formação Discursiva

I.O – Interlocutor de Origem

I.R. – Interlocutor Relator

L.O – Locutor de Origem

L.R. – Locutor Relator

T.O – Tempo de Origem

T.R. – Tempo Relatado

TUd – Tu Destinatário – Sujeito Destinatário

TUi – Tu Interpretante – Sujeito Interpretante

**E O BRASIL
PASSA
A SE CHAMAR
REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO
PLANEJA-
MENTO!**



Drummond & Ziraldo (1981, p. 71)

PRÓLOGO

Ao lado da dimensão pessoal, a dimensão histórica,
nesta necessariamente refletida aquela...
(MARCO MACIEL, 1978)*

“Baseado em fatos reais” (pelo menos, é o que se supõe!). Está aí um enunciado que sempre me despertou interesse e motivação de estudo. Diários transformados em livros, como o *Minha vida de menina*, de Helena Morley (pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant), possuem esse “brilho”. Nesse livro, com vivacidade e bom humor, uma garota de província, do final do século XIX, desenha um retrato vivo de sua história passada em Diamantina, Minas Gerais, entre os anos de 1893 e 1895. Dessa obra, guardo a angústia que senti ao ler a descrição da morte de sua avó:

Vovó morreu! Ó querida vovó, para que Deus a levou e me deixou sozinha no mundo com tantas saudades! Sozinha sim, minha avozinha querida, pois não era a senhora a única pessoa que me compreendeu até hoje? Quem encontrarei mais na vida para dizer-me que sou inteligente, bonita e boazinha? Quem mais se lembrará de me dar um vestido bonito para não ficar inferior às primas? Quem discutirá com mamãe, procurando sempre defender-me e achando em mim qualidades, quando os outros só encontram defeitos? (MORLEY, 1998, p. 200)

Imagino que, por ser um diário e pressupor a veracidade do que está escrito, meu envolvimento com a obra tornou-se especial. Sempre quando me deparo com fragmentos do passado da vida de alguém ou de algum acontecimento, sinto imensa curiosidade em conhecer essas memórias. Conforme Ricoeur (2007, p. 17), “perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá...”. Deparar-se com memórias é estar diante da *eikōn* de Platão, diante de uma representação presente de uma coisa ausente. Talvez essa preocupação com a memória represente um desespero em

conservar corretamente uma lembrança e afastá-la do fantasma do esquecimento por meio da escrita.

Quando decidi participar do processo seletivo para o Mestrado em Letras da Universidade Federal de Ouro Preto, procurava alguma obra para ser analisada, na dimensão dos Estudos da Linguagem, que se relacionasse com a memória e com a região, sobretudo com a cidade de Ouro Preto. Uma cidade que respira memória! Sobretudo uma memória histórica, política, cultural, uma vez que ela foi palco de intensa atividade política, sendo uma das maiores produtoras de ouro para a Coroa Portuguesa durante o século XVII. Imbuída desse objetivo, decidi investigar alguma obra “baseada em fatos reais” que tivesse sido escrita por algum cidadão ouro-pretano ou que se referisse à cidade de Ouro Preto.

Nesse trabalho de garimpagem, encontrei uma figura de forte expressão política do segundo Reinado do Brasil, embora pouco conhecida – o Visconde de Ouro Preto (título nobiliárquico atribuído a Afonso Celso de Assis Figueiredo, em 1888). Decidi então, dentre suas obras, ler *A Marinha D’outrora: subsídios para a história*, de 1894, um livro baseado nas lembranças do Visconde a partir de sua participação como Ministro da Marinha durante a Guerra do Paraguai – guerra travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), de 1864 a 1870. A aparente precisão das informações e a riqueza de detalhes sobre o “teatro da luta” (é assim que o Visconde se referiu à guerra) são marcadas por uma narração extremamente “teatral”. O fio narrativo cria imagens excepcionalmente fortes acerca das batalhas travadas. Corpos, lutas, mutilações... Sangue! Segundo o Visconde,

Escorrega-se no sangue, tropeça-se sobre cadáveres, mas a luta continua ardentemente acesa (...). É quase impossível descrever o sublime horror desse prélio infernal, concentrado em poucas braças de espaços e no qual cerca de sete mil homens procuravam desapiedadamente exterminar-se! (OURO PRETO, (1894) 1981, p. 102-103, grifo do autor)

Embora essa obra também tenha me fascinado, haja vista sua forte ligação com a realidade, sobretudo histórica, foi o contato com outro

livro do Visconde que me trouxe mais interesse de análise, principalmente devido a três aspectos: por se tratar de uma escrita baseada em um acontecimento político real, por se tratar de uma escrita marcada por estratégias de captação do leitor e por constituir-se de reminiscências. É a obra **Advento da Dictadura Militar no Brazil**, de 1891.

Assim, num certo sentido, neste livro você encontra o resultado dessa viagem “linguisticamente fascinante” pelas vias do discurso, da memória e da História.

APRESENTAÇÃO

Em linhas gerais, a obra **Advento da Dictadura Militar no Brazil** apresenta a versão do Visconde de Ouro Preto acerca da Proclamação da República no Brasil, ocorrida em 15 de novembro de 1889. Devido ao fato de Afonso Celso ter sido um político atuante, de fortes raízes monarquistas e ter presidido o último ministério do Reinado de D. Pedro II, foi condenado à prisão e ao exílio, por ordem do Marechal Deodoro da Fonseca, no mesmo dia em que a República foi proclamada.

Durante sua viagem para o exílio, com destino a Hamburgo – na Alemanha, o Visconde escreveu, em Santa Cruz de Tenerife, província espanhola, em 9 de dezembro de 1889, um Manifesto intitulado **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos** e o publicou no suplemento do Jornal português **Commercio de Portugal**, nº 3.122, de 20 de dezembro de 1889. Na época, essa publicação gerou grande repercussão em jornais, como o **Jornal do Commercio**, **Século** e **Gazeta de Notícias**, sobretudo no Brasil. Por causa disso, no ano de 1891, na França, Afonso Celso decidiu publicar o livro **Advento da Dictadura Militar no Brazil**, no qual apresenta a reedição desse mesmo Manifesto, entretanto incorporado de citações de artigos de jornais da época, cartas e documentos escritos por políticos republicanos e monarquistas brasileiros, bem como composto de diversas notas de rodapé. Nessa reedição, segundo menciona o próprio Visconde, ele tinha o intuito de corroborar suas “teses” apresentadas no Manifesto de 1889 e também manter viva sua versão dos fatos, para que suas convicções não fossem consumidas no calor dos acontecimentos da ocasião. Para justificar a publicação de 1891, afirmou: “Ordinariamente os jornaes perdem-se ou consomem-se ao cabo de algum tempo; o mesmo não succede com um livro”. (OURO PRETO, 1891, p. 1)¹

¹ Ressaltamos que todas as transcrições feitas do livro **Advento da Dictadura Militar no Brazil**, do Visconde de Ouro Preto (1891), foram diplomáticas, ou seja, optamos por conservar a ortografia da época.

O Manifesto: implicações empíricas e teóricas

O Manifesto reeditado evidencia um desejo do Visconde em deixar para a posteridade uma marca pessoal que possa ser recordada por gerações futuras. Essa “vontade de memória” e “vontade de verdade” fazem com que o Manifesto possua algo significativo no que diz respeito à linguagem e às representações da memória, porque pertence a um sujeito que vivenciou, como participante ativo, o fim do Regime Monárquico e o início da República no Brasil, deixando uma escrita pessoal do evento. Trata-se, portanto, de uma abordagem da versão de Afonso Celso como parte do acontecimento discursivo, apresentando impressões relevantes sobre aquele momento de disputa política. Essa representação que o Visconde faz da República instigou-nos a refletir sobre como seu discurso é construído e como as representações da memória se apresentam em seu texto.

Tomamos pelo termo Discurso os usos da língua e os efeitos possíveis a partir dos enunciados do Manifesto, conforme as formulações de Charaudeau (2001). Para o termo Representações da Memória, consideramos as manifestações linguageiras que, segundo Payer (2005), acionam aspectos significativos da memória na dimensão discursiva. Ao falarmos de memória, consideramos que ela possui duplo papel: o de recordação e o de parte das estratégias do sujeito como expressões dos saberes de crença e de conhecimento que compartilha com indivíduos de sua época, como indícios situacionais do gênero discursivo em que o autor se insere e como materialidade linguística discursiva presentes nos modos de organização do discurso.

O presente estudo pode ser relevante para o âmbito dos Estudos da Linguagem, pois, além da análise das relações entre linguagem e memória, o Manifesto pode propiciar reflexões sobre a manifestação política e o memorial do Visconde do último Império e da nascente República brasileira, permitindo-nos apreender que seu discurso constitui-se de identidade e de representações da memória.

Fato interessante na obra é a expressão “dictadura militar” ser apresentada pelo Visconde em 1889 quando, aparentemente, era pouco comum

essa manifestação linguística naquele período e que acabou sendo adotada no âmbito político brasileiro. É curioso que o título de sua obra seja “Advento da Dictadura Militar no Brazil” em contraposição ao “Advento da República no Brasil”, jornal da época, o que nos remete ao caráter não arbitrário de sua escrita, que parece ser prospectiva. Tratamos desse tópico no Capítulo 4, **Ao Abrigo da memória**, seção 4.4, **Despertando sentidos**, no qual falamos a respeito das memórias das formas de signos.

Existem alguns aspectos a serem pensados na obra do Visconde, que podem ser perspectivas de pesquisas futuras, não só de Estudos do Discurso, mas para outras áreas como a Historiografia. Em primeiro lugar, há de se considerar que existem poucas pesquisas que abordem esse Manifesto. Na verdade, o Visconde é, na maioria das vezes, apenas mencionado em obras da Historiografia como um personagem que presenciou a queda da Monarquia brasileira². Assim, podemos considerar a possibilidade de a História ter esse Manifesto como uma fonte e, do ponto de vista literário, o Manifesto pode se configurar como uma narrativa autobiográfica caracterizada pelas reminiscências do autor, por vezes, evada de subjetividade. Desse modo, nosso objetivo dialoga com a memória e representa um acontecimento político-histórico do Brasil, por meio de uma prática discursiva, demonstrando-nos a possibilidade de nos defrontarmos com fragmentos memorialísticos da época. Além disso, contemplamos aspectos das práticas discursivas da política, da História e da Literatura marcados pelos valores em conflito, no quadro tradicional de vivência do autor, e na nova ordem em que se manifesta por sua narrativa, bem como uma compreensão acerca das representações da memória na sua encenação.

Em segundo lugar, a obra do Visconde pode oferecer outras possibilidades de reflexão como, por exemplo, ser útil para deprendermos a instauração do regime autoritário no Brasil e suas recorrências, por meio dos golpes militares, nos anos de 1930, 1937 e 1964. O fato de terem

² Algumas obras são: **Historico da Fundação da República Brasileira**, de Alexandre Dias Ferreira Júnior (1890); **História do Brasil**, de Boris Fausto (1995); **D. Pedro II: ser ou não ser**, de José Murilo de Carvalho (2007); **Da Monarquia à República: momentos decisivos**, de Emília Viotti da Costa (2010).

ocorrido novas sedições militares remonta ao que o Visconde salientou, quando disse que a implantação da República no Brasil abalaria a nação por meio do autoritarismo, pois a politização das instituições militares evidenciou-se desde o ano de 1889.

Em terceiro lugar, o Manifesto insere-se na questão do exílio no Brasil, como uma medida comumente adotada em golpes militares, e também na questão da censura, pois as publicações do Manifesto, primeiramente em um jornal e depois em um livro, ocorreram em tipografias portuguesa e francesa, respectivamente. As ocorrências desses dois pontos, exílio e censura, na história do Brasil, merecem destaque, embora não agora, pois também foram recorrentes nos anos de 1930, 1937 e 1964.

Por fim, ressalta-se ainda que o Visconde nasceu na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, um espaço cultural que se tornou potencialmente propício para reflexão teórica e produção de conhecimentos na área dos Estudos da Linguagem. Tal atividade de pesquisa poderá permitir abordagens discursivas sobre a memória a partir do domínio político na região onde a própria Universidade Federal de Ouro Preto se insere. Se a cidade de Ouro Preto possui seus acervos documentais, literários, arquitetônicos e artísticos como materiais acessíveis à pesquisa acadêmico-científica de muitos pesquisadores, as reminiscências do Visconde podem-se configurar como uma das fontes de dados, sobretudo de dados pessoais, da origem e das novas relações políticas ocorridas no Brasil na transição da Monarquia para a República.

Por estarmos tratando de Estudos da Linguagem, interessa-nos a obra em seu caráter discursivo. Em nosso entendimento, o presente estudo não tem por objetivo fazer uma análise historiográfica ou fazer eco às versões do Visconde sobre a queda da Monarquia e a instauração do regime republicano, vista por esse como um “golpe militar” ou uma “dictadura militar”. Chamou-nos a atenção o aspecto enunciativo e argumentativo, bem como as representações da memória utilizadas pelo Visconde a fim de buscar a perenidade de suas convicções monárquicas. Assim, as preocupações de conhecimento deste trabalho inserem-se nas

relações entre Discurso e Memória – um campo de estudos situado na linha de pesquisa **Linguagem e Memória Cultural**, proposta pela Universidade Federal de Ouro Preto, e à qual esta pesquisa pertence. Tal linha considera a Memória Cultural como *topos* em que discursos identitários se cruzam e objetiva examinar discursivamente as diferentes modalidades de inscrição da memória por meio da análise de representações do passado em arquivos, monumentos e na própria linguagem. Além de pesquisar a manifestação da memória em obras em que esta exerce um papel estruturador, a referida linha também visa a analisar o acontecimento discursivo como o registro histórico, considerando os usos da língua e seus efeitos sociodiscursivos. Assim, sob esse viés, examinaremos o Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**.

Definido o objeto, partimos para as questões teóricas. Nosso trabalho contemplou duas dimensões: a do Discurso e a da Memória. No campo discursivo, a investigação fundamentou-se na Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau e abordou os seguintes aspectos: o processo de semiotização do mundo; o ato de linguagem e os modos de organização do discurso, especialmente os modos de organização enunciativo e argumentativo. No campo da memória, passamos pelas considerações de Jean-Jacques Courtine (2009); Michel Pêcheux (1997, 1999), Eni Orlandi (1993, 2001), Paul Connerton (1999) e Halbwachs (2006), focalizando especialmente a abordagem de Charaudeau (2004) que apresenta três níveis para a memória discursiva: memória dos discursos, memória das situações de comunicação e memória das formas de signos. Outros dois aspectos, tratados de maneira sumária, dizem respeito ao *Ethos*, por meio das reflexões de Aristóteles (1998), em sua Retórica; Amossy (2007, 2011) e Charaudeau (2008b); e à noção de discurso fundador, proposta por Eni Orlandi (1993).

Essa multiplicidade de teorias será articulada em torno do objeto da pesquisa, cujo objetivo geral é refletir sobre o discurso e as representações da memória no Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**, e os objetivos específicos são:

a) identificar aspectos da organização discursiva no Manifesto, a partir dos modos de organização do discurso enunciativo e argumentativo, propostos por Charaudeau (2008a);

b) identificar índices linguístico-discursivos de Representações da Memória no nível do signo, da situação ou do discurso.

Para tanto, adotamos o quadro teórico da Teoria Semiolinguística que possui conceitos e metodologias aplicáveis ao objeto de análise tendo em vista alcançarmos os objetivos propostos.

Buscamos apresentar nesta **Apresentação**, de modo breve e geral, os tópicos centrais que desenvolvemos na pesquisa. Iniciamos pelas motivações que cercaram o desenvolvimento da pesquisa, passamos pela relevância deste estudo e procuramos traçar as questões a serem analisadas, bem como nossos suportes teóricos para a realização das análises. Nos próximos capítulos, desenvolveremos as questões propostas.

O Capítulo 1, intitulado *Corpus e Metodologia da Pesquisa*, compõe-se pela apresentação do objeto de estudo, pela seleção do *corpus* e pela metodologia adotada na pesquisa. Detalhamos os procedimentos de análise, assim como os critérios de seleção para o levantamento de dados selecionados para a análise do objeto. No Capítulo 2, **Pelas Vias do Discurso**, tratamos das questões do discurso, no qual pontuamos duas noções advindas da Teoria Semiolinguística: o processo de semiotização do mundo e o ato de linguagem. No Capítulo 3, **Os Modos de Organização do Discurso**, abordamos os modos de organização do discurso, em especial os modos de organização enunciativo e argumentativo, seguidos de sua aplicação ao *corpus*. Apresentamos ainda, sumariamente, algumas reflexões acerca do *ethos* e de sua manifestação no objeto. No Capítulo 4, **Ao Abrigo da Memória**, discutimos sobre a Memória, particularmente sobre a memória discursiva, em seus três níveis: memória dos discursos, memória das situações de comunicação e memória das formas de signos. Nesse capítulo tratamos também do discurso fundador e de sua aplicação ao Manifesto. Quanto às análises realizadas, todas são discutidas, ao longo de todos os capítulos, após a exposição teórica.

CAPÍTULO 1

CORPUS E METODOLOGIA DA PESQUISA

Nas primeiras horas da manhã de 15 de novembro de 1889, Deodoro assumiu o comando da tropa e marchou para o Ministério da Guerra, onde se encontravam os líderes monarquistas. Seguiu-se um episódio confuso, para o qual existem versões diversas, não se sabendo ao certo se naquele dia Deodoro proclamou a República ou apenas considerou derrubado o ministério. Seja como for, no dia seguinte a queda da Monarquia estava consumada.

(FAUSTO, 1995, p. 235)

A epígrafe acima se refere à Proclamação da República no Brasil. Ocorrida em 15 de novembro de 1889, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império brasileiro, a Proclamação foi um evento “para o qual existem versões diversas”, conforme salienta Boris Fausto (1995, p. 235), em sua obra **História do Brasil**. Livros, panfletos, artigos, historiografia, manifestos, memórias e autobiografias. Tudo isso emerge do novo cenário político como versões, as mais fidedignas possíveis, segundo seus autores, que procuravam esclarecer a queda da Monarquia, atribuindo ao debate político brasileiro ainda mais intensidade.

Conforme explicita Emília Viotti da Costa (2010), no livro **Da Monarquia à República: momentos decisivos**, o entusiasmo dos republicanos, naquele momento, havia abafado a voz dos monarquistas. No entanto, a versão desses não desapareceu, pois publicações divulgadas na imprensa estrangeira (sobretudo portuguesa e francesa) e nacional, na ocasião, registraram enunciados monarquistas, segundo os quais a Proclamação da República não passava de um golpe, alheio à vontade do povo. Em meio a essas interpretações, por vezes eivadas de subjetividade, encontram-se as avaliações e o Manifesto de Afonso Celso, o Visconde de Ouro Preto, então exilado por ter sido um dos mais veementes defensores da perspectiva monarquista daquele momento e pelo temor, da parte do novo regime, de que sua presença no País pudesse favorecer a instabilidade política.

1.1 Afonso Celso: uma personalidade parlamentar

O sr. visconde de Ouro Preto é um cavalheiro amabilíssimo e, como não ignoram os que conhecem a política do Brasil, foi um dos estadistas mais influentes do Imperio. Physicamente é um homem dos seus cinquenta annos, alto, ligeiramente trigueiro, suissas e bigodes brancos. O seu trato é ao mesmo tempo affavel e nobre as suas maneiras distinctas. (O TEMPO, jornal de Lisboa, 15 de dezembro de 1889)³



FIGURA 1 – Visconde de Ouro Preto
FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978.

Filho de João Antônio Afonso e de D. Maria Madalena de Figueiredo, Afonso Celso de Assis Figueiredo (Ouro Preto, 21 de fevereiro de 1836 – Petrópolis, 21 de fevereiro de 1912) concluiu os estudos primários e secundários na cidade natal e matricu-

³ OURO PRETO, Visconde de. O advento da dictadura militar no Brazil. Paris: Imprimerie F. Pichon, 1891. p. 183.

lou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau de bacharel, em fins de 1858. Fixou-se algum tempo na capital da província como secretário da Polícia de Minas, onde permaneceu até 1864, quando se elegeu deputado à Assembleia-Geral tendo, porém, curto exercício na Câmara. Seu curto exercício deveu-se à convocação, em 1866, para o Ministério da Marinha, no Gabinete de 3 de Agosto, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Nesse momento, vivia o país uma penosa guerra contra Solano Lopez – ditador paraguaio. Era a Guerra do Paraguai, ocorrida entre o Paraguai e a Tríplíce Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), durante os anos de 1864 e 1870.

Segundo Augusto de Lima Júnior (1966, p. 9-10), no panfleto **Afonso Celso de Assis Figueiredo – ministro da marinha na hora amarga**, “Tais eram a retidão de sua conduta, o seu amor ao estudo e o brilho de sua inteligência, que Teófilo Otoni o chamava de ‘Afonso Excelso’”. Em 13 de junho de 1888, recebeu o título de **Visconde de Ouro Preto**.

Atuou por quase trinta anos no parlamento brasileiro como deputado e senador do Império, sendo três vezes ministro: da Marinha, durante a Guerra do Paraguai; da Fazenda, em 1879; e do último ministério do Segundo Reinado – o Gabinete 7 de Junho de 1889. Nesse atuou como presidente a pedido de D. Pedro II. Entretanto, esse gabinete durou apenas cinco meses, pois, no mesmo dia em que a República foi proclamada no Brasil, o gabinete foi dissolvido, o Visconde foi preso e, em seguida, exilado para a Europa, com destino a Hamburgo, na Alemanha. Todas essas ações foram expedidas por ordem do Marechal Deodoro da Fonseca.

De acordo com Lima Júnior (1966), o Visconde de Ouro Preto pode ser considerado o representante da última geração da nobreza ouro-preta. Outro dado interessante a seu respeito: o Visconde é o pai de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (Ouro Preto, 1860 – Rio de Janeiro, 1938) – o **Conde de Ouro Preto**. Entre dezembro de 1881 e 15 de novembro de 1889, o Conde de Ouro Preto exerceu a função de deputado ao parlamento como representante do então 20º Distrito Eleitoral de Minas Gerais. Portanto, governou quase oito anos e, como registro da

vida política, deixou a obra **Oito anos de Parlamento**: reminiscências e notas, escrita em 1901. Apesar de ter tido, naquela conjuntura política, participação político-parlamentar menos densa que a do pai, foi eleito aos vinte e um anos de idade. Em suas palavras, quem lhe “abriu as portas dessa carreira foi Visconde de Ouro Preto (...) devo-as a elle exclusivamente” (AFFONSO CELSO JÚNIOR, 1901, p. 16). Affonso Celso Júnior reconhecia a importância em ter sido apoiado pelo pai, pois se “não fôra o amor paterno, sempre suspeito, – contrariar-se-há, – e tão cedo não conseguiríeis a cadeira”. (AFFONSO CELSO, 1901, p. 10)



FIGURA 2 – Affonso Celso Júnior no dia do seu casamento – 1884
FONTE: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2013.

Além do Parlamento, Affonso Celso Júnior atuou como professor, historiador, escritor; fundou o **Jornal do Brasil**, no qual colaborou por mais de trinta anos; foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Note-se que sua atuação política, assim como a de seu pai, encerrou-se em 15 de novembro de 1889, dia da Proclamação da República. Affonso Celso Júnior foi considerado, pelos republicanos, um “dos filhotes, característicos da corrupção monarchica” (AFFONSO CELSO, 1901, p. 16) e, na época, foi considerado também pelo então Ministro da Fazenda Ruy Barboza abominável no Brasil tanto quanto o pai.

Vê-se, assim, que se trata de uma família ouro-pretana bastante representativa do cenário de fim de regime monárquico e primeira década do regime republicano.

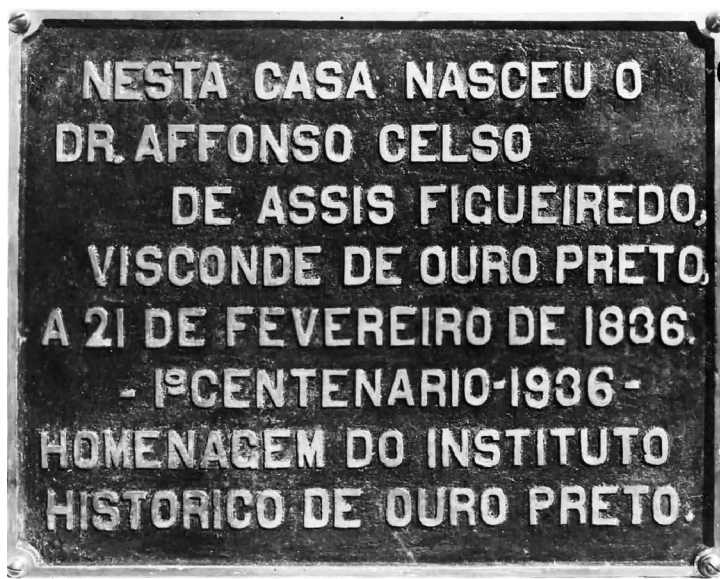


FIGURA 3 - Placa da casa do Visconde de Ouro Preto – Ouro Preto, MG
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2014.

TÍTULO ORIGINAL: “Placa Comemorativa do Centenário de Nascimento do Visconde de Ouro Preto: Nesta casa nasceu o Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, a 21 de fevereiro de 1836. - 1º Centenário - 1936 - Homenagem do Instituto Histórico de Ouro Preto.” – Data: 12/10/1936.

1.2 Santa Cruz de Tenerife: desembarque oportuno

Afonso Celso embarcou no dia 19 de novembro de 1889, por deliberação do governo provisório, no vapor alemão *Montevideo*, no porto do Rio de Janeiro, com destino a Hamburgo, na Alemanha, com ordem expressa de não tocar em nenhum porto brasileiro. Durante sua viagem para o exílio, o Visconde de Ouro Preto fora aconselhado pelo médico de bordo a aportar em Santa Cruz de Tenerife, província espanhola, em virtude da doença de uma pessoa de sua família. Lá, permaneceu cerca de oito dias. Durante esse período, o Visconde escreveu o Manifesto intitulado **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**, datando-o de 9 de dezembro de 1889. Em Lisboa, publicou-o no suplemento do Jornal português *Commercio de Portugal*, nº 3.122, de 20 de dezembro de 1889. O objetivo do Manifesto era narrar e revelar informações, a partir de seu ponto de vista, sobre o que presenciou a respeito da queda da Monarquia, sobretudo desde a implantação do Gabinete 7 de Junho de 1889 até o momento em que foi deportado. Vejamos o que ele apresenta no primeiro parágrafo do Manifesto:

D'este porto, onde fui obrigado a deter-me, e do qual posso comunicar com os meus compatriotas, é meu primeiro cuidado referir-lhes o que presenciei e a parte que tive nos memoráveis acontecimentos de 15 de novembro, os quaes privaram o Brazil das livres e nobres instituições, que lhe deram tantos annos de paz e prosperidade e me arrojaram a paragens tão distantes. (OURO PRETO, 1891, p. 31)

Referindo-se à queda da Monarquia e ao seu exílio de maneira crítica, sua escrita apresenta um tom polêmico. Para o Visconde, ele e o próprio País teriam sido vítimas dos atores políticos que assumiram a condução política na instalação republicana. Na época, essa publicação gerou grande repercussão, sobretudo no Brasil. Políticos como Christiano Benedict Ottoni, um dos adversários que o Visconde mais rijamente enfrentou na vida pública; Ruy Barboza, Ministro da Fazenda; e o Marechal Rufino Enéas Gustavo Galvão, o Visconde de Maracaju, então

Ministro da Justiça, publicaram artigos em jornais, como no **Jornal do Commercio**, **Século** e na **Gazeta de Notícias**, contestando o conteúdo do Manifesto do Visconde de Ouro Preto. Christiano Ottoni (1890, p. 31, 109, grifo do autor), ao refutar seu conteúdo, escreveu que Afonso Celso “no seu Manifesto parece sonhar restauração monarchica. (...) Esperasse o Visconde um mez; e seu *Manifesto* seria muito outro”.

Tendo em vista as respostas que esse Manifesto suscitou, Afonso Celso decidiu publicar o livro **Advento da Dictadura Militar no Brazil**⁴, no ano de 1891, na França. Esse livro apresenta duas partes: a primeira possui textos escritos pelo Visconde de Ouro Preto; a segunda, constituída pelos anexos, além de reproduzir algumas publicações de outros autores, reproduz os dois discursos proferidos por Afonso Celso na sessão de apresentação de seu Gabinete. Detalhamos, a seguir, a estrutura da obra:

a) **Introdução**;

b) a reedição do Manifesto O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos;

c) outro Manifesto intitulado **Ainda os acontecimentos de 15 de Novembro de 1889** (*Aos meus concidadãos*);

d) **Resposta ao sñr Conselheiro C. B. Ottoni**.

Os anexos apresentam:

e) um artigo escrito por Aristides Lobo, transcrito do **Correio da Manhan**, de Lisboa, de 13 de dezembro de 1889, intitulado **Acontecimento único**;

f) a reprodução de dois artigos escritos pelo Visconde de Maracaju:

- um publicado no **Jornal do Commercio**, de 14 de janeiro de

⁴ Além de **Advento da Dictadura Militar no Brazil** (1891) e **A Marinha D’Otrora: subsídios para a História** (1894), Afonso Celso também publicou: **A Esquadra e a Oposição Parlamentar** (1868); **Reforma Administrativa e Municipal** (1868); **As Finanças do Império** (1876); **Algumas idéias sobre a instrução** (1883); **Resposta a uma impugnação** (1885); **Excursão na Itália por um Brasileiro** (1890); **Crédito Móvel: pelo penhor e o bilhete de mercadorias** (1898); **A Década Republicana** (Organizador) (1901).

- 1890, intitulado **O general Visconde de Maracaju ao paiz**;
- e outro publicado no **Gazeta de Notícias**, de 23 de março de 1890, intitulado **Ainda os acontecimentos de 15 de novembro**;
g) a reprodução de dois discursos do Visconde de Ouro Preto:
- **Primeiro discurso proferido pelo Visconde de Ouro Preto na sessão da Câmara dos Deputados de 11 de junho de 1889**;
- **Segundo discurso na mesma sessão**.

Existe algo de peculiar nesse livro, uma vez que, na reedição do Manifesto O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos, constatamos algumas alterações feitas a partir da escrita original. As alterações feitas pelo Visconde são marcadas pela incorporação de citações de artigos de jornais da época, escritos por políticos republicanos e monarquistas brasileiros, como pela inserção de diversas notas de rodapé e retificações.

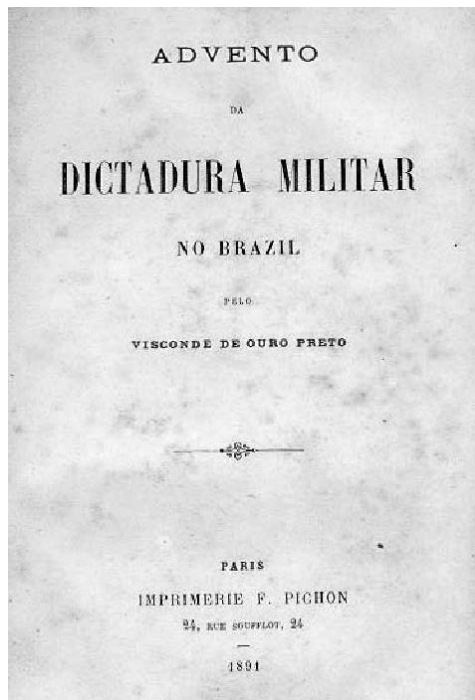


FIGURA 4 – Livro **Advento da Dictadura Militar no Brazil**
FONTE: OURO PRETO, 1891, p. 9.

Nessa reedição, segundo ele próprio explicita, há o intuito de corroborar as “teses” apresentadas no Manifesto de 1889 e também o desejo de que suas palavras não fossem consumidas no calor dos acontecimentos da ocasião, pois, segundo o Visconde, “Ordinariamente os jornaes perdem-se ou consomem-se ao cabo de algum tempo; o mesmo não succede com um livro” (OURO PRETO, 1891, p. 1). Devido a essa peculiaridade do livro, fizemos um recorte da obra, composto pela Introdução e pelo Manifesto O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos, o qual constitui o corpus deste trabalho. As demais seções compuseram o corpus de apoio.

Na **Introdução**, o Visconde apresenta seu projeto de escritura, evidenciando que o objetivo de sua obra é corrigir os erros da primeira impressão do Manifesto e incorporar ao mesmo algumas notas retiradas de documentos dos quais teve conhecimento mais tarde, após os acontecimentos de 15 de novembro. Isto é, o Visconde propõe uma reescrita desse Manifesto e adverte seu leitor de que há algumas alterações em relação à primeira versão e, portanto, sua leitura deve ser feita com atenção para essas observações. Reeditando-o em livro, assim explicava Ouro Preto os motivos que o levaram a reproduzir, no livro, o Manifesto:

Viso duplo objectivo reproduzindo n'este volume o Manifesto publicado no Commercio de Portugal, acerca da sublevação militar de 15 de novembro de 1889, que derubou a monarchia brasileira, e fazendo-o acompanhar das respostas offercidas às poucas constestações que suscitou:

1º Expurgal-o de incorreções que escaparam na primeira impressão apressadamente concluida, juntando-lhe em confirmação notas extrahidas de documentos vindos posteriormente ao meu conhecimento.

2º Facilitar a realisação do intuito principal a que elle se propunha, isto é, habilitar meus concidadãos a julgarem com perfeito conhecimento de causa o procedimento do governo, n'aquelle dia deposto pela força publica amotinada.

(...)

Tanto é necessario para que justiça inteira se faça a vencedores e vencidos (OURO PRETO, 1891, p. 1-2).

Percebe-se, nessa passagem, o desejo do Visconde em deixar para seus concidadãos uma “verdadeira” interpretação dos fatos sobre a Proclamação da República no Brasil, estabelecendo uma possível memória dos acontecimentos políticos da ocasião, a partir dos fatos que presenciou. Observamos que, desde a primeira página, o Visconde tem como desígnio a preocupação em transformar suas lembranças em registros, a partir de suas interações sociais. Relatando as condições em que escreveu o Manifesto, disse que “Não me permitiram sofrimentos da família fazer a travessia até Hamburgo...” e, a conselho do médico, teve que aportar em Santa Cruz de Tenerife, entre os dias 3 a 10 de dezembro, indo posteriormente para Lisboa (OURO PRETO, 1891, p. 3). Devido ao fato de estar em espera da melhora de saúde no porto, escrevera o Manifesto e o publicara na capital portuguesa, no Jornal Commercio de Portugal.

Seu texto baseia-se em citações de outros textos que, segundo o Visconde, apresentam calúnias contra ele e contra as quais ele procura argumentar, ressaltando a transparência de sua idoneidade. O Visconde defende veementemente o regime monárquico e, ao final, pretende mostrar a seu leitor que detém a veracidade dos fatos. Para ele, a Monarquia foi um governo que trouxe prosperidade para o Brasil, e a República não conseguiria manter o País firme. O ex-ministro insiste em se posicionar como vítima, mostrando ao seu leitor a injustiça, segundo ele, pela qual foi submetido. Ainda na Introdução, escreveu:

Tanto a imprensa do governo provisório, como os que intentem captar-lhe as boas graças, não cessam de responsabilizar os exilados por tudo quanto de desagradável se passa na Europa, relativamente à nova situação do Brazil. São elles que transmittem notícias prejudiciaes á republica, são elles que escrevem artigos desfavoraveis e por seus manejos promovem a baixa dos fundos, a queda do cambio, e o retrahimento dos capitaes. Em uma palavra, os exilados agiram-se em indefesa conspiração, sendo o mais culpado o chefe do ministerio (o próprio Visconde de Ouro Preto) deposto a 15 de novembro. (OURO PRETO, 1891, p. 24, grifo do autor)

Ainda, conforme o Visconde:

Algumas palavras mais de interesse puramente pessoal: escrevo o meu testamento político. A forçada ausencia do meu paiz e o aniquilamento da minha posição, não me preservam das agressões de alguns adversários, que não cessam de procurar ferir-me no meu caracter publico e privado. Ultimamente e em falta de novos assumptos occuparam-se dos meus haveres. (OURO PRETO, 1891, p. 27)

A pretensão de estabilizar-se e de transmitir sua própria imagem da sociedade por meio de suas reminiscências torna-se ainda mais evidente quando ele apresenta o Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**. Segundo suas próprias palavras,

E'esse um dever e ao mesmo tempo um direito de que não prescindo (...) o alto cargo que occupava na situação politica tão violentamente deposta, me poz a par de circumstancias, que poucos conhecem (...). Incumbe-me fornecer á historia esses **subsídios indispensáveis** para que ella profira juízo imparcial e seguro. Commetterea eu uma falta se os occultasse. (OURO PRETO, 1891, p. 31, grifo nosso)

Após evidenciar o propósito de seu Manifesto na página introdutória, o autor passa a narrar sua deportação para Hamburgo e, ao mesmo tempo, trechos de publicações caluniosas contra o mesmo são mencionados e categoricamente desmentidos por ele. O ex-ministro sente-se insultado, dizendo ser seu filho, Affonso Celso Júnior, também vítima de hostilidades e apontado como um dos filhotes da corrupção monárquica. Visconde de Ouro Preto critica a proclamação da República como uma demonstração eloquente das condições a que se reduziu o Brasil, chamando-a de um “golpe” (OURO PRETO, 1891, p. 102), do qual, segundo ele, foi vítima de injustiça, sendo considerado o culpado pela queda do regime monárquico e, por conseguinte, culpado por incitar o corpo militar à revolta.

1.3 Sexta-feira, 15 de novembro de 1889

Na opinião do Visconde, a Proclamação da República foi um “golpe” (OURO PRETO, 1891, p. 102). Segundo sua versão, no fim de fevereiro de 1888, alguns militares foram mandados para o estado de Mato Grosso sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca. Durante essa expedição, relata Afonso Celso, Deodoro convenceu o exército a rebelar-se contra a Monarquia, como uma forma de se vingar das acusações de que Deodoro julgava ser vítima. Embora o Visconde afirme enumerar, no Manifesto, as acusações das quais Deodoro julgava ser vítima, não encontramos, explicitamente, tal informação. Em consulta à **Introdução da obra**, verificamos a transcrição de um texto, intitulado **A Revolução de 15 de Novembro**, escrito pelo então tenente-coronel Jacques Ourique. Nesse texto, Jacques Ourique (*apud* OURO PRETO, 1891, p. 12, grifo do autor) revela que o Marechal Deodoro da Fonseca irritou-se pelo fato de Ouro Preto dissolver a coluna expedicionária da província de Mato Grosso e nomear “*para presidente d’aquella provincia d’um official de pessima reputação militar, instrumento maleavel dos inimigos do General*”. Ou seja, segundo a hipótese do Visconde (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 13-14), esse oficial era inimigo de Deodoro. Este tomou o fato como uma provocação e reagiu incitando o exército à revolta.

Ainda conforme o Visconde, no ano seguinte, o Ministério Ouro Preto – Gabinete 7 de Junho de 1889, cumprindo solicitações de Floriano Peixoto – em quem Afonso Celso depositava extrema confiança – e pensando satisfazer a Deodoro de que queria retornar do estado de Mato Grosso, aprovou o regresso da força expedicionária. O Visconde relata que a Deodoro “não se marcou prazo para recolher, teve comunicação de que a expedição estava terminada, cumprindo regressar quando se offerecesse oportunidade. Embarcou quando quis...” (OURO PRETO, 1891, p. 14). Assim que Deodoro e o exército chegaram ao Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1889, conforme desejo dos chefes republicanos, fez-se a Proclamação da República.

Além de surpreendido diante desse acontecimento, afirma o Visconde de Ouro Preto, ele foi culpado pela revolta de parte do exército. Porém, ele registra: “a minha ingenuidade, pois, consistiu na convicção de que uma revolução e revolução militar, especialmente, não explode sem motivos sérios e graves...” (OURO PRETO, 1891, p. 144). Segundo ele, quem contemplasse aquela multidão na praça, julgaria acontecer uma simples parada ou acompanhamento de procissão. Afonso Celso revela ter se impressionado com a “funda tristeza que se estampava na fisionomia dos oficiais, quer superiores, quer subalternos”. (OURO PRETO, 1891, p. 60)

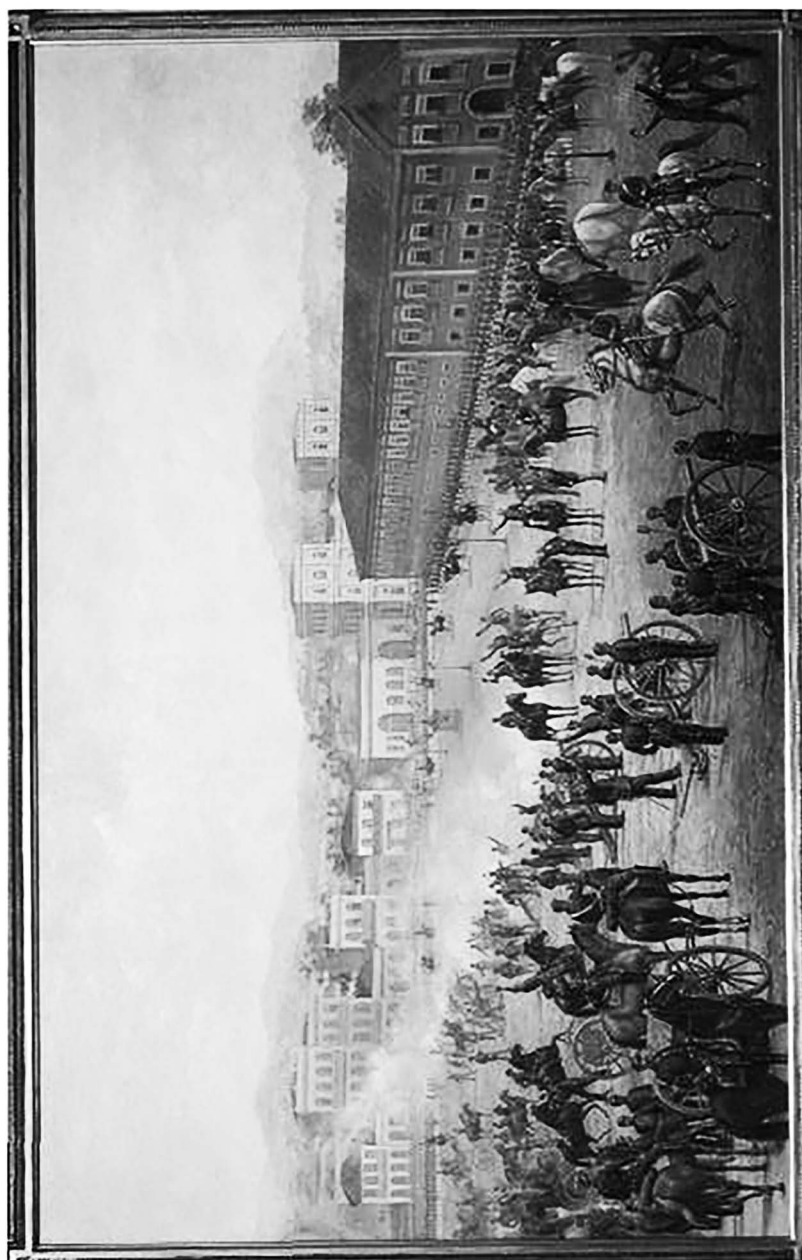


FIGURA 5 – Proclamação da República
FONTE: BENEDITO CALIXTO, 1893.

De acordo com o Manifesto, no curso do acontecimento, Deodoro dirigiu-se ao Visconde e “No meio do mais profundo silêncio, cientificou-me de que se pusera à frente do exército para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas por ele recebidas do governo...” (OURO PRETO, 1981, p. 69). O Marechal declarou a deposição do Ministério Ouro Preto e autorizou a retirada de todos os ministros ali presentes, exceto do Visconde de Ouro Preto, “*homem teimosíssimo, mas não tanto como elle, – (assim se exprimiu)*” (OURO PRETO, 1981, p. 70, grifo do autor), e do Ministro da Justiça Silveira Martins. Deodoro, então, decretou a prisão e o exílio do Visconde para a Europa.

Antes de sua deportação, o Visconde, segundo nos relata, permaneceu preso por oitenta e seis horas. Nesse período, ficou sob as repetidas ameaças de que sua “*vida pagaria o que ia acontecer*” (OURO PRETO, 1981, p. 75, grifo do autor), em caso de ampliação da revolta militar. Apesar disso, procurou manter sua postura de estadista inabalável e, referindo-se à deportação, completa: “tudo soffrerei, menos que me queiram fazer passar por homem sem dignidade e sem coragem no cumprimento do meu dever” (OURO PRETO, 1981, p. 71).

Para o Visconde, as razões apresentadas para justificar a sedição de 15 de novembro, referentes ao exército, eram absolutamente destituídas de fundamento porque “não foi um movimento súbito, a obra de um dia; o golpe estava já preparado de muitos anos.” (OURO PRETO, 1981, p. 102). Vemos que esse Manifesto possui uma escrita peculiar, porque apresenta uma avaliação pessoal da instauração da República no Brasil e, além disso, incorpora citações e notas de rodapé, ultrapassando os limites de um Manifesto convencional.

O gênero Manifesto convencionalmente é de natureza dissertativa e persuasiva, compondo-se de uma declaração pública, normalmente de cunho político, a qual denuncia ou alerta sobre algum problema. Segundo Eli Santos (2009, p. 62), no artigo **Manifesto**: um gênero para o exercício da cidadania, o Manifesto é um gênero voltado para exercer a cidadania e busca expressar “as tensões ideológicas e as relações polêmicas da sociedade, funcionando como uma ‘arma ideológica’, um ‘gênero de combate’, através do qual um grupo expõe suas ideias.” Esse gênero

apresenta um caráter argumentativo e está interessado em persuadir o interlocutor. Entretanto, Ouro Preto vai além. Ele ressalta a importância de seu Manifesto, dizendo ser subsídios para a História, e a preocupação memorialística ganha espaço na obra, pois dedica sua escrita “aos meus concidadãos” (OURO PRETO, 1981, p. 109). O mineiro afirma deixar para o futuro historiador uma fonte abundante de proveitosos esclarecimentos sobre a instauração da República, referindo-se a ela como a mais clamorosa injustiça aos brasileiros, que, em sua perspectiva, está sob o véu de uma política que registra a falsidade como subsídio à História.

Na conclusão do Manifesto, o Visconde reforça não ser

... infundada a convicção de que não perdurará e menos fará a felicidade da patria a republica, que se levantou sobre os broqueis da soldadesca amotinada. Vem de uma origem criminosa, realisou se por meio de um attentado sem precedentes na historia e terá uma existencia ephemera... (OURO PRETO, 1981, p. 104)

O Visconde considera que “A república brasileira, qual foi proclamada, é uma obra de iniquidade; não pode perdurar” (OURO PRETO, 1981, p. 105), pois “Uma nação de homens livres não suportará por muito tempo tão intolerável regime, dissipado o assombro de que foi tomada, reagirá, impondo sua vontade soberana (...) a fidelidade aos compromissos e o futuro da Pátria correm perigo no Brasil” (OURO PRETO, 1981, p. 106). E lamenta-se: “... compellido a ausentar-me do paiz, nada mais posso fazer para auxiliar os meus concidadãos”. (OURO PRETO, 1981, p. 106-107)

Essa representação que o Visconde faz da República, de si mesmo, dos concidadãos e de outros participantes citados em seu texto instigou-nos a refletir sobre a constituição de seu discurso e sobre as representações da memória presentes em sua escrita. Para isso, realizamos um levantamento de dados e procedemos à sua análise. Detalhamos, a seguir, a metodologia aplicada.

1.4 Procedimentos metodológicos

Conforme já mencionamos, realizamos um recorte da obra *Advento da Dictadura Militar no Brazil*, do Visconde de Ouro Preto (1891), composto pela *Introdução* e pelo Manifesto *O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos*, o qual constituiu o *corpus* de análise. As demais seções da obra compuseram o *corpus* de apoio.

A seleção do *corpus* de análise fundamentou-se no quadro metodológico da Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau, que aponta para o caráter empírico-dedutivo da pesquisa, isto é, “o analista parte de um material empírico, a linguagem, que já está configurada em certa substância semiológica (verbal)” (CHARAUDEAU, 2005, p. 5) e aplica a material empírico determinada teoria, levando-o a certas conclusões sobre o uso da língua e os possíveis efeitos discursivos.

A abordagem metodológica percorreu duas etapas: (a) levantamento de dados e (b) análise desses dados. No levantamento de dados, criamos matrizes que permitiram identificar marcas linguísticas e possibilidades implícitas relacionadas aos modos de organização do discurso enunciativo e argumentativo (CHARAUDEAU, 2008a). Esses dados permitiram a análise dos procedimentos enunciativos e dos procedimentos argumentativos.

Os procedimentos enunciativos ou locutivos são três: i) alocutivo: marcado pela relação do locutor com o interlocutor; ii) elocutivo: marcado pela relação do locutor consigo mesmo; iii) delocutivo: marcado pela relação do locutor com um terceiro.

Os procedimentos argumentativos podem ser Semânticos, Discursivos e de Composição. Os procedimentos semânticos dizem respeito “em utilizar um argumento que se fundamenta num *consenso social* pelo fato de que os membros de um grupo sociocultural compartilham determinados *valores*, em determinados *domínios de avaliação*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 232, grifo do autor); os procedimentos discursivos “consistem em utilizar ocasionalmente ou sistematicamente certas categorias de língua ou os procedimentos de outros modos de organização do discurso

para, no âmbito de uma argumentação, produzir certos efeitos de persuasão” (CHARAUDEAU, 2008, p. 236); e os procedimentos de composição repartem, distribuem e hierarquizam “os elementos do processo argumentativo ao longo do texto, de modo a facilitar a localização das diferentes articulações do raciocínio (composição linear) ou a compreensão das conclusões da argumentação (composição classificatória)”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 244)

A título de ilustração, reproduzimos uma dessas matrizes.

TABELA 1
Levantamento de dados para as categorias modais alocutivas

Categorias modais dos atos alocutivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Interpelação				
2. Injunção				
3. Autorização				
4. Aviso				
4. Julgamento				
4.1. Julgamento positivo				
4.2. Julgamento negativo				
5. Sugestão				
6. Proposta				
7. Interrogação (pergunta retórica)				
8. Petição (pedido para fazer)				

FONTE: Adaptado de CHARAUDEAU, 2008.

A tabela reproduzida acima é apenas uma das doze matrizes utilizadas⁵. Criamos uma tabela para cada um dos procedimentos locutivos do modo de organização enunciativo (alocutivo, elocutivo e delocutivo) e uma tabela para cada um dos procedimentos do modo argumentativo (semântico, discursivo e de composição). Na coleta de dados, utilizamos essas seis matrizes duas vezes: uma vez para o levantamento de dados da **Introdução** e uma vez para o levantamento de dados do Manifesto, totalizando doze tabelas. Nelas, fizemos uma distinção do número de ocorrências no corpo do texto e em notas de rodapé, pois essas se apresentam de maneira numerosa no *corpus* de análise. Nem todas as categorias

⁵ Essas matrizes podem ser consultadas nos Apêndices, página 143.

modais foram contempladas, portanto enfatizamos aquelas com maior incidência e selecionamos os fragmentos mais significativos para análise.

Os dados levantados a partir dos modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2008a) também propiciaram a análise de questões relacionadas à memória discursiva (CHARAUDEAU, 2004). Analisamos sumariamente alguns fragmentos que envolveram o *ethos*, isto é, a imagem de si realizada pelo Visconde em sua obra, e o discurso fundador (ORLANDI, 1993).

A análise dos dados foi uma atividade interessante, pois, além de realçar enunciados que remetem aos procedimentos enunciativos e argumentativos, também fez emergir reflexões acerca da memória discursiva (COURTINE, 2009; PÊCHEUX, 1997, 1999; ORLANDI, 1993, 2001; CHARAUDEAU, 2004; CONNERTON, 1999, HALBWACHS, 2006); da imagem de si – o *ethos* (ARISTÓTELES, 1998; AMOSSY, 2007, 2011; CHARAUDEAU, 2008b) – realizada pelo Visconde em sua obra, e do discurso fundador (ORLANDI, 1993).

Neste trabalho, optamos por não fazer um capítulo específico de análise. A discussão dos resultados encontra-se registrada de modo subsequente ao respectivo referencial teórico.

CAPÍTULO 2

PELAS VIAS DO DISCURSO

Eu vou, Sñrs, tomar em consideração os pontos capitaes
dos discursos que acabamos de ouvir.
(VISCONDE DE OURO PRETO, 1889)⁶

Acima, reproduzimos um fragmento do segundo discurso proferido pelo Visconde de Ouro Preto, na sessão da Câmara dos Deputados em 11 de junho de 1889, assim que assumiu a presidência do Ministério 7 de Junho de 1889 (o último Ministério da Monarquia). Os “discursos” a que o Visconde se referia eram os pronunciados pelos deputados Gomes de Castro, Cezario Alvim e João Manoel. Afonso Celso disse levar em consideração os pontos principais dos discursos que eles acabaram de ouvir naquela sessão. Mas por que e como os Discursos nos chamam atenção?

Para início de conversa, o que entendemos por Discurso? No uso comum do termo, Discurso corresponde a uma mensagem solene, ao proferimento de um político (como no caso descrito acima). Em uso mais restrito, equivale a um conjunto de textos: o discurso político, o discurso religioso, o discurso literário, ou seja, o Discurso é uma atividade verbal em geral. Em Linguística, especificamente, ele corresponde à língua em ação. Conforme mencionamos na Apresentação, tomamos pelo termo Discurso os usos da língua e seus efeitos discursivos possíveis. Questionamos: quais efeitos? Ou ainda: efeitos sobre quem?

Consideramos que efeitos de persuasão, interlocução, intimidade, confiança, revelação são gerados no próprio discurso por um produtor (falante/escritor) e incidem, sobretudo, no receptor (ouvinte/leitor). Sobretudo no receptor, porque o produtor também pode ser “vítima” de si mesmo, caindo em alguma “armadilha” de seu próprio discurso, ao contradizer-se, por exemplo. Há ainda outro efeito gerado pelo discurso: o efeito de sentido. Partindo desse ponto, falaremos sobre alguns aspectos

⁶ OURO PRETO, Visconde de. 2º Discurso na mesma sessão. In: _____. *O Advento da Dictadura Militar no Brazil*. Paris: Imprimerie F Pichon, 1891. p. 222.

da Teoria Semi linguística especialmente sobre o processo de semiotização do mundo e sobre o ato de linguagem.

Charaudeau (2005), ao elaborar a Teoria Semi linguística, destaca o sentido e a língua. “Semio-” vem de “semiosis”, aludindo à construção do sentido; “-linguística” evidencia a língua. Língua e sentido articulam-se em torno da construção psico-sócio-linguagem do sentido, cuja intervenção é realizada por um sujeito. A esse fenômeno, Charaudeau (2005) atribui a noção de processo de semiotização do mundo.

2.1 O processo de semiotização do mundo

O processo de semiotização do mundo, ou a construção do sentido sob a ação de um sujeito, efetiva-se por meio de duplo processo: o de Transformação e o de Transação. Tais processos são assim representados:

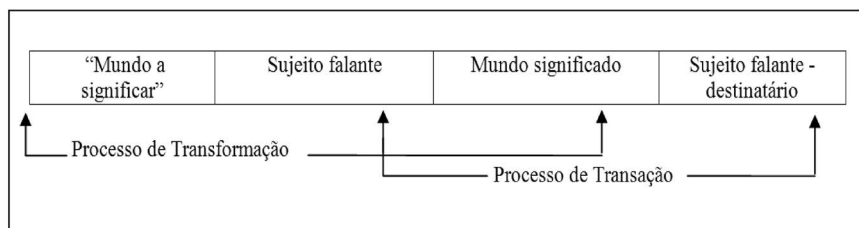


FIGURA 6 – Diagrama do processo de semiotização do mundo
FONTE: CHARAUDEAU, 2005.

O processo de Transformação parte de um “mundo a significar” e se transforma em um “mundo significado” sob a ação de um sujeito falante. Nesse processo, o sujeito realiza quatro operações em relação aos seres ou fenômenos do mundo: a de conceituação e nomeação (identificação), a de descrição (qualificação), a de narrativa (ação) e a de causalidade (causação).

Já o processo de Transação faz desse “mundo significado” um objeto de troca entre o sujeito falante e o sujeito falante-destinatário, isto é, compreende o processo de interlocução entre os sujeitos. Essa interlocução efetua-se em quatro princípios: o de Alteridade, para o qual todo

ato de linguagem é um fenômeno de troca entre dois parceiros; o de Pertinência, em que os parceiros devem reconhecer a relevância do ato de linguagem; o de Influência, o qual pressupõe o objetivo do sujeito produtor em atingir seu parceiro, o receptor-interpretante; e o de Regulação, quando os parceiros recorrem à regulação do jogo de influências para assegurar uma intercompreensão mínima, evitando uma incompreensão na troca verbal.

Charaudeau (2005) compreende que o processo de Transformação e o processo de Transação realizam-se de modos distintos, embora o primeiro seja subordinado ao segundo, pois compete ao sujeito realizar todo o processo de semiotização do mundo. A hierarquização dos processos conduz o autor a completar o esquema precedente:

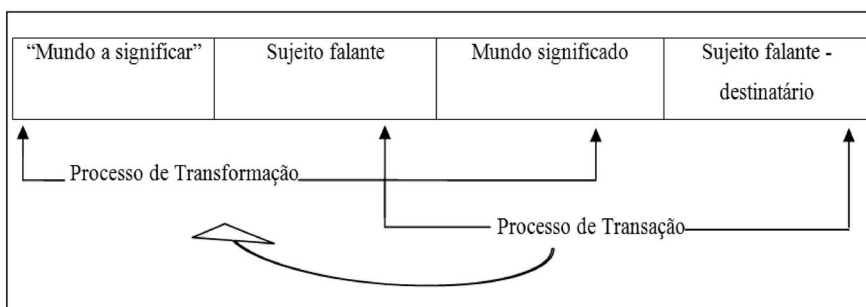


FIGURA 7 – Diagrama do processo de semiotização do mundo – Hierarquização dos processos
 FONTE: CHARAUDEAU, 2005.

Agora, vejamos esse processo aplicado ao nosso objeto discursivo.

2.1.1 Semiotização: ângulos e olhares sobre a Proclamação da República no Brasil

Ocorrida no Rio de Janeiro, então capital do Império Brasileiro, a Proclamação da República abalou as estruturas políticas do Brasil no fim do século XIX. Foi o momento em que o reinado de D. Pedro II deu lugar à República dos Estados Unidos do Brasil, regime político que perdura até hoje. Segundo Costa (2010), a Proclamação teria sido facilitada pelo desprestígio da Monarquia por causa das constantes críticas recebidas.

Naquela época, muitas figuras públicas republicanas aclamaram com entusiasmo o novo governo, considerando-o uma nova era de união e fraternidade. Uma nova era de progresso para a realização de grandes reformas sociais e políticas, ao contrário da Monarquia, para eles, representativa do acúmulo de ruínas e atrasos, sendo o novo regime uma forma de correção. O Barão do Rio Apa escreveu que:

A data de 15 de Novembro é escripta com letras de ouro na historia patria, pois não é mais do que um complemento as de 7 de Setembro e 13 de Maio. Nada mais nos resta para nos dizermos um povo livre; por isso convido a guarda nacional de meu commando a acatar com respeito e amor a nova instituição e a bradar bem alto: Viva a união e fraternidade, vivam os Estados-Unidos da Republica Brasileira, viva o exercito e a armada, viva a guarda nacional. (BARÃO DO RIO APA, 1889 apud OURO PRETO, 1891, p. 38, grifo do autor).

Para Alexandre Dias Ferreira Júnior (1890, p. ix), a implantação do governo republicano foi um sonho de sua mocidade, porque sempre aspirou ver sua Pátria “radiante no altar da civilização moderna, celebrar suas nupcias de ouro com o progresso (...) o que era completamente impossível no regimen deposto”. Ferreira Júnior (1890) considerou a atuação do Marechal Deodoro heroica; e o Visconde de Ouro Preto, segundo ele, tinha se tornado particularmente odioso.

Ruy Barbosa, então Ministro da Fazenda, considerou a República Brasileira símbolo do avanço, pois “A prosperidade nacional cresce. (...) Em breve será decretada liberdade de culto e o casamento civil. Paz absoluta” (RUY BARBOZA *apud* OURO PRETO, 1891, p. 6). Aristides Lobo escreveu ao *Correio da Manhã* de Lisboa, em 13 de Dezembro de 1889, celebrando o evento como um “Acontecimento único (...) O que se fez é um degrão, talvez nem tanto para o advento da grande éra. (...) Era um phenomeno digno de ver-se”. (ARISTIDES LOBO *apud* OURO PRETO, 1891, p. 181)

Entretanto, houve aqueles que, idealizando a Monarquia e recusando-se em reconhecer as deficiências do regime monárquico, consideraram

o acontecimento um acidente infeliz. Para eles, tudo não passava de um golpe. Um dos personagens monarquistas mais representativos foi o Visconde de Ouro Preto. Em suas palavras “O imperio não foi a ruina, foi a conservação e o progresso. Durante meio seculo manteve integro, tranquillo e unido territorio colossal: converteu o paiz atrazado e pouco populoso em grande e forte nacionalidade...” (OURO PRETO, 1891, p. 23). Ele compreendia a Proclamação como um erro, um crime. Descontente com a nova situação, inclusive por ter sido preso e exilado, considerou:

... não é infundada a convicção de que não perdurará e menos fará a felicidade da pátria a republica, que se levantou sobre os broqueis da soldadesca amotinada. Vem de uma origem criminosa, realisou se por meio de um attentado sem precedentes na historia e terá uma existência ephemera. (OURO PRETO, 1891, p. 104)

Segundo Afonso Celso, a nascente república era uma obra de iniquidade que abalaria a manutenção da paz e a tranquilidade do Brasil, gerando risco aos interesses sociais e aos compromissos da Nação.

Todas essas “opiniões” acerca da Monarquia ou da República nos mostram como os sujeitos atribuem diferentes sentidos aos acontecimentos nos quais estão inseridos. Esse comportamento relaciona-se com o processo de semiotização do mundo (CHARAUDEAU, 2005), o processo de atribuição de sentido. Os excertos apresentados revelam a possibilidade de um mesmo acontecimento – a Proclamação da República do Brasil, em 15 de novembro de 1889 – ser semiotizado de diferentes modos. Para os republicanos, o evento marcou o progresso e uma nova era; para os monarquistas, especialmente para o Visconde de Ouro Preto, o evento nasceu como símbolo dos vícios e da imoralidade cotidiana nos espaços da política.

Esse fenômeno de construção psico-sócio-linguagreira do sentido, que passa do “mundo a significar” para o “mundo significado”, cuja intervenção é realizada por um sujeito, relaciona-se também com o ambiente social no qual o sujeito está inserido e com os saberes de conhecimento e de

crença compartilhados. Assim, ao transferirmos o esquema do processo de semiotização do mundo (CHARAUDEAU, 2005) para o Manifesto do Visconde de Ouro Preto, temos:

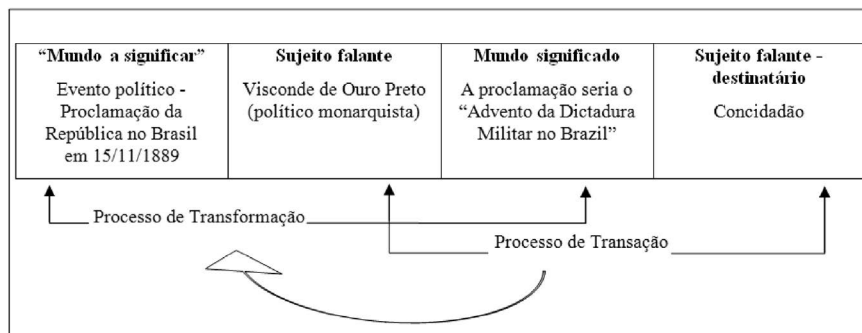


FIGURA 8 – O processo de semiotização realizado pelo Visconde de Ouro Preto
Fonte: Adaptado de CHARAUDEAU, 2005.

A partir do título do livro do Visconde, *Advento da Dictadura Militar no Brasil*⁷, e do processo de semiotização do mundo, consideramos o seguinte: com relação ao Processo de Transformação, a Identificação é marcada por “dictadura” (nomeação para o evento Proclamação) e “Brasil” (nomeação para o local); a Qualificação está incluída em “militar” (qualificação para “dictadura” que, por sua vez, qualifica o evento Proclamação); a Ação está expressa em “Advento” (uma ação de chegar, instituir-se), e a Causação, inserindo-se em uma sucessão de fatos explicados, é identificada implicitamente pelo movimento de instauração republicana.

Ao adotar esse título para sua obra, o Visconde trata da defesa de seu ponto de vista, trazendo à tona argumentos tidos como relevantes para seus concidadãos, a quem o ex-ministro pretende influenciar, engajando-se na proposta apresentada para seus concidadãos. No que diz respeito ao processo de Transação, o princípio da Alteridade se apresenta pelo universo comum de referência aos parceiros (Visconde e concidadãos), universo marcado pelo fim do regime monárquico e pela Proclamação

⁷ O título do livro também será explorado no Capítulo 4, seção 4.4, *Despertando Sentidos*, no qual discutiremos a Memória das Formas de Signos.

da República no Brasil; e as motivações comuns seriam aquelas relacionadas à defesa do regime monárquico.

O princípio de Pertinência se revela quando o Visconde, reconhecido como monarquista, defende a Monarquia em sua escrita e a dedica a seus concidadãos, criando a possibilidade de compartilhamento desse saber, ainda que seus concidadãos o adotem ou não. O princípio de Influência pode ser percebido à medida que o Visconde busca orientar o pensamento de seu concidadão em direção a uma perspectiva antir-republicana. O princípio de Regulação mostra-se na maneira como o Visconde regula seu discurso, por vezes, por meio de um tom mais ou menos fervoroso, a fim de legar a seu concidadão o que ele considera uma “verdade absoluta”, que possa ser credível, sobre a versão dos fatos apresentada.

O processo de semiotização é distinto entre os sujeitos, pois tem relação com a identidade social deles e com o seu posicionamento ideológico. Essa identidade social torna-se explícita pelo ato de linguagem e inscreve-se em dada situação de comunicação. Dessa forma, identificamos, no caso em análise, aqueles sujeitos com traços identitários republicanos ou monarquistas.

Com base nessas observações, verificamos que o processo de semiotização do mundo adquire pertinência na obra do Visconde, pois é a partir do que ele percebe ao seu redor que atribui sentido aos acontecimentos políticos e sociais que o cercaram, tornando o “mundo a significar” (Evento político – Proclamação da República em 15/11/1889) em um “mundo significado” (**Advento da Dictadura Militar no Brasil**).

Desse modo, ao fazer a defesa da Monarquia, o discurso de Afonso Celso configura-se como um ato de linguagem, à medida que não é um Manifesto como uma simples reminiscência de um acontecimento, mas um ideal de memória e persuasão situado em dois momentos distintos. Junto ao processo de semiotização está o ato de linguagem, tópico de nossa próxima discussão.

2.2 Ato de linguagem

Na formulação de Charaudeau (2001), o ato de linguagem é um fenômeno articulado pelo Dizer e pelo Fazer. O Fazer é o local da instância situacional autodefinida pela área ocupada pelos responsáveis desse ato (parceiros). O Dizer é o local da instância discursiva autodefinida como uma encenação da qual participam seres de palavra (protagonistas). O ato de linguagem também equivale a certa expectativa de significação e é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem.

Um ato de linguagem é interenunciativo e é designado por um EU produtor e por um TU interlocutor, representando um encontro dialético entre o processo de produção e o processo de interpretação. Para o autor, todo ato de linguagem compõe-se de quatro sujeitos: i) EU-comunicante (EUc); ii) TU-interpretante (TU_i); iii) EU-enunciador (EU_e); iv) TU-destinatário (TU_d). Charaudeau (2001) define sujeito como sendo um lugar de produção da significação languageira, para o qual essa significação retorna para constituí-lo. O sujeito não é nem um indivíduo preciso nem um ser coletivo particular, mas uma sede da produção/interpretação da significação, especificada conforme os lugares ocupados por ele no ato languageiro. O autor representa a situação de comunicação entre o ato de linguagem e os sujeitos pelo seguinte esquema:

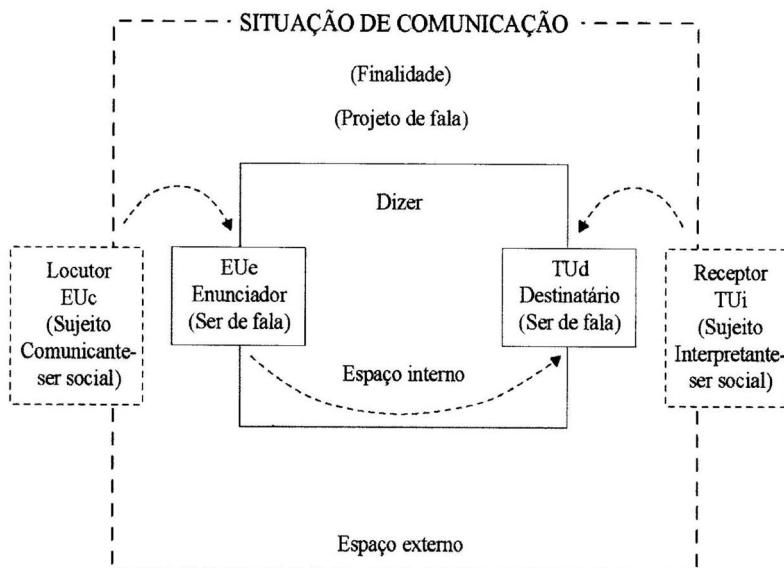


FIGURA 9 – Dispositivo semiolinguístico da encenação de linguagem
 FONTE: CHARAUDEAU, 2008a, p. 52.

No esquema apresentado, observamos um espaço externo composto pelo EUC e o TUI, que demarca o caráter social dos sujeitos. No espaço interno, no nível do Dizer, temos o EUE e o TUD, os seres de fala.

O EUC é o parceiro que detém a iniciativa no processo de produção do discurso; e o TUI é o sujeito que interpreta o ato de linguagem. Ambos se situam no espaço externo da comunicação, um espaço que pressupõe um contrato entre os parceiros. O EUE e o TUD são os seres de fala situados no espaço interno da situação de comunicação. Compete ao EUE a responsabilidade pelo efeito de discurso produzido sobre o interpretante. Esses seres de fala adotam diferentes faces de acordo com os papéis que lhes são atribuídos pelos parceiros do ato de linguagem em função da relação contratual estabelecida nessa parceria.

Dentro desses espaços apresentados no quadro, Charaudeau (2008) aponta também as noções de contrato – localizadas no espaço externo – e de estratégia de discurso – localizada no espaço interno – presentes no ato de linguagem. Apesar de as informações fundamentais da comunicação

estarem inseridas no âmbito externo, o âmbito interno também negocia com as cláusulas desse contrato. O contrato presume que os indivíduos ligados a um mesmo corpo de práticas sociais estejam passíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Desse modo, o sujeito comunicante supõe que o outro possua uma competência linguageira de reconhecimento análoga à sua, e o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz do TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência.

As estratégias partem do princípio de que o sujeito comunicante (EUC) concebe, organiza e encena suas intenções a fim de produzir certos efeitos de persuasão ou sedução sobre o sujeito interpretante (TUi), levando-o a se identificar – conscientemente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUd) construído pelo EUC. As estratégias podem ser de legitimidade, credibilidade e captação. O resultado da atividade de fala do EUC converge para as estratégias discursivas, passíveis de produzir efeitos de discurso. A legitimidade é o produto da relação entre o projeto de fala, a situação comunicativa e a posição psicossocial do sujeito falante, assegurando-lhe o poder dizer; a credibilidade fundamenta-se no fato de o sujeito falante manifestar suas habilidades, o saber-dizer; e a captação pretende provocar e influenciar o interlocutor, por meio de efeitos de sentidos expressivos, emocionais e dramatizados.

Charaudeau (2008) ressalta que comunicar é um ato envolto por dupla aposta: (i) o “sujeito falante” acredita que os contratos que está sugerindo ao outro, ao sujeito-interpretante, serão por ele bem percebidos e (ii) acredita também que as estratégias empregadas na comunicação provocarão o efeito esperado. Ao considerarmos o ato de linguagem um encontro de dois processos envolvidos por quatro sujeitos, vinculados a um duplo circuito (interno e externo), verificamos que esses sujeitos encontram-se por si mesmos sobredeterminados pelas circunstâncias de fala que os ultrapassam.

Portanto, o ato de linguagem, conforme postula Charaudeau (2001), refere-se à totalidade da encenação linguageira com seus dois circuitos: externo, o da relação contratual entre os parceiros; interno, o da encenação do Dizer, com seus dois protagonistas.

2.2.1 O Manifesto: projeto ou projetos de escritura?

Com relação ao Manifesto como um ato de linguagem, observamos que ele apresenta duas configurações em dois momentos. No primeiro momento, precisamos considerar que o Manifesto foi escrito primeiramente em um jornal. Sabemos que o jornal é para consumo imediato, para a ordem do dia e dotado de uma memória sumária. Isso significa que o Visconde, ao que parece, tinha como destinatário apenas seus concidadãos e se comportava como um sujeito afetado pelos acontecimentos, um “monarquista ativista”, e pelo que foi submetido a enfrentar a partir dali. Parecia um desespero em fazer um registro fervoroso dos fatos no calor dos acontecimentos, pois segundo o próprio Visconde foi uma “primeira impressão apressadamente concluída”. (OURO PRETO, 1891, p. 1)

No segundo momento, deparamo-nos com uma reedição do Manifesto em um livro, algo de existência mais duradoura que um jornal. Nessa reedição, o Visconde não se comportou mais como um sujeito de discurso apressado, mas um EU que pretendia deixar para as gerações futuras, e não apenas para seus concidadãos, “subsídios para a História” (OURO PRETO, 1891, p. 80). É uma nova escrita direcionada para um TU interlocutor ainda mais abrangente que seus compatriotas, expressa por um EU produtor sedento em constituir um discurso fundacional para a História da política brasileira, segundo suas impressões e reminiscências. Dessa maneira, comporta-se como um “sujeito da História” enajado e não mais um monarchista-ativista.

Assim, podemos representar o Manifesto no quadro da encenação da linguagem proposto por Charaudeau (2008) em dois aspectos: para o primeiro momento, quando foi publicado em um jornal; e para o segundo momento, quando foi reeditado em um livro.

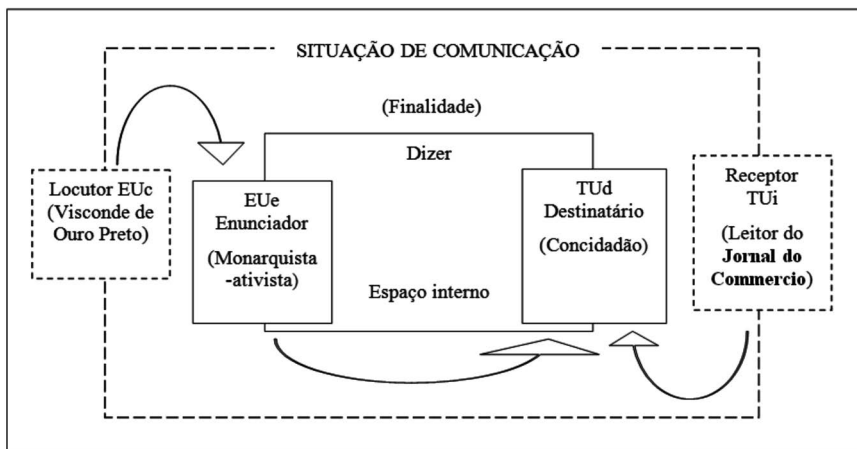


FIGURA 10 – Encenação da linguagem no Manifesto publicado no *Commercio de Portugal* – 1889
 FONTE: Adaptado de CHARAUDEAU, 2008a.

A Figura 10 representa a encenação da linguagem no Manifesto publicado no jornal *Commercio de Portugal*. Nela, percebemos que, no espaço externo, o EUC é o Visconde de Ouro Preto; e o TUI é o leitor do jornal *Commercio de Portugal*. No espaço interno, o EUE é um “monarquista-ativista”, engajado em propagar suas ideias em defesa da Monarquia, e o alvo é seu concidadão, isto é, o TUD. Para o Visconde, esse TUD é aquele sujeito interessado em seu engajamento. Na segunda situação, temos:

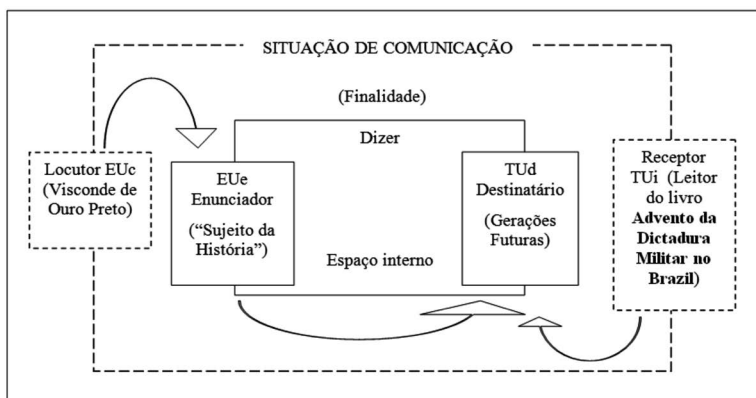


FIGURA 11 – Encenação da linguagem do Manifesto publicado no livro *Advento da Dictadura Militar no Brasil* – 1891
 FONTE: Adaptado de CHARAUDEAU, 2008a.

A Figura 11 apresenta a encenação da linguagem no Manifesto publicado no livro **Advento da Dictadura Militar no Brasil**. Essa representação mostra-nos que, no espaço externo, o EUc continua sendo o Visconde de Ouro Preto; e o seu TUi, o leitor do livro **Advento da Dictadura Militar no Brasil**. O EUe não objetiva apenas propagar ideais monarquistas, mas deixar escrito um discurso fundador para a História do Brasil. Assim, o EUe comporta-se como um “sujeito da História”; e seu TUD passa a ser não mais o público restrito de seus concidadãos da época, mas um alvo mais abrangente: as gerações futuras.

A partir dessas análises, podemos perceber que o Visconde de Ouro Preto apresenta não um, mas dois projetos de escritura, os quais variam de acordo com seu objetivo de escrita no momento e também segundo o suporte textual utilizado para a inscrição de suas memórias. A mudança de suporte textual, de jornal para livro, também interfere no modo como seu discurso é organizado.

Os quadros enunciativos apresentados pelas Figuras 10 e 11 correspondem aos dados explícitos do Manifesto. No entanto, o quadro enunciativo da primeira publicação do Manifesto não coincidiu efetivamente à real situação de comunicação pela qual ele fora submetido. O TUi, na prática, foram os adversários políticos do Visconde de Ouro Preto – Ruy Barboza, Christiano Benedict Ottoni e Visconde de Maracaju – uma vez que o sentido do ato de linguagem não reside apenas na manifestação verbal, mas inclusive nas marcas implícitas dos enunciados, as quais foram identificadas imediatamente por aqueles políticos.

O discurso produzido pelo Visconde, representativo de dada situação, não significa por si mesmo, mas mantém uma relação intrínseca com outros sujeitos também participantes daquela situação de comunicação. Estando inseridos no Manifesto, sobretudo envoltos em acusações de Afonso Celso, como a acusação de traição do Visconde de Maracaju, esses parlamentares reagiram imediatamente ao conteúdo do Manifesto.



FIGURA 12 – Visconde de Maracaju

FONTE: SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2014.

Na primeira publicação, podemos apontar a seguinte questão: Qual a finalidade imposta por essa primeira publicação? Segundo revela o próprio Visconde, “Aproveitando a demora no porto de escala escrevera o Manifesto e apenas chegando áquella capital (Lisboa) curei de impressão” (OURO PRETO, 1891, p. 3). Ou seja, sua escrita surgiu de uma situação inesperada porque, ao que parece, não havia planos em fazer uma parada em Santa Cruz de Tenerife. Naquele momento, o sujeito que tomava a palavra era um ministro deposto e condenado ao exílio. Talvez ele tenha redigido o Manifesto como uma oportunidade de (se) explicar ou de demonstrar sua inocência e/ou ingenuidade a respeito da Proclamação da República no Brasil (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 33) porque, segundo ele, foi privado do direito à palavra. Afonso Celso, em nota de rodapé, faz uma referência ao folheto **Advento da República no Brasil**, escrito por Christiano Benedict Ottoni, para apontar que, naquele período, a “imprensa (brasileira) está(va) amordaçada...” (OURO PRETO, 1891, p. 105).

De acordo com o decreto nº 85 de 23 de dezembro de 1889, constituíam crime militar publicações que se opusessem aos atos do governo

provisório, e estavam sujeitos à pena de morte os redatores dessas publicações. Em virtude disso, “Varios jornaes foram supprimidos e jornalistas encarcerados por discutirem a marcha da administração” (OURO PRETO, 1891, p. 105). Esse seria um dos motivos pelos quais Afonso Celso publicou tanto em um jornal português, **Commercio de Portugal**, quanto em tipografia francesa, na Imprimerie F Pichon.

Fôlego e memória não faltaram a Afonso Celso para redigir, em curto prazo, quase uma centena de páginas. A identidade social do sujeito que está na origem dessa situação é de um monarquista-ativista que tem como interlocutor ideal seu concidadão, explicitamente identificável (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 31), de quem ele esperava uma contrapartida de convivência político-ideológica. Entretanto, os efeitos visados pelo Visconde não corresponderam aos efeitos produzidos; e nem todos seus leitores experimentaram essa mesma “emoção”. Consciente ou não, ele atingiu, diretamente, e teve a reação instantânea da “instância adversária”. Assim, surgiram os mal-entendidos, as incompreensões, as interpretações outras, pois seus opositores ou inimigos políticos foram os interlocutores que, sem demora, publicaram artigos a respeito de seu texto.

Ruy Barboza, por exemplo, publicou um artigo, em 19 de dezembro de 1889, atribuindo falsidade ao ex-ministro, antes mesmo que o Manifesto fosse impresso em Lisboa, em 20 de dezembro de 1889. Essa resposta prévia do Ministro da Fazenda ocorreu possivelmente após alguém ter-lhe mencionado sobre a publicação do ex-ministro, pois o Visconde afirmou haver, em Santa Cruz de Tenerife, certo grupo incumbido em “denunciar as tramas e machinações do deportado e communicar seus revezes. D’ahi uma serie de telegrammas inverídicos e malevolos expedidos para o Rio de Janeiro e tendo por objecto os meus actos, pensamentos e palavras” (OURO PRETO, 1891, p. 3).

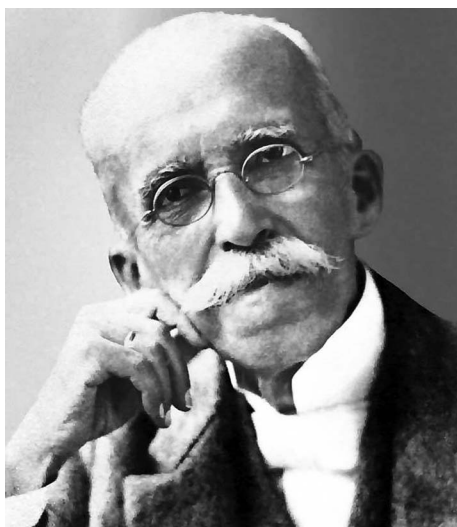


FIGURA 13 – Ruy Barboza de Oliveira
FONTE: RUY BARBOZA, 2013.

De seus concidadãos, aparentemente, Afonso Celso não obteve retorno. Sobredeterminado por essa circunstância que o Visconde parecia não esperar, surge a segunda situação de comunicação. A finalidade comunicativa desta tornou-se outra: não apenas deixar um “legado” a seus concidadãos e às gerações futuras, mas uma réplica às respostas suscitadas. Tornou-se uma tentativa de conversação face a face, ajustada pelas reações do outro (Ruy Barboza, Christiano Benedict Ottoni e Visconde de Maracaju), retificando ou reafirmando suas “teses”, na tentativa de, assim, reaproximar-se dos efeitos visados, especialmente, do efeito de sinceridade. Nessa reedição do Manifesto, foram mobilizadas certas estratégias de discurso, como a injunção e a inserção de notas de rodapé que fizeram do texto uma combinação ainda mais efervescente de argumentação e narração a serviço de sua proposta de ideal antirrepublicano. Nessa situação ou situações de comunicação, o locutor tem consciência de sua margem de manobra e utiliza categorias da língua ordenadas nos modos de organização do discurso⁸.

⁸ No Capítulo 4, seção 4.3, *Da escrita impetuosa à reedição minuciosa*, retomaremos e ampliaremos um pouco mais a discussão sobre a situação de comunicação.

CAPÍTULO 3

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Algumas palavras mais de interesse puramente pessoal: escrevo o meu testamento político.
(OURO PRETO, 1891, p. 26)

Deço a todas estas minudencias, porque escrevo o meo testamento politico e quero tambem fornecer á historia alguns subsidios bem diversos.
(OURO PRETO, 1891, p. 173)

Segundo o **Dicionário Jurídico Brasileiro**, de Washington dos Santos (2001, p. 240), um testamento é, sobretudo, uma declaração de última vontade. O testamento é um ato revogável, no qual o indivíduo dispõe, para depois de sua morte, o todo ou uma parte de seus bens. Se essa livre manifestação de vontade gera efeitos jurídicos, no caso do Visconde gerou efeitos políticos. Segundo Afonso Celso, seu Manifesto configura-se como “Testamento Político”, no qual sua última vontade foi oferecer subsídios à História do Brasil. Logo, há objetivos que motivam os sujeitos na construção e organização de seus discursos que são elaborados estrategicamente. Esse tipo de construção é explicitado por Charaudeau (2008a) no tópico sobre os modos de organização do discurso.

Charaudeau (2008a) afirma que os modos de organização do discurso consistem nos princípios de organização da matéria linguística, marcados pela finalidade comunicativa de enunciar, descrever, contar ou argumentar do sujeito falante. Esses modos de organização, ou tipos de operações que estruturam o discurso, foram agrupados em quatro categorias: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Cada um deles dispõe de uma função de base e de um princípio de organização. A primeira das funções equivale à finalidade discursiva do projeto

de fala do locutor; e a segunda constitui-se de dupla base (linguística e discursiva) tanto para o descritivo, o narrativo e o argumentativo, conforme veremos a seguir.

O autor ressalta uma singularidade do modo enunciativo: ele possui uma atribuição particular na organização discursiva pelo fato de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros, resultando na construção de um aparelho enunciativo. Além disso, o modo enunciativo intervém na encenação dos modos descritivo, narrativo e argumentativo. Diante da impossibilidade de análise dos quatro modos, durante o espaço de tempo disponível no presente trabalho, nosso interesse converge para os modos enunciativo e argumentativo.

3.1 Modo de organização enunciativo

Com atenção para os protagonistas, seres de fala, internos à linguagem, o enunciativo é uma categoria de discurso preocupada com a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação. Para a Análise do Discurso, enunciar é organizar as categorias da língua, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao interlocutor, ao que ele próprio diz e ao que o outro diz. Tal fenômeno possibilita especificar três componentes dos atos locutivos do modo enunciativo: o alocutivo, o elocutivo e o delocutivo. No alocutivo, o locutor exerce uma relação de influência sobre seu interlocutor, que terá determinada reação; no elocutivo, o sujeito falante relaciona-se consigo mesmo, enunciando seu ponto de vista de avaliação, motivação, engajamento ou decisão sobre o mundo, sem a implicação do interlocutor. Quanto ao delocutivo, o locutor refere-se a um terceiro, apagando seu ato de enunciação e não implicando o interlocutor. Trata-se, portanto, de um discurso que fala por si mesmo, sem o ponto de vista do locutor.

Com relação às categorias modais, temos para a modalidade alocutiva a interpelação, a injunção, a autorização, o aviso, o julgamento, a

sugestão, a proposta, a interrogação (pedido para dizer) e a petição (pedido para fazer). Na modalidade elocutiva, o locutor expressa seu ponto de vista com base em uma constatação, saber ou ignorância, opinião, apreciação, obrigação, possibilidade, querer, promessa, aceitação ou recusa, concordância ou discordância, declaração e proclamação. Para a modalidade delocutiva, há a asserção (como o mundo se impõe) e o discurso relatado (como o outro fala).

Nessa perspectiva, nossa reflexão discursiva focaliza o uso da língua e os possíveis efeitos visados na relação discursiva construída pelo Visconde, buscando perceber a maneira como ele atribuiu sentido aos acontecimentos políticos e sociais que o cercaram e, em especial, às relações que estabeleceu com o outro (eu-tu), consigo mesmo (eu-eu), com os demais participantes do cenário sociopolítico e com o próprio acontecimento discursivo (eu-ele). Ou seja, interessa-nos o jogo enunciativo construído pelo ex-ministro, a partir de encenações dos atos locutivos.

3.2 Modo de organização descritivo

Levando em consideração que descrição e narração encontram-se intimamente ligadas, Charaudeau (2008a) sugere que um texto, com relação à sua organização, é sempre heterogêneo. Na construção descritiva, contamos com três elementos importantes: nomear, localizar-situar e qualificar. Para o autor, nomear é uma operação de fazer existir seres significantes no mundo e classificá-los; localizar-situar é identificar o lugar ocupado por um ser no espaço e no tempo; qualificar, assim como nomear, é diminuir a infinidade do mundo, construindo classes e subclasses de seres, atribuindo-lhes um sentido particular.

Nos procedimentos de configuração da descrição, Charaudeau (2008a) destaca os procedimentos discursivos de identificação, ao fazer existir seres no mundo, nomeando-os; os procedimentos discursivos de construção objetiva do mundo, qualificando os seres com o auxílio de traços verificáveis por qualquer sujeito, e os procedimentos discursivos

de construção subjetiva do mundo, ao descrever seres a partir da própria visão do sujeito falante. Para os procedimentos linguísticos, o sujeito falante pode nomear, valendo-se de categorias da língua que conferem existência aos seres; pode localizar-situar, por meio do enquadramento espaço-temporal; e pode qualificar, produzindo uma visão ora objetiva, ora subjetiva do mundo, construindo efeitos de realidade ou ficção.

Na encenação descritiva, ordenada pelo sujeito falante (descriptor), Charaudeau (2008a) aponta que, embora o descriptor se apresente explicitamente ou não, ele produz certos efeitos, tais como: efeito de saber, de realidade, de ficção, de confiança e de gênero. Para o primeiro efeito, o descriptor constrói para si mesmo uma imagem de sábio, detentor da veracidade de seu discurso. Nos efeitos de realidade e ficção, é formada dupla imagem de narrador-descriptor, por vezes exterior ao mundo descrito ou parte interessada em sua organização. No efeito de confiança, o descriptor expressa sua apreciação pessoal, revelando reflexões pessoais, interpelando diretamente o leitor, chamando-o a compartilhar uma reflexão que o descriptor faz consigo mesmo, ou organizando seu discurso, ou, ainda, procedendo à negação de algumas qualificações antes de afirmar outras. No efeito de gênero, o locutor emprega alguns procedimentos de discursos recorrentes e próprios de um gênero para tornar-se o signo deste.

3.3 Modo de organização narrativo

Para Charaudeau (2008a), a encenação narrativa produz o universo narrado ou contado por um sujeito narrante que se encontra ligado por um contrato de comunicação ao destinatário da narrativa. A narrativa, desse modo, compõe-se de: actantes, os quais desempenham papéis relacionados à ação da qual dependem; os processos que ligam os actantes entre si, propiciando uma orientação funcional à sua ação; e as sequências que integram processos e actantes numa finalidade narrativa de acordo com certos princípios de organização. Em uma narrativa, o ac-

tante pode configurar-se como agente voluntário, quando é consciente de seu projeto de fazer, ou pode ser um agente não voluntário, aquele que não tem um projeto de fazer, agindo por meio de manipulação humana ou sobre-humana.

Com relação à cronologia, essa pode ser contínua em progressão, contínua em inversão, descontínua em expectativa ou descontínua em alternância. Quanto ao ritmo, as ações estão agrupadas em condensação ou em expansão. Os procedimentos ligados à localização espaço-temporal relacionam-se à situação no tempo e à localização no espaço. Com relação aos parceiros e protagonistas na encenação narrativa, o autor pode ter a identidade de um indivíduo que age na vida social ou a identidade de um indivíduo que desempenha um papel social particular – o de escritor.

O narrador é um ser de papel narrativo (ou de fala) e pode vir a ser um narrador-historiador, ou seja, aquele que recolhe os fatos da realidade histórica e constrói uma história fiel a essa realidade. As intervenções e identidades do narrador manifestam-se de acordo com o tipo de sujeito. Por exemplo, com a presença e intervenção do autor-indivíduo, a narrativa pode apresentar-se com marcas discursivas que apontam para o contexto sócio-histórico do autor, sobretudo se ele se expressa como eu (autobiografia). O autor também pode proceder como testemunha de sua época. A presença e a intervenção do autor-escritor mostram-se, às vezes, quando o autor-escritor anuncia num prefácio que foi seu projeto de escritura uma maneira de justificar seu ato de escritura.

Em outras situações, salienta Charaudeau (2008a), o autor-escritor expressa-se por intermédio de um narrador que relata uma narrativa, transcrevendo fielmente cartas, documentos diversos ou um testemunho oral. Quanto ao narrador-historiador, esse procura fazer crer que se anula por detrás dos fatos que se impõem por sua credibilidade histórica. Já o narrador-contador ora procura confidenciar-se ao leitor, ora procura guiá-lo em sua leitura, revelando-se explicitamente, implicando diretamente o leitor ou chamando discretamente o leitor-destinatário a compartilhar de seus pensamentos. O narrador pode contar a história de outro, pelo princípio de delocutividade, ou pode contar sua própria história, seguindo o princípio da elocutividade.

3.4 Modo de organização argumentativo

De acordo com Charaudeau (2008a), a argumentação é uma atividade da linguagem, cujo sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação dirigida ao interlocutor para persuadi-lo a alterar seu comportamento. Para o autor, a argumentação requer (i) uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento em alguém; (ii) um sujeito engajado em relação a esse questionamento; e (iii) outro sujeito constituído como alvo da argumentação. O modo argumentativo concede explicações sobre asserções feitas acerca do mundo numa dupla dimensão de razão demonstrativa e razão persuasiva.

A argumentação é definida, portanto, numa relação triangular entre sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. Em síntese, a construção do modo argumentativo pode ser diagramada da seguinte maneira:

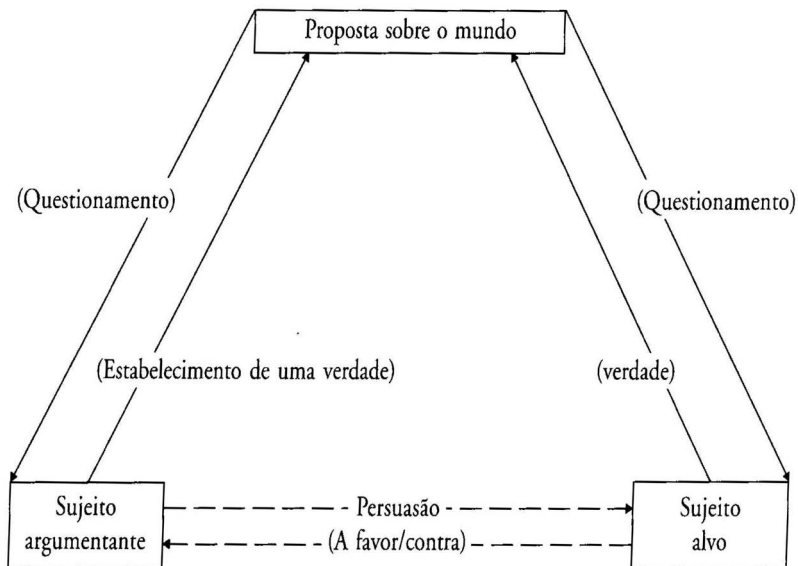


FIGURA 14 – Relação triangular da argumentação
FONTE: CHARAUDEAU, 2008a, p. 205.

A argumentação é, portanto, uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, é envolvida por dupla busca: uma busca de racionalidade e uma busca de influência. Enquanto a primeira procura um ideal de verdade, ao explicar os fenômenos do universo, a segunda busca um ideal de persuasão.

Charaudeau (2008a, p. 221, grifo do autor) salienta que “toda asserção pode ser argumentativa *desde que se inscreva num dispositivo argumentativo*”. Sabemos que o propósito do sujeito argumentante é persuadir seu interlocutor. Para atingir esse objetivo, ele emprega certos procedimentos cuja função é validar a argumentação, ou seja, fornecer aquilo que tende a provar a validade de seus argumentos. Esse comportamento é o que Charaudeau (2008a) denomina como encenação argumentativa. Tais procedimentos são de natureza semântica, discursiva e de composição e serão descritos a seguir.

3.4.1 Procedimentos semânticos

Quando um sujeito argumenta, normalmente ele não apresenta um argumento totalmente neutro. Isso significa que ele pode empregar em sua argumentação certos valores compartilhados por um grupo socio-cultural por meio de um consenso social. Esses valores apresentam-se em certos Domínios de Avaliação.

Os Domínios de Avaliação comportam cinco dimensões: o da Verdade, o do Estético, o do Ético, o do Hedônico e o do Pragmático. Quando o sujeito argumentante formula um discurso portador de uma verdade ou de uma falsidade, definidas de modo absoluto, acerca da existência de seres em sua originalidade, autenticidade e unicidade, ou acerca do saber como princípio único de explicação dos fenômenos do mundo, a argumentação está inserida no Domínio da Verdade.

Se o argumento define os seres da natureza, as representações que os homens fazem dela (na expressão artística, por exemplo) ou os objetos

que fabricam em aspectos do belo ou do feio, ele encontra-se no Domínio do Estético.

Ao levar em conta o comportamento humano, em termos do bem e do mal, diante de uma moral externa ou uma moral interna, o sujeito argumentante valeu-se do Domínio do Ético. A moral externa corresponde à submissão do indivíduo às regras de comportamento impostas a ele pelas leis do consenso social. Já a moral interna implica a submissão do indivíduo às suas próprias regras. Portanto, o Domínio do Ético é um domínio do dever e da obrigação. Nesse caso, o argumento é tido como origem de uma ação realizada em nome de um princípio que é o próprio argumento.

No Domínio do Hedônico, a argumentação gira em torno daquilo que é agradável ou desagradável ao sujeito. Esse domínio relaciona-se com o sentimento do prazer no instante de realização de um projeto ou de uma ação.

Atribuir um argumento ao Domínio do Pragmático consiste em realizar um cálculo e defini-lo no âmbito do útil ou do inútil. Para efetuar esse cálculo, o sujeito precisa medir os projetos e os resultados das ações humanas em virtude das necessidades racionais dos sujeitos agentes que os realizam, ainda que passem por etapas pouco agradáveis. Diferente do Domínio do Ético, o Domínio do Pragmático é do interesse, sendo o argumento uma consequência de determinada ação.

Conforme dissemos, os Domínios de Avaliação comportam certos valores. Charaudeau (2008a) considera que os valores relacionam-se com as normas de representação social e são concebidos em cada domínio de avaliação. Por exemplo, concernente ao Domínio do Ético, tais valores apoiam-se na moral e podem ser representados pela solidariedade, honestidade e lealdade, justiça, responsabilidade, fidelidade, disciplina, esforço e superação.

No Domínio do Pragmático, os valores são instituídos na experiência que se apoia tanto numa norma de comportamento, quanto numa diferença com relação a essa norma. Essas normas podem ser agrupadas em um princípio de quantidade, atribuindo ao argumento uma força baseada na quantidade de pessoas que, por exemplo, aderiu a

determinado produto ou comportamento; em um princípio de modelo de comportamento, estabelecendo com o interlocutor uma relação de comportamento exemplar a ser seguido; em um princípio de prudência e conservadorismo, concedendo ao argumento um aspecto de seguir determinada norma ou regra normalmente de acordo com certa tradição; em um princípio de sedução, tratando de seduzir o outro a partir de certo objeto ou certo comportamento que se destaca dentre os demais; e em um princípio de diferença e singularidade, em que o destaque se apresenta em algo ou em um comportamento nunca igualado.

É possível ainda que alguns valores se apresentem em dois domínios de avaliação simultaneamente. Por exemplo, os domínios do pragmático e do ético podem combinar-se à medida que “uma regra de comportamento cuja eficácia se mediu e verificou (Pragmática) torna-se um dever ou um modelo de conduta (Ética)” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 235). Isso é recorrente tanto em valores que giram em torno da organização racional da vida (trabalho, sucesso, mérito) quanto, inversamente, em valores que dependem da imaginação (invenção, criação).

No Domínio do Hedônico, os valores revelam uma sensação de prazer e apresentam-se, em grande parte, na publicidade. Tal fato decorre da intenção do publicitário em persuadir o consumidor com produtos ou serviços prazerosos.

3.4.2 Procedimentos discursivos

Nos procedimentos discursivos, destaca Charaudeau (2008a), o sujeito argumentante emprega certas categorias da língua tendo em vista produzir certos efeitos de persuasão com argumentos que envolvem a definição, a comparação, a descrição narrativa, a citação, a acumulação e o questionamento. É possível também, nesses procedimentos, que o sujeito argumentante aplique categorias da língua ou procedimentos de outros modos de organização do discurso. A definição, por exemplo, advém do modo de organização descritivo.

3.4.3 Procedimentos de composição

Os procedimentos de composição compreendem a possibilidade de o sujeito construir sua argumentação em texto oral ou escrito, repartindo, distribuindo ou hierarquizando os elementos do processo argumentativo ao longo do texto, para simplificar a localização das diferentes articulações do raciocínio (composição linear) ou da compreensão das conclusões da argumentação (composição classificatória). Na composição linear, os argumentos são organizados seguindo certa cronologia de começo, transição e fim. No começo, o sujeito argumentante apresenta os elementos da proposta e da proposição; na transição, passa-se de um argumento ao outro; e no fim, o sujeito sinaliza o último momento da sua argumentação. O sujeito pode anunciar, retomar ou enfatizar certos momentos da argumentação para chamar a atenção do interlocutor. Na composição classificatória (ou taxonômica), os argumentos são expressos resumidamente em forma de listas ou inventários, quadros, diagramas, esquemas ou figuras.

Vimos, portanto, que os modos de organização do discurso dividem-se em quatro categorias: enunciativa, descritiva, narrativa e argumentativa. Para o presente trabalho, trataremos especialmente dos modos de organização enunciativo, com os atos locutivos, e o argumentativo, com os procedimentos semânticos, discursivos e de composição. Tais aspectos contribuirão para compreendermos a articulação enunciativa e argumentativa realizada pelo Visconde, em seu Manifesto, para captar a adesão de seu leitor-alvo: seu concidadão. Vejamos, nas análises a seguir, essa organização discursiva.

3.5 A organização enunciativa do Manifesto

Para a análise das categorias enunciativas, selecionamos alguns enunciados que remetem à posição discursiva assumida pelo ex-ministro. Classificamos essas unidades em atos alocutivos, elocutivos e delocutivos, re-

alizando um recorte das respectivas categorias modais mais significativas.

Constatamos que os atos locutivos se fazem presentes na obra quando o Visconde de Ouro Preto, ao se lembrar dos acontecimentos e colocá-los como “fonte de uma verdadeira História”, estabelece, ao mesmo tempo, relação consigo mesmo (ato elocutivo), com o outro (ato alocutivo) e com um terceiro (ato delocutivo).

3.5.1 “Não escrevi o manifesto para os estrangeiros e, sim, para os meus compatriotas”⁹

Dentre as categorias modais alocutivas, as quais buscam influenciar o interlocutor, as que apresentaram maior incidência foram a **interpeção**, a **injunção** e a **interrogação**. O Visconde utiliza abundantemente essas categorias, as quais assumem uma importância em seu discurso como chefe político do Regime Monárquico em extinção. Vejamos algumas dessas incidências:

(1) Quero, apenas, que os **meus concidadãos apreciem** os gratuitos insultos contra mim lançados pelo ministro da fazenda e que **cotejem** o telegrama destinado ao Seculo, com o que foi inserido no JORNAL DO COMMERCIO de 21 de dezembro e vae em nota (1). (OURO PRETO, 1891, p. 5, grifo nosso).

O fragmento apresentado foi extraído da **Introdução** da obra. Seção muito importante, já que apresenta as advertências em relação ao Manifesto e sua reedição em 1891. Esse fragmento apresenta um desejo do Visconde em fazer com que seus concidadãos verifiquem a informação referente aos insultos recebidos pelo Ministro da Fazenda Ruy Barboza. Para tanto, o Visconde interpela (interpelação) seu leitor (concidadão) por meio da expressão “meus concidadãos”. Além disso, estabelece com seu interlocutor uma ação a realizar (injunção) por meio dos imperativos “cotejem” e “apreciem”.

⁹ OURO PRETO, 1891, p. 92.

Quando, então, “cotejamos” o telegrama do jornal *Século*, de 19 de dezembro de 1889 – que Ruy Barboza dirigiu a Latino Coelho, da redação do *Século* –, com o **Jornal do Commercio**, de 21 de dezembro de 1889, verificamos que, no primeiro telegrama, Ruy Barboza caracteriza o Manifesto do Visconde de Ouro Preto como um “documento indigno”, no qual Afonso Celso acusa de traição o Visconde de Maracaju. (RUY BARBOZA *apud* OURO PRETO, 1891, p. 4).

O Ministro da Fazenda exalta a Proclamação da República, considerando-a sinônimo de prosperidade, e afirma que “*Ouro Preto é abominado no Brazil*” (RUY BARBOZA 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 4, grifo do autor), pois foi justamente em oposição a suas reformas do Ministério 7 de Junho de 1889 que se produziu a Revolução de 15 de novembro. Ruy Barboza acrescenta que as candidaturas de Ouro Preto e de seu filho, Affonso Celso Júnior, naquele período, foram recebidas com desprezo no Brasil. Esses seriam os “gratuitos insultos” lançados a Afonso Celso; e que ele, Afonso Celso, “solicita” apreciação por parte dos seus concidadãos.

É preciso ressaltar uma informação já mencionada. O primeiro telegrama de Ruy Barboza, em resposta ao Visconde de Ouro Preto, foi escrito no dia 19 de dezembro de 1889, véspera da própria publicação do mesmo Manifesto, ocorrida em 20 de dezembro de 1889. Segundo o próprio ministro, chegaram a seu conhecimento telegramas contendo “algumas noções do manifesto do Visconde de Ouro Preto” (RUY BARBOZA, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 4). A justificativa do Visconde (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 3) para essa informação prévia a respeito do Manifesto deveu-se a algumas pessoas que o rodeavam no porto de Tenerife, vigiando-o e mandando para o Brasil notícias a seu respeito.

No segundo telegrama, publicado no **Jornal do Commercio**, em 21 de dezembro de 1889, Ruy Barboza acrescenta, ainda falando a respeito do Manifesto, que a Revolução caluniada pelo Visconde de Ouro Preto é a mesma que lhe salvou a vida. Ruy Barboza reforça a falsa acusação de traição do Visconde de Maracaju e diz que o Manifesto foi escrito para iludir a Europa, ressaltando que as monarquias europeias no Brasil, se existiam, eram “ridículas” (RUY BARBOZA, 1889 *apud* OURO PRETO,

1891, p. 3). Assegurou estar o Brasil em paz absoluta e com a situação financeira segura.

Ao cotejarmos os telegramas, verificamos que o segundo reforça o que foi dito no primeiro, com acréscimo, apenas, das informações descritas acima. Ruy Barboza é totalmente adverso ao Manifesto do Visconde de Ouro Preto. A esse respeito, Afonso Celso ainda cita um terceiro telegrama de Ruy Barboza, de 26 de dezembro de 1889, do *Jornal Seculo*, no qual o Ministro da Fazenda diz ser “falsíssimo” o conteúdo do Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**, publicado em Lisboa (RUY BARBOZA, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 7). “Falsíssimo”, sobretudo, porque Ouro Preto afirmou que os jornais *Diario de Noticias* e o *Paiz* aconselhavam o exército à revolta. Essa informação foi escrita pelo Visconde na segunda página de seu Manifesto: “Dois jornaes, principalmente, tomaram para si a tarefa ingrata de promover uma sedição militar (...) Eram *Diario de Noticias* e o *Paiz*, dirigidos pelos actuaes ministros da fazenda e dos negocios estrangeiros do governo provisorio.” (OURO PRETO, 1891, p. 32, grifo do autor). Ruy Barboza refuta essa informação, embora Afonso Celso reafirme, na reedição do Manifesto, esse comportamento dos jornais.

Afonso Celso reitera que os leitores desses jornais “pasmarão ante o desembaraço com que o ministro da fazenda affirma, – que jamais as duas folhas recorreram a taes embustes e manobras” (OURO PRETO, 1891, p. 7). Constatamos um movimento cíclico de posições antagônicas: Ruy Barboza refuta Visconde de Ouro Preto que, por sua vez, refuta Ruy Barboza.

Outros fragmentos marcados pela injunção e/ou interpelação são:

(2) “... **sabem os meus concidadãos** o quanto fez o gabinete 7 de junho.” (OURO PRETO, 1891, p. 99, grifo nosso).

(3) ... compellido a ausentar-me do paiz, nada mais posso fazer para auxiliar **os meus concidadãos**, conselho e d’aqui **os exhorto** a que, (...) **não poupem** esforços nem sacrificios para conjurar as calamidades que ameaçam a terra comum que tanto **estremecemos** (OURO PRETO, 1891, p. 107, grifo nosso).

No fragmento (2), o Visconde considera que seus concidadãos compartilhem a informação de que, durante a presidência do Gabinete 7 de Junho, realizaram-se muitos feitos na administração pública. Mediante confiança da Coroa, seu partido foi indicado e recebeu a missão de organizar o Gabinete. Na época, o Visconde relata ter apresentado um programa democrático, comprometendo-se a realizar reformas liberais que inutilizassem virtualmente a propaganda republicana e medidas que melhorassem as condições econômicas e financeiras do País. Diz, também, ter participado da elaboração do Código Civil e da reforma do Código Criminal. Em nota de rodapé (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 99-100), Visconde diz ter sido refutado esse último ponto por parte de um professor da faculdade de Direito de Recife, o qual afirmou não ter sido concluída, na ocasião, a reforma do Código Criminal. Visconde insiste, porém, no que assegurou, dizendo ser facilmente verificável a conclusão da reforma do Código Criminal.

O fragmento (3) completa o fragmento (2), quando o Visconde diz não poder mais auxiliar seus concidadãos. Verificamos que, enquanto presidia o Gabinete, Afonso Celso diz ter realizado grandes intervenções no governo, conforme mencionado no fragmento (2). Agora, exilado, afirma apenas ser possível exortar seus concidadãos a lutarem contra as calamidades que ameaçam o Brasil. Seu concidadão é interpelado e colocado na condição de insurgir-se contra a nova situação política do País.

No excerto (3), Afonso Celso começa falando de si mesmo, interpela seu concidadão e o incita a lutar contra a implantação da República. Ao final, utiliza o verbo “estremecer” na primeira pessoa do plural – “estremecemos” –, integrando-se a seus compatriotas como uma espécie de irmandade patriótica.

Embora a injunção esteja presente no Manifesto, sua incidência recai sobre as notas de rodapé. Esse aspecto é interessante, pois é por meio das notas de rodapé que identificamos as inserções e correções do Manifesto, as quais configuram sua reedição. Seleccionamos, a seguir, algumas delas:

(4) “(1) **Veja-se** entre ao anexos o segundo discurso que proferi...” (OURO PRETO, 1891, p. 33, grifo nosso).

(5) (8) Respondendo ao meu *manifesto* o senhor visconde de Maracaju, não contestou esse ponto. **Veja-se** no Jornal do Commercio de 14 de janeiro de 1890, e entre os anexos o artigo que se inscreve: *O general Visconde de Maracaju ao Paiz...* (OURO PRETO, 1891, p. 45, grifo nosso).

(6) “(1) **Veja-se** o que digo ainda a respeito das queixas do exercito na resposta ao Sñr. C. Ottoni e no prefacio¹⁰” (OURO PRETO, 1891, p. 88, grifo nosso).

(7) “(1) **Veja-se** o que digo no prefacio” (OURO PRETO, 1891, p. 92, grifo nosso).

(8) “(1) **Veja-se** ultimo (primeiro) documento annexo” (OURO PRETO, 1891, p. 108, grifo nosso).

Todos os excertos acima, escritos em nota de rodapé, iniciam-se com o verbo “ver” no imperativo (veja) e caracterizam a categoria modal de injunção. De acordo com o texto do Visconde, a injunção dirige-se a seu concidadão (ou ainda, às gerações futuras), o qual é tido como competente para realizar uma ação. No caso em análise, a ação é de conferir o que afirma ou garante Afonso Celso – seu discurso é colocado em cheque pelos outros e por ele mesmo.

No fragmento (4), o Visconde solicita a verificação do segundo discurso que proferiu na Câmara dos Deputados, em 11 de junho de 1889, sobre suas respostas às censuras feitas à nomeação de dois ministros militares para presidirem as províncias de Mato Grosso e Ceará. Ao consultarmos o referido discurso, verificamos que os parlamentares do Ministério 7 de Junho de 1889 estranharam a nomeação de militares pelo então presidente Visconde de Ouro Preto. Afonso Celso defende-se dizendo que, por necessidade de preencher as pastas da Marinha e da Guerra, confiou os respectivos cargos a dois oficiais generais, pois desejava ver a Marinha e o Exército em condições regulares.

No fragmento (5), o Visconde refere-se à sua acusação de traição por parte do Visconde de Maracaju, quando este lhe assegurou, por escrito,

¹⁰ Ao dizer **Prefácio**, o Visconde refere-se à **Introdução** de sua obra, pois, no sumário, essa seção intitula-se **Introdução**.

que nada havia a temer, pois tudo ocorria regularmente, ou seja, não havia suspeita em relação à Proclamação da República: “... *esteja tranquilo; estamos vigilantes, eu [e] o marechal Floriano; nada haverá* (8).” (OURO PRETO, 1891, p. 45, grifo do autor). A traição, portanto, segundo o Visconde de Ouro Preto, consistiu na omissão do movimento por parte do Ministro da Guerra. Na publicação intitulada **O general Visconde de Maracaju ao paiz**, presente nos anexos da obra, o general Visconde de Maracaju disse haver muitas inexatidões no Manifesto de Ouro Preto, principalmente ao ser acusado de “não ter agido no sentido de suffocar o movimento de 15 de Novembro, quando é certo que dei para esse fim todas as providencias que estavam na esphera de minhas attribuições” (VISCONDE DE MARACAJU, 1890 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 186). A respeito do que afirma Afonso Celso, Maracaju escreve que “Em outro ponto de seu manifesto, diz o Sr. visconde de Ouro Preto que recebeu muitas cartas anonymas, prevenindo-o de que o exercito queria revoltar se, mas que o tranquillisei.” (VISCONDE DE MARACAJU, 1890 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 189).

Por um lado, Maracaju defende-se afirmando que se, naquela ocasião, não julgou iminente um movimento militar, foi porque se baseou na fala de Floriano Peixoto, quando este revelou estar o exército desgostoso com o Gabinete 7 de Junho de 1889. Por outro lado, Maracaju parece não contestar, de fato, o que ressaltou o Visconde de Ouro Preto no fragmento (5). No entanto, contesta outros dois pontos, dizendo, a respeito de Afonso Celso, que “(...) tem S. Ex. a coragem de dizer que o attrahi á secretaria de guerra...” (VISCONDE DE MARACAJU, 1890 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 193) e “Não me recordo de ter dito, quando chegou o corpo de policia desta capital – «agora sim, temos gente sufficiente e estamos bem», como disse S. Ex.” (VISCONDE DE MARACAJU, 1890 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 194).

Cabe ressaltar ainda que, em sua publicação, Maracaju escreve “... procura o Sr. visconde de Ouro Preto declinar em mim a responsabilidade dos acontecimentos de 15 de Novembro, dizendo que não providenciei de modo a evital-os, quando no entanto S. Ex. está convencido do contrario” (VISCONDE DE MARACAJU, 1890 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 191).

O fragmento (6) é uma nota de rodapé inserida logo após a seguinte interrogação ou pergunta retórica: “Que sorte adversa, portanto, que injustiças clamorosas soffria o exercito, para justificcal-o de se levantar contra os poderes legalmente constituídos e mudar de surpresa as instituições do paiz (1)?” (OURO PRETO, 1891, p. 88). Nessa interrogação, Afonso Celso realiza uma provocação, pois, em parágrafo anterior a essa citação, revelou que o exército não teria motivos para se rebelar contra o governo imperial, pois era pago em dia, alimentado abundantemente, vestiam-se com fardamento regular, seu serviço era “levíssimo, pois, ha muitos annos, se limitava ao de guarnição nas cidades. (...) mantendo até em numero e luxo talvez excedentes á forças do erario publico.” (OURO PRETO, 1891, p. 88).

Ao consultarmos a **Resposta ao sñr Conselheiro C. B. Ottoni**, escrita pelo Visconde de Ouro Preto, em 28 de maio de 1890, em Paris, verificamos que ele destaca que as queixas e os descontentamentos do exército são uma das causas principais para a queda da Monarquia, no conceito de Christiano Benedict Ottoni. Afonso Celso (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 159) afirma que seu Gabinete concedeu títulos e condecorações aos militares, colocou-os à frente das províncias como presidentes, removeu do Mato Grosso o general Deodoro e seu exército e distribuiu comissões e pensões. Na quinta parte do **Prefácio**, o Visconde discorre sobre a questão da revolta do exército no Brasil e sobre a missão expedicionária para o estado do Mato Grosso, comandada pelo general Deodoro da Fonseca. Afonso Celso assegura: “Si me fôra licito dar conselhos aos que se incumbem de explicar a attitude assumida pelo exercito no dia 15 de novembro, dir-lhes-ia, por amor da propria corporação, que attribuissem-lhes outros moveis e outros intuitos, que não os até agora manifestados.” (OURO PRETO, 1891, p. 15). No Manifesto, após longa discussão a respeito dos motivos que teriam levado o exército à revolução, conclui: “Portanto, os motivos adduzidos para justificar a sedição de 15 de novembro, referentes ao exercito, são cavilhosos ou absolutamente destituídos de fundamento.” (OURO PRETO, 1891, p. 97).

No fragmento (7), Afonso Celso retoma o que disse no **Prefácio** ou **Introdução**, a respeito das publicações dos jornais **Diario de Noticias**

e **Paiz**. Essas publicações, segundo o Visconde, fomentavam a ideia de revolução por parte do exército, incitando-o a faltar com o dever militar.

O fragmento (8), inserido na **Conclusão**, é a penúltima nota de rodapé do Manifesto, no qual há um erro retificado por uma **Errata**. Em vez de “último”, devemos ler “primeiro”. O primeiro documento anexo, portanto, é a **Carta do primeiro ministro do interior sobre a attitude do povo na proclamação da República**, de Aristides Lobo. É uma publicação intitulada **Acontecimento único**, transcrita pelo Visconde do **Correio da Manhã** de Lisboa, de 13 de dezembro de 1889, mas publicada originalmente no **Diário Popular de São Paulo**, de 18 de novembro de 1889. Esse artigo foi escrito na própria tarde de 15 de novembro de 1889 e descreve como o povo do Rio de Janeiro assistiu à Proclamação da República – “bestializado”. Em suas palavras:

O povo assistio áquillo *bestializado*, attonito, surprazo, *sem conhecer o que significava*. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um phenomeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espiritos. (ARISTIDES LOBO *apud* OURO PRETO, 1891, p. 181, grifo do autor).

Essa nota de rodapé, relacionada à fala de Aristides Lobo, foi inserida pelo Visconde quando escreveu que “a nação não se pronunciou no dia 15 de novembro (1).” (OURO PRETO, 1891, p. 108). Segundo as impressões de Afonso Celso (OURO PRETO, 1891, p. 60):

... A expressão que n'elles divisava não era a da calma (...), mas alguma cousa de incerteza e de angustia. O sr. Floriano Peixoto conservava a serenidade que lhe é habitual. Cingindo a espada, prompto para montar a cavallo, dava frequentes ordens em voz baixa aos officiaes, que encontrava ou mandava chamar.

Por considerar a Proclamação da República no Brasil um golpe, e sua justificativa sem fundamento, Visconde adverte em seu Manifesto:

(9) **Recordem-se** estes factos, **estude-se** a sua concatena-

ção e gradação, **attenda-se** a que não só tão graves quanto condenáveis manifestações não encontraram correctivo... (OURO PRETO, 1891, p. 103, grifo nosso).

O emprego dos verbos “recordar”, “estudar” e “atender”, no imperativo, adverte o interlocutor de que a queda da Monarquia, na perspectiva do Visconde, fora um fato digno não só de recordação como também de reflexão.

As passagens analisadas demonstram a preocupação do Visconde em dirigir-se a seu leitor (concidadão) a fim de integrá-lo a seu discurso como uma forma de significar a presença de seu concidadão e reconhecê-lo como alvo de seu apelo. Outro aspecto que também revela essa vontade de integração é quando o Visconde utiliza-se da injunção, estabelecendo com seu interlocutor uma ação a ser executada. Esse comportamento pressupõe do leitor competência para executar a ação conforme a injunção que lhe é dirigida. No caso do Visconde, a injunção tem a função de fazer seu leitor (concidadão) conferir as informações apresentadas em seu texto para o estabelecimento de “sua verdade”¹¹. O Visconde realiza uma proposta de sentido de seu texto que só se completa com a participação de seu leitor-concidadão, o qual é convidado a interpretar, à maneira do Visconde, os eventos apresentados.

Outra categoria recorrente no Manifesto é a interrogação. Interrogar, no caso do Visconde, não é estabelecer uma informação a ser adquirida, mas é estabelecer o que conhecemos como “pergunta retórica”. Em uma pergunta retórica, o locutor, normalmente, já tem conhecimento da resposta e, muitas vezes, utilizá-la é criar efeito de provocação, ironia e/ou intimidação. Poderíamos considerar esse tipo de recurso como uma estratégia argumentativa para intimidar o interlocutor. As perguntas retóricas mais pungentes do Visconde encontram-se na **Conclusão** do Manifesto, na qual aflora uma revolta mais explícita pela deposição da Monarquia. São elas:

¹¹ Retomaremos esse aspecto de verdade quando tratarmos do Domínio de Verdade dos Procedimentos Semânticos do Modo de Organização Argumentativo no Capítulo 3, seção 3.6.1, “Eis a verdade em todos os pormenores”.

(10) “Quaes as faltas, ou os crimes do sr. D. Pedro II, que em quasi cincoenta annos de reinado nunca perseguiu ninguém, nunca se lembrou de uma ingratição, nunca vingou uma injuria, prompto sempre a perdoar, esquecer e beneficiar, – que aboliu de facto a pena de morte, apoiou com dedicação e promoveu por todos os meios a seu alcance e progresso, a felicidade e a grandeza da patria, sacrificando ao bem commum interesses, repouso e saude?

Quaes os males causados pelo principe, que despendia em obras beneficentes ou de utilidade publica a mór parte do que o Estado lhe offerencia, para o fausto de sua alta posição?

Quaes os grandes erros praticados que o tornariam merecedor da deposição e do exilio, quando, velho e enfermo, mais devia contar com o respeito e a veneração dos seus concidadãos?!... (OURO PRETO, 1891, p. 104).

Longas, sequenciadas, provocativas e em defesa de D. Pedro II. Interrogações que reverberam os feitos do último monarca do Império do Brasil. A primeira pergunta designa o caráter moral de um monarca dedicado ao País por quase cinquenta anos. Palavras de impacto – como “perdoar”, “beneficiar”, “abolir”, “dedicação”, “progresso”, “felicidade” – delinham um homem do povo, sem mágoas, generoso, transformador do Brasil numa arena emergente, um homem que sacrificou sua saúde em virtude do bem comum. Para o Visconde, a humildade e a simplicidade integravam o caráter de D. Pedro II, pois “O Imperador era o soberano que gosava de menor lista civil, quase toda despendida em beneficio dos pobres, ou obras de utilidade publica. Vivia sem fausto e com a maior simplicidade do que muitos dos seus subditos” (OURO PRETO, 1891, p. 87).

A segunda pergunta aponta para uma particularidade de D. Pedro II. Ele tinha apenas cinco anos quando o pai, D. Pedro I, abdicou-se e partiu para a Inglaterra, em 7 de abril de 1831, objetivando recuperar o trono português, na época, ocupado por seu irmão Dom Miguel (FAUSTO, 1995). O futuro Imperador ficou, então, sob os cuidados do povo brasileiro (CARVALHO, 2007). Alguns anos mais tarde, “ainda adolescente, Pedro II assumiu aos catorze anos o trono do Brasil, em julho de 1840”. (FAUSTO, 1995, p. 175)



FIGURA 15 – Consagração e coroação de D. Pedro II
FONTE: CARVALHO, 2007.

Essa pergunta do Visconde, portanto, evoca o fato a respeito de D. Pedro II, fazendo um apelo à memória para reforçar a dedicação do soberano ao País e o sacrifício de sua infância por assumir o trono muito jovem, em virtude do povo brasileiro.

A terceira pergunta atribui ao Imperador condição de vítima desprezada por aqueles a quem o Monarca prestava dedicação. Essa pergunta é encerrada com três sinais de pontuação: interrogação, exclamação e reticências. A primeira noção que se tem é a de interrogação e, em seguida, a de admiração, a de espanto e a de indignação. As reticências denotam incompletude do pensamento, porque Afonso Celso deixa em suspenso outras possibilidades de questionamento acerca da conduta

do Imperador, considerado, na época, um homem amante das Ciências e das Letras.

Os três sinais de pontuação indicam um aumento progressivo que se inicia em um questionamento (?) unido a uma indignação (!), até fazer supor que haveria mais a “perguntar” (...), mas possivelmente, para o Visconde, não seria conveniente explicitar. Essa pontuação representa uma expressividade acentuada do Visconde, operando também como uma força argumentativa em favor de D. Pedro II. Segundo Bechara (2009, p. 605), a pontuação “pertence à iniciativa e decisão do autor no seu desejo de levar ao texto algo mais de expressividade...”, e um enunciado proferido sem tais aspectos estaria prejudicado na sua função comunicativa. Para o Visconde, monarquista convicto, essa função comunicativa está alicerçada em favor do Rei. Inclusive, foi D. Pedro II quem lhe confiou a formação e presidência do Gabinete 7 de Junho de 1889, recomendando-lhe, na ocasião, formação do “ministério sem demora, pois que a crise (no governo) já se prolongava...” (OURO PRETO, 1891, p. 170).

Essas perguntas parecem provocar a reflexão do interlocutor, a fim de fazê-lo compartilhar os ideais de Afonso Celso e acreditar em suas palavras de que o acontecimento de 15 de novembro representou, para o ex-ministro, uma calamidade, o fim da liberdade de expressão e da manifestação no espaço público. Todas as três perguntas possuem estrutura introdutória semelhante, pois se iniciam pelas expressões “Quais as faltas ou crimes”, “Quais os males” e “Quais os grandes erros”, seguidas de julgamentos positivos, os quais se contrapõem às críticas apontadas (faltas, crimes, males, erros), embora não explicitadas. O Visconde não se refere a quais crimes, males ou erros, porque, em sua concepção, eles simplesmente não existiram. Segundo ele, D. Pedro II “cedeu à violência; esta privado de facto das suas prerogativas, mas não as perdeu...”. (OURO PRETO, 1891, p. 107)

São interrogações provocativas e intimidadoras para aqueles concidadãos, acusados pelo Visconde de trair o Imperador, abandonando-o de maneira “traioeira” em favor da nascente República brasileira. Nas palavras do Visconde, foi uma traição, porque “Não foi um movimento

subito, a obra de um dia; o golpe estava já preparado de muitos annos”. (OURO PRETO, 1891, p. 102)

Já a última interrogação do Manifesto, embora sucinta, é bastante expressiva:

(11) “Mas os **bons cidadãos** desempenharão o seu dever e lavrarão solemne protesto. (...) Serão poucos? Não importa; formarão o nucleo das futuras legiões, que hão de levantar-se, porque essa causa é a da lei, a da justiça e a dos grandes interesses sociaes”. (OURO PRETO, 1891, p. 107, grifo nosso)

Em primeiro lugar, quem são os “bons concidadãos”? Seriam aqueles que permaneceram fiéis ao Imperador? Aqueles que compartilham da formação discursiva (FD) do Visconde, a formação discursiva Monarquista? É possível. Mas também são aqueles a quem o Visconde almeja orientar. Essa orientação é no sentido de incitá-los a reagirem contra o governo recém-instalado. Ao se questionar: “Serão poucos? Não importa.”, Afonso Celso parece não acreditar mais em sua influência sobre a maioria, mas a uma minoria formadora do núcleo das futuras legiões, em nome da justiça e dos interesses sociais. Essa incitação à revolta também surge em outros pontos do Manifesto. No fragmento (3), (OURO PRETO, 1891, p. 107), apresentado anteriormente, o ex-ministro exorta a seus concidadãos que não poupassem esforços para insurgirem contra a “dictadura militar” (OURO PRETO, 1891, p. 3) no País.

Há também aquelas interrogações utilizadas pelo Visconde que possuem as respostas nas notas de rodapé. Essas respostas, por seu turno, são constatações verificadas após a primeira publicação do Manifesto. Interrogações com essa estrutura serão abordadas adiante, na seção seguinte, a qual contempla a categoria modal de constatação dos atos elocutivos.

3.5.2 Respondendo às agressões

Dentre as categorias modais elocutivas, as quais expressam a relação do locutor consigo mesmo, há predominância da **recusa**, na **Introdução**; predominância da **constatação** (quase sempre vinculada a uma interrogação) e da **revelação**, no Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**.

Por que o domínio da categoria recusa na **Introdução**? O que Afonso Celso não admite? Ou a que ele não se submete? Vejamos:

(12) “**Não farei comentarios** sobre a singular compreensão que manifesta o ministro da fazenda da dictadura...” (OURO PRETO, 1891, p. 5, grifo nosso).

(13) “Declara o ministro da fazenda que a minha candidatura foi recebida com desprezo. **Não vale a pena discutir...**, pois não me apresentei candidato por parte alguma.” (OURO PRETO, 1891, p. 6-7, grifo nosso)

Sua primeira recusa está no fato de não fazer comentários, deixar de lado os inconvenientes e não discutir a declaração feita pelo Ministro da Fazenda Ruy Barboza no telegrama publicado no *Jornal Século*, em 19 de dezembro de 1889, cujo conteúdo, examinado anteriormente, é uma retaliação ao Manifesto do Visconde de Ouro Preto. O Visconde refuta ter sido um falso político, um mentiroso ou um delator e replica Ruy Barboza. Nessa reclamação, ele se queixa com o jornal *Commercio de Portugal* no qual, segundo ele, foram transcritos artigos publicados na *Gazeta de Portugal* atribuindo-lhe falsamente a autoria. Visconde diz que não estranha procurarem especular seu nome por todos os meios e modos e ressalta nada ter escrito acerca do Brasil sem sua assinatura e plena responsabilidade:

(14) “... **nada escrevi, nada escreverei acerca de nossa patria**, sem a minha assignatura e plena responsabilidade; tão pouco hei inspirado, directa ou indirectamente, apre-

ciações do que lá ocorre. (...) **Abstenho-me muito positivamente** de enunciar aqui juízos sobre os negocios do meu paiz.” (OURO PRETO, 1890 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 25, grifo nosso)

No fragmento (14), o Visconde reproduz uma reclamação dirigida ao redator do **Jornal do Commercio**, escrita por ele próprio, Visconde, em Lisboa em 26 de fevereiro de 1890 e publicada no **Jornal do Commercio**, de 16 de março de 1890 (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 24, 26). Nesse fragmento, ele queixa-se de que

A forçada ausencia do meu paiz e o aniquilamento da minha posição, não me preservam das agressões de alguns adversarios, que não cessam de procurar ferir-me no meu caracter publico e privado (OURO PRETO, 1891, p. 27).

O Visconde “Desdobra-se segundo os papéis que desempenha em seu próprio ato de linguagem: ora sujeito comunicante, ora sujeito interpretante”; ora combatido, ora combatente; ora justiceiro, ora injustiçado (CHARAUDEAU, 2010). Afonso Celso priva-se de escrever a respeito dos negócios do Brasil, pois se sentiu injustiçado e magoado diante das falsas assinaturas atribuídas a ele (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 26-27).

Na categoria modal de constatação, o locutor reconhece “o fato do qual ele diz limitar-se a observar a existência da maneira mais exterior e mais objetiva possível (...) e o interlocutor é a testemunha de uma constatação” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 91). A constatação é o que define o propósito da reedição do Manifesto. A constatação também é um trabalho de memória – só se constata aquilo a que você lembra-se de ter se referido antes. É um trabalho de memória, pois Afonso Celso publica-o no livro para corrigir o que passou despercebido ou incorreto na primeira publicação, anexando notas extraídas de documentos (artigos de jornais, sobretudo, ou outros Manifestos, como o de Christiano Benedict Ottoni) que chegaram a seu conhecimento. A constatação é uma categoria recorrente tanto no corpo do texto do Manifesto quanto nas notas de rodapé inseridas nele.

No **Manifesto**, a constatação está ligada, muitas vezes, à interrogação

do ato alocutivo. Vejamos a seguinte interrogação, na qual o Visconde insiste que o exército não teve participação decisiva na Proclamação:

(15) Ora, podia-se por ventura suspeitar, que cavalheiros de sentimentos elevados conspirassem pela deposição do gabinete, no proprio momento em que assim pediam e recebiam favores de tal ordem? (1) (OURO PRETO, 1891, p. 41).

Essa passagem, extraída do Manifesto, tem sua resposta na publicação de 1891, em uma nota de rodapé, na qual verificamos uma constatação:

(16) (1) **Constou-me** que um official superior do exercito contestara, em publicação pela imprensa, a affirmativa de que os chefes dos estabelecimentos e corporações militares se dirigiram ao governo pedindo auxilio pecuniario para as festividades promovidas em honra dos chilenos. (...) **Assegura-me**, porém, pessoa de inteira fé, que ella appareceu em folha de Pernambuco. (OURO PRETO, 1891, p. 41-42, grifo nosso)

Essa constatação apresenta tom de confiança com o leitor e a rememoração de um fato. Ainda a respeito de não acreditar na revolta por parte do exército, Afonso Celso questiona:

(17) Que sorte adversa, portanto, que injustiças clamorosas soffria o exercito, para justificar-o de se levantar contra os poderes legalmente constituídos e mudar de surpresa as instituições do paiz (1)? (OURO PRETO, 1891, p. 88).

Ao fim dessa interrogação, ele insere a seguinte nota de rodapé: “(1) Veja-se o que digo ainda a respeito das queixas do exercito na resposta ao Sñr. C. Ottoni e no prefacio”. (OURO PRETO, 1891, p. 88)

Em notas de rodapé, as constatações são mais evidentes, visto que foram incorporadas após as confirmações do Visconde e funcionam como recursos de ancoragem de memória discursiva de seu leitor, levando-o a articular os fatos para endossar a versão apresentada pelo Visconde e para atingir seu desejado efeito de adesão. Além disso, a constatação dialoga com a injunção, porque o Visconde constata e solicita a

seu leitor (concidadão) a verificação da fidelidade de suas constatações. O interlocutor torna-se testemunha de suas palavras, isto é, o indivíduo “que assegura a verdade do ato ou fato que se quer provar” (DICIONÁRIO JURÍDICO, p. 240). Outra interrogação significativa apresentada no Manifesto é:

(18) “D’onde partiria, pois a noticia da prisão, da qual aliás nem falei, mas sim de reforma? Talvez o futuro esclareça este ponto (1).” (OURO PRETO, 1891, p. 51).

Essa interrogação diz respeito à suposta ordem de prisão dada a Marechal Deodoro a pedido do Visconde. No dia anterior à Proclamação, segundo relata Afonso Celso, por volta das 10 horas da noite, Souza Ferreira, principal redator do **Jornal do Commercio**, foi à casa do Visconde para verificar sobre a ordem de prisão expedida pelo Visconde. Entretanto, Afonso Celso opõe-se a esse fato dizendo que não ordenou a prisão. Souza Ferreira, então, perguntou por que ele não mandava desmentir o boato pelo **Diário Oficial**, e o Visconde disse que não faria isso, porque o obrigaria a desmentir todas as “ballelas” (OURO PRETO, 1891, p. 50) que a oposição se lembrasse de inventar. Ao fim dessa pergunta, insere uma nota de rodapé dizendo:

(19) “(1) **Effectivamente está hoje verificado** que essa noticia foi (...) assoalhada pelo major Solon para irritar os animos da 2ª brigada e precipitar o pronunciamento.” (OURO PRETO, 1891, p. 51, grifo nosso)

Visconde diz que “hoje” (em 1891), ao refletir sobre esse incidente, pergunta-se se os boatos que chegaram ao conhecimento do redator chefe do **Jornal do Commercio**, Souza Ferreira, e o obrigaram a percorrer longa distância para ir à sua casa averiguar a autenticidade deles, não teriam relação com a conferência, naquela manhã, entre o Visconde de Ouro Preto e o Visconde de Maracaju. Afonso Celso relata que somente com Maracaju faria revelações acerca da eventualidade de repressão contra o general Deodoro, pois a ninguém mais comunicou seu pensamento.

As interrogações apresentadas parecem expressar as dúvidas que têm como respostas às próprias suposições do Visconde. A maioria delas foi encontrada no corpo do texto, entretanto constatamos que as respostas apresentam-se em notas de rodapé, visto que o Manifesto foi reeditado

e incorporado de informações. Nessas inserções, consta aquilo que o Visconde verificou posteriormente como resposta às suas indagações. Há aquela constatação efetuada após contato com outro documento. É o caso do Manifesto do Visconde de Maracaju:

(20) (1) O Sñr Visconde de Maracaju contesta que me houvesse feito aquella declaração mas há equívoco da parte de S. Ex.^a como eu affirmo e prova-o a carta do ex-ministro da justiça, que adiante ver-se-há. (OURO PRETO, 1891, p. 58)

(21) “(1) O Sñr Visconde de Maracaju contesta este incidente (a designação do general Amaral); mas continuo a affirmar-o; não foi o único, nos successos do dia 15 de Novembro, de que S. Ex.^a se olvidou.” (OURO PRETO, 1891, p. 61)

Os excertos (20) e (21) são informações constatadas pelo Visconde de Ouro Preto após o contato com o Manifesto do Visconde de Maracaju. Na última constatação (e acusação) do Manifesto, em nota de rodapé, Afonso Celso defende a escrita de seu Manifesto:

(22) “(2) Os desinteressados amigos do governo provisório, em Lisboa, telegrapharam para o Rio de Janeiro, annunciando que esta publicação fôra mal recebida pela imprensa d’aquella capital. É mais uma falsidade. A’exceptão do SEculo e de mais algum outro jornal republicano, que doestaram-me, esquecidos de que eu viera pedir hospitalidade ás plagas lusitanas, só devo amabilidades a imprensa portugueza. Receba aqui novamente meus agradecimentos o COMMERCIO DE PORTUGAL, e protesto-os também a TARDE, ao DIA, ao TEMPO, ao DIARIO POPULAR, ao DIARIO DE NOTICIAS, ao DIARIO ILLUSTRADO, ao CORREIO DA NOITE, á GAZETA DE PORTUGAL, e ao REPORTER, os quaes, entre outros que me escapam, referiram-se, nos editoriaes de 20 e 21 de dezembro, em termos benevolos e honrosos ao meu Manifesto.” (OURO PRETO, 1891, p. 108)

A terceira categoria modal recorrente na escrita do Visconde é a revelação. Talvez seja a revelação uma das palavras mais “latentes” no Manifesto. Primeiramente, porque esse é o intuito de sua escrita: “Incumbe-me fornecer á historia esses subsidios indispensaveis para que

ella profira juizo imparcial e seguro” (OURO PRETO, 1891, p. 31). Essa revelação também é um trabalho de memória. Para Charaudeau (2008a), na revelação, o locutor possui o conhecimento de um saber e supõe que outros o mantêm voluntariamente oculto. Ao revelar, o sujeito toma a posição de denunciador, pois detém um saber, afirmando que esse saber existe em sua verdade. O interlocutor atua como testemunha da declaração do locutor. Assim, disse o Visconde quando aportou em Santa Cruz de Tenerife:

(23) “... é meu primeiro cuidado referir-lhes o que presenciei e a parte que tive nos memoráveis acontecimentos de 15 de novembro...” (OURO PRETO, 1891, p. 31, grifo nosso).

(24) “Verão os meus compatriotas que poucos dias precedeu á sedição militar.” (OURO PRETO, 1891, p. 37, grifo nosso)

(25) Episódios, todavia, se deram que não posso deixar em silencio, porque servem para se aquilatar das atenções e consideração com que o governo provisório trata os seus adversarios, e, segundo oficialmente afirma, **mandou guardar para commigo**. (OURO PRETO, 1891, p. 75, grifo nosso)

(26) “Vem a pello, porque d’ahi resultam igualmente subsidios para a historia, **mencionar o que colhi das conversações com alguns officiais**, durante os dias em que com elles convivi. **Revelo-os, sem escrupulos**, pois tive a franqueza de os prevenir de que desejava obter esclarecimentos exactos para mais tarde, si conservasse a vida, **transmittil-os ao publico**.” (OURO PRETO, 1891, p. 80-81, grifo nosso)

(27) “Eis o que me foi referido sobre os successos do dia 15 de novembro pela officialidade do 1º regimento de cavallaria e de outros corpos, que alli se reuniam...” (OURO PRETO, 1891, p. 83, grifo nosso)

(28) “Ahi fica para o futuro historiador **fonte abundante de proveitosos esclarecimentos**.” (OURO PRETO, 1891, p. 83, grifo nosso)

Essas revelações vêm por meio de uma narrativa ou de um discurso relatado narrativizado, na expressão dos atos delocutivos. Essa narrativa, para o Visconde, toma a forma de um testamento político, no qual os bens deixados correspondem a dados reveladores que ele acredita serem unicamente dele, subsidiários para a História do Brasil. Para Afonso Celso, são confidências de informações significativas, desconhecidas pela maioria dos brasileiros. É uma narrativa também argumentativa, à medida que é “contada uma história” para reforçar a prova de um argumento ou para produzi-lo.

3.5.3 Narrativa de sedução

Com relação à modalidade delocutiva, o discurso relatado, especialmente o **discurso relatado narrativizado**, chamou-nos atenção pelo número de ocorrências. Tal resultado se deve ao fato de o Visconde narrar, em grande parte do Manifesto, desde os acontecimentos anteriores até os posteriores à Proclamação da República. Em muitas páginas, Afonso Celso assume o papel de narrador e conta uma história, faz um relato. Não nos deteremos à análise dos numerosos fragmentos narrativos do Manifesto, mas destacaremos dois momentos principais: (i) a Proclamação da República e (ii) a prisão do Visconde, com a narração de suas noites na prisão.

Na verdade, constatamos uma narrativa de idas e vindas, dotada de um percurso cronológico descontínuo. Talvez seja porque Afonso Celso redigiu o Manifesto “apressadamente”, conforme suas próprias palavras, e não seguiu linearmente a sequência dos fatos, mas a sequência de suas lembranças. Sua narração é interrompida por notícias, artigos, telegramas, citações. Vejamos, a seguir, o discurso relatado narrativizado do primeiro momento de tensão:

(29) “Decorrido algum tempo, seguido de numerosíssimo cortejo, apresentou-se o marechal Deodoro na sala em que estava reunido o ministério...

No meio do mais profundo silencio, **scientificou me** de que se puzera á frente do exercito para vingar as gravissimas injustiças e offensas por elle recebidas do governo, as quaes **enumerou** (...) Apesar de enfermo, não se pudera escusar a dirigir os seus camaradas por não ser homem que recuasse deante de cousa alguma, temendo só a Deus. **Alludiu** aos seus serviços nos campos de batalha, commemorando que pela patria estivera tres dias e tres noites combatendo no meio de um lodaçal, sacrificio que **eu** não podia avaliar. **Declarou** que o ministerio estava deposto e que se organisaria outro de accordo com as indicações que iria levar ao Imperador. **Disse** que todos os ministros podiam retirar-se para suas casas, excepto eu – *homem teimosissimo, mas não tanto como elle*, – (assim se exprimiu) e o sr. ministro da justiça, que **ficariamos** presos até **sermos** deportados para a Europa. Quanto ao Imperador, **concluiu**, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo lhe favores...

Tendo ouvido com toda a calma e sem um gesto siquer, **respondi**:

— “Não é só no campo de batalha que se serve a patria e por ella se fazem sacrificios. Estar aqui ouvindo o general (memória), n’este momento (citação de experiência), não é somenos a passar alguns dias e noites n’um pantanal (desqualifica Deodoro). Fico ciente do que resolve a meu respeito. É o vencedor; pôde fazer o que lhe aprouver. Submetto-me á força.”

Salva uma ou outra expressão que não **pude** conservar de memoria, **foi esta a minha ultima resposta ao marechal Deodoro**. Tal foi a minha attitude. **Conservei** sempre a maior serenidade e firmeza. (OURO PRETO, 1891, p. 69-70, grifo nosso)

O que nos chamou atenção, em primeiro lugar, é o fato de o Manifesto apresentar-se essencialmente narrativo. Em segundo lugar, é uma narrativa de memórias em primeira pessoa, portanto com traços autobiográficos. Esses traços são percebidos pelo uso dos verbos na primeira pessoa, tais como “ficariamos”, “sermos”, “respondi”, “pude” e “conservei”. Entretanto, não é somente o emprego dos verbos que caracteriza um texto como autobiográfico. É importante levarmos em consideração também o contexto. O Manifesto é escrito após, e não durante, o acontecimento de

todos os fatos. É uma rememoração. “Foi esta a minha ultima resposta ao Marechal Deodoro.” Assim, identificamos a posição dos interlocutores do fragmento (29) tanto da situação de comunicação original quanto da situação de comunicação relatada:

Locutor Relator (L.R.) – Visconde de Ouro Preto

Interlocutor Relator (I.R.) – Seus concidadãos

Tempo Relatado (T.R.) – 9 de dezembro de 1889

Espaço Relatado (E.R.) – Santa Cruz de Tenerife (província espanhola)

Os quatro aspectos citados contribuem para apontar o discurso enunciado anteriormente ou Discurso de Origem (D.O) por um:

Locutor de Origem (L.O) – Marechal Deodoro da Fonseca

Interlocutor de Origem (I. O) – Visconde de Ouro Preto

Tempo de Origem (T.O) – 15 de novembro de 1889

Espaço de Origem (E.O) – Rio de Janeiro (Brasil)

O fragmento (29) é bastante representativo, porque, além de contemplar o discurso narrativizado em si mesmo, contempla também o **discurso relatado citado** e **discurso relatado integrado**.

O discurso relatado citado apresenta-se na expressão destacada em *itálico* pelo Visconde, referindo-se à fala de Deodoro e à sua própria resposta ao Marechal. O discurso relatado citado é outra modalidade presente no Manifesto, porque o Visconde refere-se a citações de outrem para reafirmar suas convicções acerca dos acontecimentos, sinalizando essas citações em *itálico*. A presença do Locutor Relator (Visconde) é sensível no enunciado para que o discurso se imponha com a autonomia de uma citação, inserindo este Discurso de Origem como um discurso com valor documentário.

O discurso relatado integrado é aquele em que o discurso do outro – no caso do Marechal Deodoro – integra-se ao discurso do Visconde por meio das expressões “enumerou”, “aludiu”, “declarou”, “disse”,

“concluiu”. O discurso relatado narrativizado, o discurso de Deodoro, locutor de origem, converte-se em agente de um ato de dizer, integrando-se totalmente ao discurso do Visconde. É o que ocorre na seguinte passagem “Apesar de enfermo, não se pudera escusar a dirigir os seus camaradas por não ser homem que recuasse deante de cousa alguma, temendo só a Deus” (OURO PRETO, 1891, p. 69). É como se o Visconde se apropriasse da fala de Deodoro, o qual, supomos, deve ter dito que não recuava diante de coisa alguma, temendo somente a Deus.

No fragmento (29), identificamos também uma desqualificação de Deodoro por parte do Visconde, quando este afirmou que “Estar aqui ouvindo o general, n’este momento, não é somenos a passar alguns dias e noites n’um pantanal” (OURO PRETO, 1891, p. 70). Nesse trecho, Afonso Celso deixa transparecer sua subjetividade, avaliando o que pensa ou como se posiciona diante do Marechal. O interessante é que o Visconde, ao fazer citação de uma fala própria, emprega os verbos no presente, citando a experiência como se estivesse vivendo aquele momento novamente. Ele também reforça a ideia de que se conservou com dignidade diante do fato, não tendo se abalado pelo fato de ter sido indicado à prisão.

Afonso Celso defende-se de uma carta escrita por José Avelino, o qual afirma que, ao saber da Proclamação da República, o Visconde se impressionara e exaltara tanto que adoecera, sendo chamado um médico e avisada a família. Afonso Celso procurou retorquir essa informação, dizendo que “O sr D^r José Avelino foi mal informado e afirmou uma inverdade” (OURO PRETO, 1891, p. 73). Afonso Celso contrapõe-se afirmando que os fatos ocorridos não foram suficientes para tirar-lhe o sangue frio e a calma. Ele ressalta ter tido certa indisposição, no dia 17 de novembro de 1889, dois dias após o acontecimento, no entanto sem relação alguma com a Proclamação, pois, na ocasião, não desfrutava de saúde vigorosa e medicou-se por conta própria.

O segundo momento de tensão é a narrativa de sua prisão:

(30) “**Fui informado** da instalação do governo provisório, depois de preso (...) A minha prisão effectuou-se as 6 horas da tarde pouco mais ou menos (...) **Perguntei** ao official se

estava autorizado, no caso de não me entregar, a empregar a violência.

Respondeu-me que sim.

Não **relatarei** tudo quanto alli se passou nas 86 horas em que **estive detido** (...) Nas duas primeiras noites, **arranjaram-me** um leito numa sala de ordens (...) **Transferiram-me** depois para um compartimento mais reservado, mas onde também não se perdia um só dos meus movimentos. Na segunda noite **tive** de abandonar a cama por um pequeno sofá, porque a ensopara a chuva que do tecto cahia a cantaros (...).

Obrigado a **levantar-me vi-me** durante cerca de tres horas, entre a ponta de uma d'aquellas armas e o cano da outra, sob as repetidas ameaças de que a minha vida pagaria o que ia acontecer (...).

Por vezes **ouvía** (...) que **se queixavam** de não poderem dormir por causa de um homem e paisano, que tamanho incommodo causava a tanta gente, **sendo tão facil socegar tudo com um tiro de fusil!** (...).

Observei-lhes que tudo aquillo era uma crueldade inutil.” (OURO PRETO, 1891, p. 73-76, grifo nosso)

Um diário? Uma autobiografia? Relato de experiência? Preocupado em transformar suas lembranças em registros, percebemos que o Visconde estrutura seu manifesto por meio de construções subjetivas e em primeira pessoa. Trata-se de uma tipologia de escrita de si, mas com o objetivo de apresentar uma versão monarquista sobre a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, e constitui-se, segundo o Visconde, “subsídios para a História”. Observamos que, desde a primeira página, o ex-ministro tem como desígnio a preocupação em transformar suas lembranças em registros, a partir de suas interações sociais, na pretensão de estabilizar e transmitir sua própria imagem da sociedade por meio de suas reminiscências. Isso se torna ainda mais evidenciado, quando ele apresenta o Manifesto, assumindo sua escrita um papel confessional. No fragmento (30), constatamos uma narrativa memorialística do tempo em que esteve preso. Ele detalha as noites, segundo ele, incômodas e desconfortáveis. Nesse excerto, aflora uma narrativa em que o Visconde se coloca como uma vítima: era vigiado, “enfrentou” uma noite de chuva, foi ameaçado de morte e esteve entre duas armas.

O fragmento (30) apresenta o discurso relatado citado, destacado pelo Visconde em itálico, na expressão “*pagaria o que ia acontecer*”, uma citação de um oficial. Observamos o discurso relatado integrado nas expressões: “fui informado”, “perguntei”, “respondeu-me”, “se queixavam”, “observei-lhes”. São expressões referentes à fala de outrem ou à fala do próprio Visconde. O discurso relatado narrativizado evidencia-se pela expressão “sendo tão facil socegar tudo com um tiro de fusil”, oriunda de um oficial”. Desse modo, identificamos a seguinte posição dos interlocutores no fragmento (30):

Locutor Relator (L.R.) – Visconde de Ouro Preto

Interlocutor Relator (I.R.) – Seus concidadãos

Tempo Relatado (T.R.) – 9 de dezembro de 1889

Espaço Relatado (E.R.) – Santa Cruz de Tenerife (província espanhola)

Essa identificação contribui para relatar o discurso enunciado anteriormente (D.O) por um:

Locutor de Origem (L.O) – Oficial

Interlocutor de Origem (I.O) – Visconde de Ouro Preto

Tempo de Origem (T.O) – 15 a 19 de novembro de 1889

Espaço de Origem (E.O) – Rio de Janeiro (Brasil)

Há, por conseguinte, assim como no fragmento (30), uma representação verbal do passado. Foi durante sua prisão que Ouro Preto conver-
sou com alguns oficiais (Cf. fragmento (26) e, a partir de então, suscitou as hipóteses que justificariam a não adesão do exército ao movimento. Essas hipóteses sustentam sua “tese” de que a Proclamação não teve fundamento. O Visconde retoma uma série de acontecimentos que desencadearam a “crise” no sistema político brasileiro da época. Para confirmar sua “tese”, Afonso Celso evoca diversas vezes (Deodoro da Fonseca, D. Pedro II, Visconde de Maracaju, Christiano Benedict Ottoni, dentre outros), que instituem uma prova argumentativa de verdade na busca de

seu objetivo persuasivo, gerando efeito de testemunho fiel. Ao evocar essas vozes, Afonso Celso comenta as declarações transcritas, discorda, contesta ou as replica. Ainda que o Visconde esteja presente no discurso do outro, ele não se perde em sua própria voz – é quando utiliza a primeira pessoa ou se integra aos brasileiros como “nós” ou “nossa pátria”.

No Manifesto, especialmente nos fragmentos (29) e (30), o que era um ato converte-se em um evento narrado. Na perspectiva do Visconde, o registro desse conteúdo é filtrado em confluência com seu objetivo da escrita, demonstrando o que teria sido “realmente” proferido. Destacamos os trechos (29) e (30), momentos com uma função narrativa principal, os quais determinam as grandes articulações do texto numa ação de causa e consequência. Assim, recuperamos duas situações de enunciação implícitas no discurso relatado narrativizado: (i) a situação de enunciação atual e (ii) a situação de enunciação original. No caso do Visconde, a situação de enunciação atual abrange um sujeito exilado, cuja presença foi dispensada do Brasil, e insatisfeito com a nova situação política no País. A situação de enunciação original é um tempo passado recente, do qual os leitores, supostamente, não possuem nenhum saber e a qual identificamos pela enunciação atual do Visconde. Esse aspecto tem relação com os quadros apresentados anteriormente, na seção sobre atos de linguagem, sobre as duas situações de comunicação estabelecidas pelo Visconde, porque são dois momentos distintos.

Tendo em vista que o Manifesto originou-se como uma “resposta do Visconde aos seus concidadãos”, ou a algum esclarecimento que ele desejou deixar como subsídios para a História do Brasil, ou ainda na publicação do livro **Advento da Dictadura Militar no Brazil**, em 1891, para responder às “agressões” verbalmente sofridas, é natural que ele tenha filtrado, sobretudo, os fatos de maior relevância, segundo sua perspectiva ou o que ele considerou “mais importante”. De fato, nas citações, nas referências aos discursos de outrem, há um corte do contexto de origem, pois o Manifesto é uma reconstrução de memória dos acontecimentos. É possível que essa reconstrução sofra influência do próprio locutor relator, entretanto Afonso Celso salienta narrar com fidelidade os fatos, atribuindo-

do uma força argumentativa na voz do outro, em seu favor. É também uma memória dos discursos dos dizeres do outro.

Há pouco distanciamento e muito envolvimento do Visconde na narração, especialmente quando observamos o uso constante da primeira pessoa do singular, embora, em alguns momentos, ele procure manter-se imparcial e objetivo. É o caso, por exemplo, quando na **Introdução**, ele apresenta diversas tabelas com valores monetários a respeito de algumas despesas. O Visconde mostra, com os próprios dados de um relatório sobre as finanças do Brasil, que a República encontrou o tesouro nacional em boa situação (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 17-22). Ele apresenta uma somatória, em contos de réis, em uma espécie de relatório contendo os gastos contraídos em seu ministério. Ao fim, o Visconde lança uma nota de rodapé relatando que a *Gazeta de Notícias*, de 6 de janeiro, adiciona alguns contos à despesa mostrada pelo Visconde. Posteriormente, ele detalha os gastos e nos apresenta outra soma de recursos relativos a socorros prestados no período de 15 de novembro de 1888 a 30 de junho de 1889.

Em sua narrativa, também observamos a desvalorização da fala do outro, não lhe conferindo credibilidade, ao passo que, em relação à Monarquia e a D. Pedro II, Afonso Celso os coloca em posição de superioridade. A polêmica é outro aspecto do Manifesto, pois são narrados conflitos entre outros políticos e ele, contribuindo mais ainda para acirrar a discussão em favor da Monarquia, sobretudo quando o Visconde discorda da fala do outro, revida alguma ofensa (ofensa de Ruy Barboza) ou de alguma acusação (mandado de prisão de Deodoro). Há também um ideal de solidariedade em sua escrita, pois ele coloca-se em posição de injustiça social, desejando o compartilhamento de sua causa, lamentando-se, pedindo a seus concidadãos que se recordem daqueles fatos. É o que ocorre na narrativa de suas noites preso.

Ao narrar dessa forma, Afonso Celso revela sua interpretação da situação em que se encontrava, revestindo-se disso como um instrumento de manipulação de ideias, firmando a verdade e a fidelidade do que foi dito. Por isso, consideramos o discurso relatado narrativizado, do Modo Enunciativo, relacionado à descrição narrativa, do modo argumentativo,

pois sua narração adquire também função argumentativa. Não optamos pelo modo de organização narrativo pelo fato de nos interessar, nesta pesquisa, a narração como uma estratégia argumentativa para enredar o interlocutor. A narração do Visconde, por vezes, apresenta-se com um tom de informalidade, assemelhando-se a um diálogo pelo uso de expressões como o “aí” e “daí” (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 4, 46, 52, 61, 84).

De acordo com os dados da pesquisa, cerca de 80% do Manifesto constitui-se pelo discurso relatado narrativizado, sendo o restante do texto contemplado pela descrição. Claro que esse quantitativo não é estaque, mas se mescla com categorias narrativas, descritivas e argumentativas, pois o Visconde realiza um movimento descritivo-interpretativo das situações que apresenta. A esse número integra-se também a influência do modo de organização do discurso argumentativo, pela categoria modal descrição narrativa. Na descrição narrativa, é descrito um fato ou contada uma história para reforçar uma prova ou produzi-la. Essa estratégia de construção narrativo-argumentativa do texto é usada para sustentar a argumentação do locutor relator e fortalecer seus argumentos, muitas vezes utilizando o itálico para atribuir a responsabilidade daquilo com que Afonso não concorda, ou para evidenciar um distanciamento. O objetivo é alcançar os efeitos de sentido visados, isto é, fazer com que seu leitor-concidadão acredite na veracidade de suas palavras acerca da Proclamação da República no Brasil. Essa vontade de ser credível aos olhos de seu concidadão também passa pela argumentação e pela imagem de si mesmo (*ethos*) construída em sua narrativa. Esses últimos pontos – argumentação e *ethos* – constituem os próximos tópicos de análise.

3.6 A organização argumentativa do Manifesto

Conforme o que está previsto no modo de organização do discurso argumentativo, o Manifesto apresenta a seguinte relação triangular:

- (1) Sujeito argumentante: Visconde de Ouro Preto;

- (2) Sujeito-alvo: gerações futuras (concidadãos e compatriotas);
- (3) Proposta sobre o mundo: a Proclamação da República no Brasil constitui um erro.

O Visconde parte dessa premissa para elaborar toda sua escrita a favor da Monarquia.

Para comentarmos a respeito da noção de proposta presente no Manifesto, destacamos alguns argumentos:

(31) Incumbe-me fornecer á historia esses subsidios indispensaveis para que ella (a História) profira juizo imparcial e seguro. (...) Commetteria eu uma falta se os occultasse (OURO PRETO, 1891, p. 31).

(32) “... não perdurará e menos fará a felicidade da patria a republica...” (OURO PRETO, 1891, p. 104).

(33) “A republica brasileira, qual foi proclamada, é uma obra de iniquidade; não pôde perdurar.” (OURO PRETO, 1891, p. 105)

(34) “Uma nação de homens livres não supportará por muito tempo tão intoleravel regimen...” (OURO PRETO, 1891, p. 106)

(35) ... d'aqui os exhorto (...) não poupem esforços nem sacrificios para conjurar as calamidades que ameaçam a terra comum, que tanto estremeceemos. (OURO PRETO, 1891, p. 107)

O primeiro excerto (31) está presente nas primeiras linhas do Manifesto, no qual o Visconde revela seu projeto de escritura. Percebemos um desejo de constituição, pelo discurso, de uma História distinta daquela que estaria sendo traçada pelos vitoriosos, os republicanos. Evidencia-se o que caracterizamos anteriormente como “vontade de memória”, aspecto que atuaria como autojustificativa de sua argumentação. Nesse trajeto, enuncia-se um dever da ordem do lembrar-se, como forma de recuperar e calcificar um passado. Essa é uma estratégia adotada pelo Visconde que visa a reforçar a base de suas palavras, considerada por ele

como um estatuto discursivo de origem, fundador de uma “verdadeira História”. Por sua vez, essa permitiria aos brasileiros distinguir o melhor do pior no ambiente político da época.

Nos fragmentos (32), (33) e (34), a instauração republicana é considerada um “crime”, uma “obra de iniquidade” que não se sustentaria no cenário político. Ainda para o ex-ministro, a República não traria felicidade para os brasileiros e teria uma existência passageira, pois, de acordo com seu posicionamento, o Segundo Reinado havia consolidado o regime monárquico no País. Nos três excertos, o vínculo modal entre A1 (asserção de partida) e A2 (conclusão) é da ordem do possível, da plausibilidade, de modo que a conclusão pode ser considerada como verossímil, se inserida no escopo do valor da verdade.

No fragmento (35), o Visconde integra-se a seu concidadão, por meio do uso da primeira pessoa do plural. Ele coloca-se como parte desse grupo que está sob a ameaça da República, tão temida por eles.

Consideramos os excertos selecionados envolvidos por dupla busca: (i) de um ideal de verdade, com vistas a explicar o acontecimento “Proclamação da República no Brasil” e (ii) de um ideal de persuasão, com vistas a persuadir os concidadãos a insurgirem-se contra a República. Ao explicar o acontecimento citado, como também ao tentar persuadir seus concidadãos, o Visconde destaca o Império, no qual atuou por mais de trinta anos, como uma instituição mantenedora da prosperidade e da força nacional do Brasil, ao contrário do que era antes, segundo ele, uma nação em atraso e pouco populosa. Ao fazê-lo, ele se situa no discurso da tradição monárquica, que se instalou desde a colonização do Brasil e que se tornou regular a partir de 1822, com o Primeiro Império.

Trata-se de um discurso que, até a crise do Segundo Império, fez-se dominante, mesmo que, para tal, tivesse que derrotar os “discursos subalternos”, das sedições, revoltas e revoluções derrotadas no período. Por outro lado, em 1889, esse discurso, em crise, é contraditado pelo discurso circulante em ascensão, aquele que afirmaria que “O império era a ruína da Nação”, representado pela voz republicana.

É justamente contra esse discurso em ascensão que o Visconde se engaja em sua argumentação. A vontade de conservação do discurso

monárquico e de suas instituições – a nobreza, a distribuição de títulos, a identidade para com a tradição – coloca-se, desse ponto de vista, em contraposição à mudança política. Essa mudança daria lugar ao novo, àquilo que não estava de acordo com a tradição e, por isso, constituía-se como participante da verdade e de poder de uns poucos, que se engajariam numa simples aventura e experiência efêmera. Esse conceito de verdade estabelecido pelo sujeito argumentante é importante, pois é ele que valida a conclusão da argumentação.

Esse ideal de verdade, afirma Charaudeau (2008a), passa por filtrações subjetivas, tais como a experiência individual e a experiência social do sujeito. Desse modo, o sujeito argumentante Visconde apela para sua experiência pessoal e social vivida no regime decaído para fundamentar a contra-argumentação em torno da República. Ele utiliza, então, argumentos que a desfavorecem, segundo o ponto de vista dele.

A maneira como o Visconde se engaja ao argumentar apresenta uma particularidade: nos enunciados como (32), (33) e (34), por não estarem estruturados em primeira pessoa, o sujeito produz, de certa forma, efeito de distância em relação ao discurso, uma vez que realiza um relato sobre o mundo ou sobre o discurso dos outros. Entretanto, ainda que o sujeito argumentante enuncie em terceira pessoa, ele emprega qualificações subjetivas, tornando o enunciado subjetivo.

É o que faz o Visconde: ainda que ele fale da Proclamação da República em terceira pessoa, nem sempre ele consegue atingir alto grau de objetividade, pois apresenta sinais de subjetividade, principalmente porque ressalta sua insatisfação com o novo regime instaurado, expressando posicionamentos afetivos ou axiológicos – fundamentados em valores. A tomada de posição realizada por Afonso Celso é implícita, pois ele não se autointitula um monarquista em nenhuma passagem de seu Manifesto. Esse tipo de organização enunciativa ultrapassa o simples emprego de pessoas do discurso, uma vez que revela opiniões do locutor (Visconde de Ouro Preto), produzindo efeitos imediatos sobre o leitor (concidadãos e compatriotas).

Um desses efeitos é o uso da injunção, cuja análise realizamos no fragmento (3) e (35), para demonstrar sua preocupação em se dirigir a

seu leitor-concidadão, a fim de integrá-lo a seu discurso. Esse mecanismo linguístico atua como forma de significar a presença de seu concidadão, reconhecê-lo como alvo de seu apelo e persuadi-lo. Dessa maneira, o Visconde interpela seu sujeito-alvo, destacando-o dentre um conjunto de interlocutores possíveis, designando-o por um termo de identificação específico – concidadão. Ao fazê-lo, espera que seu interlocutor reaja contra a República, não poupando esforços nem sacrifícios para combatê-la. Tal operação inscreve-se no eixo do obrigatório, pois o vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem do necessário, sendo A2 uma conclusão que se impõe diante de A1.

Ao argumentar, o Visconde de Ouro Preto coloca-se como um sujeito de autoridade, testemunha de sua época. Esse procedimento discursivo ou estratégia discursiva de credibilidade tem frequentemente função político-ideológica. Nesse caso específico, tem por objetivo revelar e compartilhar a “visão por detrás” da instauração republicana no Brasil. Tal tomada de posição é, em grande parte, alicerçada por meio de julgamentos de valor, por denúncias e por posicionamentos irônicos, manifestando, assim, uma argumentação polêmica e ativista. Além disso, sua argumentação constitui-se, especialmente, pelo Domínio da Verdade dos procedimentos semânticos.

3.6.1 “Eis a verdade em todos os pormenores”¹²

Não nos esqueçamos de que o Visconde de Ouro Preto foi um político e, como tal, preocupava-se em ser credível e persuadir a maioria dos indivíduos com os quais ele partilhava (ou supunha partilhar) certos valores. Para atingir esse objetivo em seu Manifesto, ele criou um efeito de sinceridade em seu texto reforçando, sobretudo, argumentos inseridos no Domínio da Verdade dos procedimentos semânticos, até porque seu Manifesto apresenta uma interpretação que, para o Visconde, é a “versão fidedigna” (ou interpretação fidedigna) a respeito da Proclamação da República no Brasil.

¹² OURO PRETO, 1891, p. 171.

A partir do levantamento de dados realizado, constatamos que Afonso Celso utiliza argumentos predominantemente fundamentados no **Domínio da Verdade**. Esse aspecto foi identificado pelo uso de palavras como “verdadeiro”, “falso”, “inverdade”, “inexatidão”. Esse seu “ideal de verdade” ou “vontade de verdade” volta-se para seu ideal de persuasão.

Analisamos a presença do valor de verdade no Manifesto em três situações. Em primeiro lugar, consideramos os argumentos apresentados pelo Visconde, na primeira publicação do Manifesto, como uma “verdade absoluta”. Em segundo lugar, tratamos dos argumentos, nos quais o Visconde refere-se ao próprio discurso como verdadeiro ou falso. Por último, observamos os argumentos de julgamento em relação ao discurso de outrem. Nas duas últimas situações, a recorrência incide na segunda publicação do Manifesto.

Os fragmentos seguintes constituem o que denominamos como a “verdade absoluta”, na perspectiva do Visconde. Note-se que não há o uso de palavras no campo semântico da verdade ou da falsidade.

(36) “... ninguém se admirará dos sucessos de 15 de novembro.”
(OURO PRETO, 1891, p. 103)

(37) (A implantação da República) Vem de uma origem criminosa, realizou-se por meio de um atentado sem precedentes na história e terá uma existência efêmera...
(OURO PRETO, 1981, p. 104)

(38) Hoje ella (a República) já não será tão compacta como nos primeiros dias, porque muitas esperanças cedo se frustraram, muitas illusões desapareceram. Querendo viver com todos, ninguém sustenta; insaciável, nada a satisfaz.
(OURO PRETO, 1981, p. 105)

(39) ... é exactamente agora que a manutenção da paz e da tranquillidade publicas, a segurança dos interesses sociaes, a fidelidade aos compromissos e o futuro da patria correm perigo no Brazil. (OURO PRETO, 1981, p. 106)

A seguir, enumeramos alguns fragmentos nos quais o Visconde refere-se ao próprio discurso como verdadeiro ou falso:

(40) “... a minha narrativa foi escrupulosamente **exacta**.” (OURO PRETO, 1891, p. 42, grifo nosso)

(41) “Fui argüido por um jornal – *Novidades* – de não haver exposto ao Imperador toda a **verdade** (...) a **verdade** é que o (instalação do governo provisório) ignorava assim como todas as pessoas que me rodeavam.” (OURO PRETO, 1891, p. 73, grifo nosso)

(42) “Antes de passar a outro ponto, devo, **em abono da verdade**, declarar que, salvos os incidentes já referidos (...), em geral fui bem tratado pela officialidade do exercito...” (OURO PRETO, 1891, p. 84, grifo nosso)

(43) “... não é este o momento de guardar reservas, e resolvendo dirigir a palavra aos meus compatriotas, foi para usar a **maxima franqueza**.” (OURO PRETO, 1891, p. 94, grifo nosso)

Se ao se referir ao próprio discurso, o Visconde parece criar um efeito de sinceridade; ao se referir aos discursos dos outros, o efeito é de avaliação negativa deles. Afonso Celso desabona o discurso de algumas personalidades da vida política da época, apontando-os como falsos ou mentirosos. Muitas dessas ocorrências estão inseridas em notas de rodapé, após algumas informações serem constatadas. Vejamos:

(44) “(1) O Sñr Christiano B. Ottoni afirma no folheto: O Advento da Republica no Brazil *que eu me achava presenta na occasiao*. É **inexacto**.” (OURO PRETO, 1981, p. 43, grifo nosso)

(45) “(1) É **absolutamente falso**...” (OURO PRETO, 1891, p. 65, grifo nosso)

(46) “... José Avelino foi mal informado e affirmou uma **inverdade**.” (OURO PRETO, 1891, p. 73, grifo nosso)

(47) “É uma **falsidade**.” (OURO PRETO, 1891, p. 97, grifo nosso)

(48) “(2) ... É mais uma **falsidade**.” (OURO PRETO, 1981, p. 108, grifo nosso)

A partir das análises, vimos que o Visconde de Ouro Preto busca um ideal de verdade, como também um ideal de persuasão, argumentando ser detentor de uma verdade histórica oriunda da mudança política ocorrida no Brasil, em 1889, bem como tentando demonstrar o quão nefasto pode ser o regime republicano. Valendo-se de diferentes relações causais, o posicionamento contrário do Visconde ao regime republicano teria como finalidade última conclamar seus concidadãos a insurgirem-se contra esse novo regime. Sendo assim, de maneira geral, sua argumentação baseia-se numa atitude discursiva reacionária à fundação republicana, por meio de asserções que desabonam o novo regime em ascensão. Para tanto, ele busca gerar um efeito de autenticidade de seu discurso, invalidando o discurso “do outro” e evidenciando ser a sinceridade a principal virtude de seu caráter, e acabar por construir para si uma imagem em seu discurso – *ethos*. Ainda que sucintamente, esse será o tema da próxima seção.

3.7 “Afirmas o que sois, é quanto basta”¹³

V. Ex.^a não precisa de dar provas; basta-nos a sua palavra
(THEODORO MACHADO E OUTROS DEPUTADOS, 1889)¹⁴

Assim se exprimiram Theodoro Machado e outros deputados ao Visconde de Ouro Preto em seus discursos pronunciados na sessão de 11 de junho de 1889, logo após a formação do Gabinete 7 de Junho de 1889. Em resposta, disse Afonso Celso:

¹³ VISCONDE DE OURO PRETO, 1865 *apud* CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978, p. 18.

¹⁴ THEODORO MACHADO E OUTROS DEPUTADOS, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 220.

“Seguramente não preciso dar provas do que afirmo para o paiz que me conhece; mas quero dizer tudo á Camara dos Sñrs deputados, porque fallo-lhe com o coração aberto” (OURO PRETO, 1891, p. 220).

Augusto de Lima Júnior (1966, p. 14) escreveu a seu respeito: “Coerente e digno, ele fora um liberal avançado (...) Foi um dos grandes filhos de Minas (...) Nunca se juntaram tão bem, a terra e o homem num título de nobreza como no Visconde de Ouro Preto”.

Ao que parece, o Visconde deixou uma “boa imagem” como político. Ao redigir o Manifesto e fazer uma descrição da experiência vivida, o Visconde se apropria de um discurso antirrepublicano, no qual sua construção argumentativa visa a persuadir seu leitor de uma narrativa factual e de caráter constituinte sobre a instauração do regime republicano no Brasil. Ao descrever e narrar os fatos, trazendo explicações sobre o como e o porquê desses eventos e, aliada à sua narrativa, instaura-se como sujeito de verdade, construindo para si mesmo uma imagem. Essa imagem, que emerge de seu discurso, caracteriza o *ethos*.

A noção de *ethos* vem da Retórica, de Aristóteles (1998), para quem as formas de persuasão fornecidas pelo discurso residem no caráter moral do orador (*ethos*), que se coloca como digno de fé; no modo como se dispõe o ouvinte (*pathos*), quando este é levado a sentir emoção, por meio do discurso; e no próprio discurso, por meio da demonstração de uma verdade ou daquilo que parece ser uma verdade (*logos*). Para Amossy (2011), os antigos denominavam por *ethos* a construção de uma imagem de si mesmo destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório. Para Aristóteles (1998 *apud* AMOSSY, 2011, p. 10), “É (...) ao caráter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo seu poder de persuasão”. Atualmente, muitas correntes da Análise do Discurso e da Pragmática consideram a Retórica como a arte de persuadir, pois a escolha das palavras e dos argumentos utilizados pelo locutor contribui para atingir o ouvinte. Amossy (2011) atenta para o fato de que a eficácia da palavra não depende somente do que ela enuncia, mas daquele que a enuncia e do poder do qual ele está investido aos olhos do público.

Ao tomar a palavra, o orador idealiza seu auditório e, como será percebido, analisa o impacto de seu discurso e se empenha para confirmar sua imagem, reelaborando-a ou transformando-a a fim de produzir uma impressão de acordo com as necessidades de seu projeto argumentativo, marcado muitas vezes por uma verdade que sente na obrigação de transmitir. Segundo Amossy (2007), a pessoa se engaja a dizer a verdade sobre o que conta, e o *ethos* contribui para que a passagem do vivido para as palavras deva permitir que o outro possa acreditar que o locutor seja a fonte do saber e da palavra.

É justamente a respeito dessa “fonte do saber” que o Visconde se engaja, colocando-se como “sujeito da verdade”. Em diversas passagens de sua obra, Afonso Celso “discursa” em defesa de si mesmo:

(49) A forçada ausencia do meu paiz e o aniquilamento da minha posição, **não me preservam das agressões de alguns adversarios**, que não cessam de procurar **ferir-me** no meu caracter publico e privado. (OURO PRETO, 1891, p. 27, grifo nosso)

(50) **Não me affligem comentarios d’esta ordem** (honestidade pessoal, negação, inocência, posicionando-se acima do conflito); não me abatem o animo os trabalhos que tenho affrontado ou ainda me reserve o futuro (vítima). Ao contrario redobram-me as forças, enchendo-me de intima satisfação (polêmica, controle, coragem, posicionando-se acima do conflito). (OURO PRETO, 1891, p. 28-29, grifo nosso)

(51) Jamais acreditei, **confesso a minha ingenuidade** (argumento da inocência e argumento da ignorância), que taes manejos pudessem surtir effeito (...) Admittia apenas a possibilidade de arrastarem a alguma inconveniente manifestação um ou outro joven exaltado e inexperiente. (OURO PRETO, 1891, p. 33, grifo nosso)

(52) ... li no Paiz que eu pedira garantias de vida ao general victorioso e constoume que s. ex.^a dissera a alguem me haver eu portado *vilmente* em sua presença (vítima) (...) (1) **Tudo soffrerei** (vítima, inocência), menos que me queira fazer passar (negação) por **homem sem dignidade e sem**

coragem no cumprimento do meu dever (compromisso, controle de si, coragem e posicionando-se acima do conflito). (OURO PRETO, 1891, p. 71, grifo nosso)

Em nota de rodapé, o Visconde escreveu:

(53) (1) A Gazeta de Noticias em artigo editorial, que se me assegurou ter sido inspirado pelo proprio general Deodoro, desmentio o infame boato. Alias em varias narrativas de origem insuspeita, isto é, escriptas por officiais do exercito ou baseadas em informações suas, encontra-se o spontaneo testemunho de que **portei-me como devia e era digno de mim. Podiam e poderão vencer-me, porem jamais obrigar-me a uma fraqueza.** (OURO PRETO, 1891, p. 71, grifo nosso)

(54) “(1) ... o Sñr D^r José Avelino afirma, que ao saber da proclamação da republica, no quartel, eu me impressionara e exaltara tanto que adoecera, sendo chamado um medico e avisada a minha familia (vítima). O Sñr D^r José Avelino foi **mal informado e afirmou uma inverdade** [vítima]. Da proclamação da republica soube, no quartel, na noite de 15 e não me produziu essa noticia maior impressão do que os factos extraordinarios, que presenciára e todavia **não foram suficientes para tirar-me o sangue-frio e a calma** (controle de si, coragem, acima do conflito). Estes nunca me faltaram (inocência, honestidade pessoal), em incidente algum, do que pode dar testemunho toda a officialidade presente no quartel (polêmica), até o meu embarque.” (OURO PRETO, 1891, p. 73, grifo nosso)

(55) “**Sem immodestia** posso dizel-o (honestidade pessoal): **nenhum homem publico** fizera no Brazil mais pela corporação da armada, do que o chefe do gabinete de 7 de junho (sinceridade, fidelidade aos compromissos, respeito ao concidadão).” (OURO PRETO, 1891, p. 144, grifo nosso)

Charaudeau (2008b) distingue algumas categorias do *ethos* a partir dos quais analisaremos os fragmentos elencados.

No geral, o Visconde de Ouro Preto possui o “*ethos* de sério” (CHARAUDEAU, 2008b), preocupando-se com o bem público, e o “*ethos* de solidariedade”, pois sempre interpela seu concidadão e diz ser o Manifesto

um legado para as gerações futuras. Apresenta-se também dotado de um “*ethos* de virtude” (CHARAUDEAU, 2008b), demonstrando honestidade pessoal, transparência, lealdade e aversão à corrupção; possui um respeito com o concidadão e um falar verdadeiro (Domínio de Verdade). A “negação” também é outra estratégia persuasiva, pois ele nega e contesta as acusações sofridas, fazendo-se de vítima e tecendo declarações para se inocentar, pois recusa e contesta a palavra do outro. Afonso Celso também usa o “argumento da inocência” e o “argumento da ignorância”, ao afirmar que desconhecida a possibilidade da Proclamação da República.

Quanto ao “*ethos* de caráter”, o ex-ministro utiliza as figuras de “polêmica”, negando argumentos do oponente, sobretudo ao julgá-los falsos; denota um “controle de si” diante das situações, bem como “coragem”. No “controle de si”, Afonso Celso busca transparecer um caráter equilibrado quando diz ter se comportado com integridade diante da notícia de deportação e prisão, expedida por Deodoro. É um homem que, segundo suas palavras, não se deixa levar pelo calor das circunstâncias, mantendo o “sangue-frio”, agindo com cautela e não se entregando a uma agitação inconsequente. Mostra-se cheio de “coragem”, pois acreditava conseguir enfrentar a adversidade sem se enfraquecer.

Para o “*ethos* de humanidade”, ele utiliza a confissão, demonstrando coragem e sinceridade. No “*ethos* de humanidade”, ele mostra-se solidário a seu concidadão, demonstrando sentimentos por ele e colocando-se junto a ele como sofrendores de um regime político amargo dali em diante. Ele procura “arrastar consigo” essa derrota, a qual ele não reconhece, mas atenua posicionando-se como vítima e, ao mesmo tempo, intitulado-se “superior a essa corrupção recém-instaurada”. No “*ethos* de chefe”, ele expressa um “*ethos* de soberania absoluta”, ao se colocar como “dono da verdade” e atribuir a seus argumentos uma verdade absoluta a respeito da República. Há a expressão também da “posição acima do conflito”, pois se impõe como um “ferido”, mas que tem o controle da situação e não se abala por isso.

Afonso Celso diz agir em nome dos valores da moral, da ética, da justiça, os quais alicerçam seu projeto político de não querer compartilhar um governo que aplica medidas contrárias às suas e compactuar

com esse governo. É um compromisso que ele confessa jamais assumir. Ideais antirrepublicanos a partir dos quais sua maneira de apresentá-los permite construir imagens, pois o Visconde apresenta propostas que “injuriam” o adversário.

Embora diga que o Manifesto é para seus concidadãos, pensamos que ele é também para seus adversários, como forma de “responder às agressões sofridas”, sobretudo por ter sido deposto do Ministério 7 de Junho de 1889, preso e exilado. Dessa forma, Afonso Celso deseja ser digno de crédito, tentando demonstrar sinceridade e transparência, colocando-se como incapaz de mentir, blindando-se contra as declarações “ofensivas” que diz ter sofrido, com um discurso de autojustificação (Cf. CHARAUDEAU, 2008b), e capaz de honrar suas palavras. Essa credibilidade é essencial no discurso político, porque o intuito é justamente tentar persuadir determinado público, para quem o político deve apresentar sinceridade e eficácia, construindo para si mesmo o *ethos* de sério, virtuoso e competente (CHARAUDEAU, 2008b). Entretanto, essa argumentação pode ser real ou simulada.

Segundo Charaudeau (2008b), as figuras do *ethos*, no discurso político, voltam-se para si mesmo, para o concidadão e para os valores de referência. O Visconde faz declarações que temperam as ações, atenuando o sabor de seu fracasso. Todos esses *ethé* participam de uma conjugação das estratégias empregadas pelo ator político Visconde de Ouro Preto. É um discurso voltado para o outro: a favor do outro (concidadão), contra o outro (adversários) e em defesa de si mesmo. São argumentos pelo “peso das circunstâncias” e argumentos pela “desqualificação do adversário”. (CHARAUDEAU, 2008b, p. 102-103)

Toda sua argumentação e seu engajamento para construção do *ethos*, para que sua versão se torne credível e fundadora, são alimentados pela memória. Seus argumentos são enredados numa narrativa que, por sua vez, é enredada pela memória. No próximo capítulo, abordamos esse tópico: a Memória.

CAPÍTULO 4

AO ABRIGO DA MEMÓRIA

D'ahi resultam igualmente subsídios para a historia, mencionar o que *colhi das conversações com alguns officiaes...* (OURO PRETO, 1891, p. 80)

Rememorá-los (...) é o assunto de que nos vamos ocupar, no declarado *propósito de coligir subsídios para a História.* (OURO PRETO, 1981, p. 28)

Tanto em 1891, com a obra **Advento da Dictadura Militar no Brazil**, quanto em 1894, com a obra **A Marinha d'outrora: subsídios para a História**, o Visconde de Ouro Preto usa a palavra “subsídios” aliada à palavra “História”. O emprego desse vocábulo remete à concessão de informações ou dados importantes ao leitor, com a finalidade de mantê-los acessíveis a ele, especialmente, ao seu “concidadão”. Na obra de 1894, o tema abordado é a Guerra do Paraguai: “O que adiante vai escrito refere-se a uma das épocas mais angustiosas e mais brilhantes da História pátria – a da luta ingente, que sustentamos contra o Paraguai, no correr dos anos de 1864 a 1870.” (OURO PRETO, 1981, p. 9). Em 1891, a obra refere-se à Proclamação da República no Brasil; em 1894, o enfoque era a Guerra do Paraguai. São fatos que marcaram a História do País e que, para o Visconde, merecem um lugar na memória brasileira. Do ponto de vista do sujeito produtor do ato de linguagem, Afonso Celso se organiza em torno de um “nós” que pressupõe um sujeito global em seu discurso, parecendo transferir suas aflições para o leitor, além de usar interpelação e injunção. O apelo à memória, nessas obras de Afonso Celso, é bastante evidente, pois ele registra suas lembranças e impressões suscitando construções objetivas e subjetivas dos acontecimentos. São obras que também parecem se configurar como “narrativas de testemunho histórico”, voltando-se para o passado (lembranças), para um “presente histórico” (incitação à revolta) e para o futuro (desejo de recordação) ao mesmo tempo (CHARAUDEAU, 2008).

Essa preocupação com a memória conduz ao que o historiador alemão Andreas Huyssen (1997) observou, em **Memórias do Modernismo**, no período contemporâneo: a constante negociação entre memória e amnésia. Ao estudar o redirecionamento da memória na cultura pós-moderna, constatou uma contradição desconcertante: a lamentação de uma amnésia induzida pela mídia e, ao mesmo tempo, um *boom* da memória de proporções gigantescas. Os últimos tempos, segundo ele, vêm sendo ajustados pela indústria cultural geradora de efeitos de esquecimento. Junto à aproximação do fim do século XX e do fim do milênio está, simultaneamente, uma tentativa de armazenar dados e de nos situarmos no curso do tempo sob um profundo sentimento de crise que torna nossa cultura terminalmente “doente de amnésia”.

A interpretação de Huyssen (1997) revela a explosão do discurso da memória que surgiu como um grande sintoma cultural nas sociedades ocidentais. Essa obsessão pela memória, especialmente nos dias atuais, justifica-se pelos acelerados processos técnicos de comunicação e informação *cyber space* que afetaram nosso senso de temporalidade. Então, passamos a lidar com o tempo artificialmente.

Huyssen (1997, p. 14) chama atenção para um importante deslocamento:

enquanto as memórias de geração começam a sumir e mesmo as últimas décadas deste século moderno *par excellence* se tornam história ou mito para um número cada vez maior de pessoas, o olhar retrospectivo e o ato de lembrar têm de se confrontar com problemas difíceis de representação em suas relações com a temporalidade e a memória.

Desse modo, Huyssen (1997) sinaliza que as representações linguísticas, narrativas, imagéticas ou sonoras fundamentam-se na memória. Esse fenômeno conduz, inevitavelmente, à emergência de estudos sobre a memória nas ciências culturais, sociais e naturais por meio da análise de representações do passado em arquivos, monumentos e na própria linguagem. Entretanto, não apenas na contemporaneidade verificamos tal comportamento, mas também em épocas anteriores, pois, como aponta Weinrich (2001), todos estão suscetíveis ao esquecimento,

pois o homem é essencialmente um *animal obliviscens*¹⁵. Desde a Antiguidade Clássica, os gregos criaram uma Arte da Memória¹⁶ (mnemotécnica, *ars memoriae*). Sua base está em um conjunto de regras para a memorização de ideias ou palavras, constituindo uma técnica de impressão de lugares e imagens na memória, “uma técnica que permitia ao orador aprimorar sua memória, o que o capacitava a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável” (YATES, 2007, p. 18). É interessante ressaltar que a mnemotécnica pertencia à Retórica e foi como parte da arte da Retórica que ela viajou pela tradição europeia, sendo ainda uma referência para algumas pesquisas sobre memória até os tempos recentes.

A relação do homem com o próprio passado torna-se, então, uma inquietação que, se assim podemos dizer, só se sossegaria com um instrumento capaz de neutralizar o esquecimento. É por isso que arquivos, monumentos e a própria linguagem podem constituir-se como repositórios da memória.

Huyssen (1997, p. 14) reitera que “o passado não está simplesmente ali na memória, mas tem de ser articulado para se transformar em memória. Existirá sempre uma fissura entre experienciar um acontecimento e lembrá-lo como representação...” E será que poderíamos pensar essa representação como algo escrito? Consideramos que sim. A escrita desempenha um papel fundamental para o registro de uma memória, seja ela individual ou coletiva, pois quando escrevemos sobre um fato passado estamos, conseqüentemente, nos lembrando dele. A esse respeito, Gagnebin (2006, p. 11) considera que “A escrita, por sua vez, deseja perpetuar o vivo, mantendo sua lembrança para as gerações futuras (...) inscrição que talvez perdue por mais tempo, mas que desenha o vulto da ausência”. Por isso muitas pessoas veem o comportamento de escrever como a garantia da duração de suas memórias e deixam, para as próximas gerações, diários, autobiografias, testemunhos e livros, conforme ocorreu com o Visconde de Ouro Preto, com vistas a manterem uma

¹⁵ “Animal do esquecimento”.

¹⁶ A respeito da Arte da Memória e de seu mito fundador, Cf. WEINRICH, Harald. Arte de Lembrar – Arte de Esquecer (Simônides, Temístocles). In: _____. *Lete – Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-34.

memória e, portanto, manter palavras, histórias, que ajudam os homens a se recordarem do passado, (re)conhecê-lo e representá-lo por meio da memória.

Muitas dessas escritas de memória se tornam objeto de estudo para pesquisadores, como é o nosso caso. Talvez essa tarefa consista em “preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (GAGNEBIN, 2006, p. 97).

Assim, com esse objetivo, passemos à apresentação da noção de memória que utilizaremos para a análise do Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**. Presente em diferentes campos de estudo como na Psicologia, Literatura, Filosofia, Educação, História, Análise do Discurso, dentre outros, a memória, aqui, focalizará esse último campo (AD) com a noção de memória discursiva.

4.1 A memória discursiva

Para a memória discursiva, consideramos as noções de Courtine (2009), Pêcheux (1999) e Charaudeau (2004). O conceito de memória discursiva foi cunhado por Jean-Jacques Courtine, em 1981, inspirado nos trabalhos de Michel Foucault. Em sua formulação, “A noção de memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 2009, 105-106, grifo do autor). É a memória discursiva que faz reproduzir, em certa conjuntura ideológica, a posição a ser tomada, a palavra a ser dita ou escrita, considerando nossas lembranças e como elas vêm em nossa memória.

Courtine (2009) diz que a memória discursiva objetiva o que Foucault (1971 *apud* COURTINE, 2009) pensa a respeito dos textos religiosos, jurídicos, literários, científicos, isto é, discursos que dão origem a determinado número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles, enfim, discursos que, para além de sua formulação, são ditos, mantêm-se ditos e estão ainda a dizer. Segundo

Courtine (2009), toda produção discursiva realizada nas condições determinadas de uma conjuntura faz circular formulações anteriores, formulações já enunciadas.

Para o autor, a relação entre memória e discurso apresenta-se em dois caminhos, segundo ele, obrigatórios, distintos, porém indissociáveis: a Repetição e a Comemoração. A memória discursiva, segundo Courtine (2009), tomará a forma da Repetição, pois é necessário considerar todas as formas de discursos relatados, através dos quais se materializam as Remissões, sobretudo a Citação e a Relação ao texto primeiro, e as “formulações-origem” do domínio de memória. O Visconde de Ouro Preto, por exemplo, utiliza Citações e Remissões, mediante as quais as formulações-origem (da Comunidade Discursiva Monarquista) derivam de um trajeto, ao longo do qual elas se transformam, desaparecendo para reaparecer mais adiante, ou então desaparecem pouco a pouco.

A Comemoração, apresentada nos rituais verbais, gera um recorte no tempo, agregando o tempo da enunciação ao domínio da memória em uma anulação imaginária do processo histórico, em sua duração e suas contradições. Courtine (2009) ressalta que essa relação imaginária com o tempo encontra seu recorte no calendário, e o aniversário é a única escansão conhecida nesse efeito de memória particular instaurado pela repetição de um momento primeiro. Para Courtine (2009, p. 240, grifo do autor), “a memória discursiva constrói (...) a ficção de uma história imóvel, funciona como *crystalização do tempo histórico*, no qual se forma a discursividade”. Portanto, Courtine (2009) relaciona a memória discursiva à História.

Outro estudioso que também abordou esse conceito foi Michel Pêcheux (1999). Ele refere-se à memória discursiva como uma estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição, assim como Courtine (2009), e da regularização. Para Pêcheux (1999):

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “**implícitos**” (quer dizer, mais tecnicamente os **pré-construídos**, elementos **citados e relatados**, discursos **transversos**, etc.)

de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52, grifo nosso).

Nessa perspectiva, Pêcheux (1999) considera que os implícitos residiriam na memória discursiva, isto é, para que o sujeito tenha pleno entendimento de determinado enunciado, é preciso que, anteriormente, o implícito tenha existido em algum lugar como discurso, funcionando como uma construção anterior, a qual é resgatada pela memória discursiva. Essa sequência discursiva constitui-se de um ou mais discursos vindos de outros lugares. A memória discursiva para Pêcheux (1999), portanto, não compreende o sentido psicológico da Memória Individual, mas uma memória no nível discursivo. As noções de “pré-construído” e de “discursos transversos” reportam ao que seriam os “implícitos”. Para interpretar, importam também os implícitos, pois contribuem para gerar efeitos de sentido. A memória discursiva também é o lugar discursivo ideológico do qual o sujeito enuncia, desencadeando a interpretação.

Entretanto, Pierre Achard (1999), citado por Pêcheux, introduz o termo “regularização”, no qual residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase. Segundo Pêcheux (1999):

... uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um **espaço móvel** de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de **retomadas**, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, **réplicas**, **polêmicas** e **contra-discursos**. (PÊCHEUX, 1999, p. 56, grifo nosso).

Ao dissertar sobre a Memória, no artigo **Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual**, Charaudeau (2004) observa que a normalização dos comportamentos, do sentido e das formas é construída conjuntamente e que o sujeito registra-os em sua memória. Em sua Teoria Semiolinguística, objetivando chegar aos sentidos implícitos dos atos de linguagem, considera a memória como saberes partilhados, pela linguagem em suas dimensões cognitiva, social, psicossocial e semiótica-

ca. Para isso, o autor precede do ato de linguagem percebido como “um conjunto de atos significadores que *falam* o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão” (CHARAUDEAU, 2008a, p. 20, grifo do autor), mundo este que se faz por meio da estratégia humana da significação. Em decorrência disso, o autor parte da hipótese de que há no sujeito três memórias que atestam cada uma das maneiras das quais se constituem as comunidades: discursivas, comunicacionais e semiológicas.

A **memória discursiva**, no conceito apresentado por Charaudeau (2004), é composta de três níveis: a memória dos discursos, a memória das situações de comunicação e a memória das formas de signos. Com respeito à memória discursiva, adotaremos a abordagem de Charaudeau (2004) que sugere uma memória dentro de um espaço textual por meio das retomadas marcadas pelas anáforas, conectivos, tempos verbais e pressuposições por valores de crença e de conhecimento. Para essa teoria, consideraremos as retomadas que o Visconde realiza em seu Manifesto, sobretudo porque o texto foi reeditado no livro **Advento da Dictadura Militar no Brasil**, em 1891, sendo incorporado de artigos de jornais, o que demarca uma memória discursiva em seu Manifesto pela sua relação com outros discursos. Utilizaremos, ao mesmo tempo, outros aportes teóricos no interior da AD, como as formulações de Pêcheux (1997, 1999) e Orlandi (1993, 2001), assim como no interior dos estudos sobre memória com Paul Connerton (1999) e Maurice Halbwachs (2006).

4.2 Em meio a discursos e contradiscursos

A **memória dos discursos** compreende a construção de saberes de conhecimento e de crença sobre o mundo. Assim, esses discursos “circulariam na sociedade enquanto representações em torno das quais se constroem as identidades coletivas, fragmentam a sociedade em “comunidades discursivas” (CHARAUDEAU, 2004, p. 4), as quais agrupam –

virtualmente – sujeitos que compartilham os mesmos posicionamentos e sistemas de valores como, por exemplo, opiniões políticas, julgamentos morais, doutrinas ou ideologias. Essa memória dos discursos se apresenta no Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos** no momento em que o Visconde partilha saberes de conhecimento e crença a partir de sua “comunidade discursiva” identificada pelos posicionamentos e sistemas de valores relacionados à defesa do Regime Monárquico. Assim se expressou Afonso Celso a respeito da Monarquia Constitucional no Brasil:

(56) ... sem perigos e graves inconvenientes d'aquelle outro systema de governo (República). Firmando em bases solidas a unidade e a integridade nacionaes, cimentando o progresso e a grandeza da patria, pela collaboração não só de todos os seus filhos, mas de todos os estrangeiros que a ella (Monarquia) se acolhessem com animo de permanecer, constituindo familia ou patrimonio. (OURO PRETO, 1891, p. 102)

No primeiro discurso da sessão de 11 de junho de 1889, afirmou com ímpeto:

(57) Sob a monarchia constitucional representativa podemos obter com maior facilidade e segurança a mais ampla liberdade (*Crusam-se numerosos apartes; o sñr presidente faz soar os tympanos*). (OURO PRETO, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 217, grifo do autor)

No segundo discurso da mesma sessão, disse com entusiasmo:

(58) Sim! Viva a monarchia brasileira, tão democratica, tão abnegada, tão patriotica...! (*Muito bem, muito bem. Grandes demonstrações de adhesão*). (OURO PRETO, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 222, grifo do autor)

O discurso enunciado pelo Visconde remete ao Discurso Monarquista que, em seu caso, é um “já lá”. Esse Discurso Monarquista é alimentado pela formação discursiva (FD) da qual o Visconde se “apropria”. Ao se posicionar em favor da Monarquia, Afonso Celso recorre a

essa memória dos discursos enunciando sua posição por meio dos atos elocutivos e delocutivos e por meio do discurso relatado narrativizado. É importante ressaltar que esse posicionamento realiza-se também a partir da formação discursiva à qual pertence – à FD de um discurso favorável à Monarquia – visto que era um político adepto aos ideais monarquistas.

O conceito de formação discursiva (FD), segundo Pêcheux (1997), corresponde ao conjunto de regras de construção de discursos numa dada conjuntura histórica, que determina o que pode e deve ser dito. Para Pêcheux (1997), palavras, expressões, proposições adquirem seu sentido na FD na qual se originam. Além dos elos que estabelecem entre si, com seu contexto imediato (A proclamação da República no Brasil) e com seu locutor (Visconde de Ouro Preto), esses enunciados mantêm relações com outros enunciados pertencentes à mesma FD. Esses fragmentos mostram que o Visconde enuncia, em grande parte do Manifesto, em 3ª pessoa para expressar seus ideais, por meio dos atos elocutivo e delocutivo, manifestando-se em relação ao mundo e ao que foi dito por formações discursivas antagônicas, que seriam inseridas, de conjunto, na FD Republicana. Ao dizer que os brasileiros correm perigo, é uma opinião própria do Visconde, mas que ele a modaliza em 3ª pessoa para que o seu enunciado delegue uma representação coletiva de suas convicções. Por outro lado, há o discurso pertencente à FD Republicana, como em publicação, de autoria desconhecida, datada de 31 de dezembro de 1889:

(59) A nação estava á borda d'um abismo... porem felizmente possui recursos immensamente superiores ás suas necessidades, e a republica chegou a tempo de evitar a catástrofe. Mais um minuto e tudo se precipitaria no antro medonho e insondavel. (JORNAL *apud* OURO PRETO, 1891, p. 16)

Para o republicano Ruy Barboza,

(60) “A revolução foi a reivindicação da legalidade contra a prepotencia do governo.” (RUY BARBOZA, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 7, grifo do autor)

No discurso de Proclamação do Governo Provisório, o Marechal Deodoro da Fonseca anunciou:

(61) Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um governo provisório [republicano], cuja principal missão é garantir, com a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos.” (DEODORO DA FONSECA, 1889 *apud* BONFIM, 2004, p. 29)

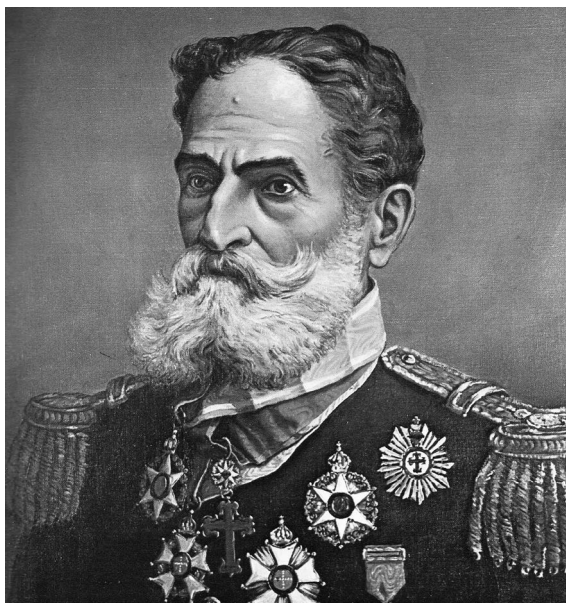


FIGURA 16 – Deodoro da Fonseca
FONTE: AUTRAN, [Ca. 1889]

Essa predominância aponta para o fato de que suas formulações são ligadas a formulações anteriores, ou seja, pela memória dos discursos absorvida pelo sujeito. Para pertencer a essa comunidade discursiva, ele recorre à memória dos discursos dessa comunidade, por identificação de pertença, mas também é capaz de rejeitar posições de FDs antagônicas, isto é, tem uma relação muito estreita com o conceito de Formação Discursiva na qual ele se insere – a FD dos Monarquistas. Esse “já lá”, além de contemplar as crenças, opiniões e convicções, também abarca a memória discursiva (ou dos discursos) coletiva, que envolve os sen-

tidos dominantes no discurso do Visconde. Esse “exterior” vincula-se à Monarquia de modo que os discursos sejam interiores e exteriores à linguagem.

Para defender a Monarquia, ele precisa “lembrar-se” dos discursos que circulam nessa comunidade. Assim ele tem uma memória dos discursos monarquistas. Afonso Celso se apropria dessa memória dos discursos para sustentar sua posição antirrepublicana, filtrando o que é relevante para o propósito de seu Manifesto, pois essa memória é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31). Nesse sentido, o sujeito-Visconde é interpelado por essa comunidade discursiva, que faz dele um lugar “aparente” de constituição do sentido e de identidade.

Se o sujeito identifica-se mais com a FD, mais esse sujeito é “submetido” a essa FD e mais ele é considerado um “bom sujeito”. A contrai-identificação em relação à FD designa o “mau sujeito”. No nível explícito de sua formulação, o Visconde busca se aproximar da imagem de “bom sujeito” ao aderir a um discurso sob a visão monarquista que, para o Visconde, é o política, social e moralmente correto: “Ha alguma cousa de mais glorioso que o triumpho: – ser vencido na defeza do direito, – o sacrificio pelo cumprimento do dever”. (OURO PRETO, 1891, p. 29)

Segundo Afonso Celso, a Monarquia é um regime bom e justo, no qual não se pratica tortura. Ele a considera um regime de justiça e legalidade, atribuindo outro sentido à República ao que a sua memória discursiva retém como “as características de uma ditadura militar”. Contudo, conserva-se como “mau sujeito”, segundo uma leitura a partir de uma posição político-ideológica contrária, que adira a esses sentidos dominantes no interdiscurso de sua FD, segundo os quais se associam à ideia de revolução, ditadura, fuzilamento e tortura.

Nessa memória dos discursos, além da relação que o Visconde estabelece consigo mesmo em seu dizer (ato elocutivo), ele utiliza-se bastante dos procedimentos de **citação** e de **descrição narrativa**, provenientes do modo de organização argumentativo, ou seja, discursos que circularam na sociedade e eram reconhecidos pela sua comunidade discursiva.

Do ponto de vista da sua comunidade, trata-se de discursos que ampliam o consenso social interno entre monarquistas e todos os concidadãos e, também, de discursos que se orientam para o combate à Monarquia e procura combater a comunidade discursiva distinta (republicana). Essa inserção do outro em seu discurso de rememoração apoia-se, portanto, no reconhecimento da memória coletiva do seu grupo e na memória discursiva do outro como oponente.

Assim, no Manifesto, não encontramos apenas “o discurso do Visconde”, mas um discurso materializado por ele, harmonizável com a FD segundo a qual ele se posiciona, uma vez que “a interpretação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1997, p. 214). Tal posição tem proximidade com a perspectiva semiolinguística, que aponta para as representações em torno das quais se constituem identidades coletivas, como participantes da comunidade discursiva do próprio Visconde. Além da influência da FD na memória do indivíduo, contamos também com o elemento social na formação dessa memória dos discursos. Maurice Halbwachs (2006), em seu livro *A Memória Coletiva*, afirma que a memória possui uma base social e se constrói pelas interações sociais no interior do grupo ao qual determinado indivíduo pertence. Em sua concepção, “como nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum com relação a certos aspectos, permanecemos em contato com esse grupo e ainda somos capazes de nos identificar com ele e de confundir o nosso passado com o dele” (HALBWACHS, 2006, p. 33). Assim, o sujeito pensa (e lembra-se) na qualidade de membro do grupo, pois uma impressão somada à impressão dos outros atribui maior exatidão às lembranças (HALBWACHS, 2006).

Paul Connerton (1999), em *Como as sociedades recordam*, afirma ser por meio da memória social que as imagens do passado são legitimadas em uma ordem social presente. Desse modo, as experiências do presente se delineiam a partir do conhecimento que se tem do passado, conforme o Visconde apresenta em sua obra. Afonso Celso, em uma publicação de 16 de março de 1890, no *Jornal do Commercio*, intitulada *Ainda os Acontecimentos de 15 de Novembro de 1889*, dedicada

explicitamente aos seus concidadãos – “(Aos meus concidadãos)” (OURO PRETO, 1891, p. 109, grifo do autor), escreve: “Publiquei o Manifesto como foi redigido em Tenerife, **segundo minhas impressões e reminiscências ...**” (OURO PRETO, 1891, p. 110 grifo nosso).

O ex-ministro evoca lembranças situadas no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal e social. Nesse sentido, Halbwachs (2006) não considera a memória individual inteiramente isolada e fechada, pois, ao evocar seu próprio passado, o indivíduo recorre às lembranças de outros indivíduos, transportando-se a pontos de referências exteriores a si e determinados pela sociedade em que o Visconde estava inserido. Um exemplo dessa situação é quando Afonso Celso escreveu:

Não me recordo bem si antes ou depois da chegada do sr. ajudante general apresentou-se o coronel Neiva (...) Lembro-me, porém, **perfeitamente** de que, declarando-me o sr. coronel Neiva não ter aquelle corpo espingardas, disse o sr. **Floriano Peixoto** que as poderia receber no quartel general do exercito. (OURO PRETO, 1891, p. 54-55, grifo nosso)



FIGURA 17 – Floriano Vieira Peixoto
FONTE: BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014.

Connerton (1999), sobre esse aspecto, considera que situamos nossas histórias de vida pela referência que fazemos delas ao seu lugar na história, de acordo com os contextos sociais a que pertencemos, bem como a atenção que atribuímos às recordações que ocupam um lugar principal nos pensamentos do grupo. No caso do Visconde, essa sua “narrativa de uma vida” ou “parte de uma vida” participa de um conjunto de narrativas que se entrecruzam na história dos seus grupos de convivência a partir dos quais ele adquire sua identidade de forte monarquista, pois se o Visconde se lembra de algo é porque os outros o incitam a lembrar, tornando possível a formação de sequências enunciativas e argumentativas alimentadas pela memória dos próprios discursos e dos discursos de outrem.

4.3 Da escrita impetuosa à reedição minuciosa

Logo no início do seu Manifesto, o Visconde traz à tona, em seu desejo de memória, o confronto entre duas situações de comunicação distintas: a publicação em jornal e a publicação em livro. Segundo ele, “Ordinariamente os jornaes perdem-se ou consomem-se ao cabo de algum tempo; o mesmo não sucede com um livro” (OURO PRETO, 1891, p. 2). Isso porque, no jornal, há a consciência de uma memória efêmera, midiática. Já o livro torna-se uma fonte perene de memórias e impressões.

No Capítulo 2, seção 2.2.1, **O Manifesto: projeto ou projetos de escritura?**, falamos a respeito da situação de comunicação presente no Manifesto. Apresentamos dois quadros enunciativos (FIGURAS 10 e 11), os quais recuperam duas situações de comunicações distintas na escrita do Visconde. Uma para a publicação no *Jornal Commercio de Portugal*, em 1889, e outra para a publicação no livro *Advento da Dictadura Militar no Brazil*, dois anos mais tarde. Nelas, identificamos os seguintes sujeitos da troca comunicativa:

I – Encenação da linguagem da 1ª publicação do Manifesto (1889)

Espaço externo: EUc – Visconde de Ouro Preto
TUi – Leitor do **Jornal do Commercio**

Espaço interno: EUE – Monarquista-ativista
TUD – Concidadãos

II – Encenação da linguagem da 2ª publicação do Manifesto (1891)

Espaço externo: EUc – Visconde de Ouro Preto
TUi – Leitor do livro **Advento da Dictadura Militar no Brazil**

Espaço interno: EUE – “Sujeito da História”
TUD – Gerações futuras

Entretanto, ao passo que a pesquisa foi-se desenvolvendo, percebemos a existência de uma terceira situação de comunicação, ainda que submergida, na reedição do Manifesto por meio das **notas de rodapé**. Vejamos:

III – Encenação da linguagem da 2ª publicação do Manifesto (1891)

Espaço externo: EUc – Afonso Celso – Ex-Visconde de Ouro Preto
TUi – Gerações futuras

Espaço interno: EUE – Sujeito de autocorreção e autor re-flexão do próprio discurso
TUD – Ruy Barboza, Christiano Bendict Ottoni, Visconde de Maracaju e José Avelino

Sim, **ex-Visconde de Ouro Preto**, se assim podemos dizer, torna-se, portanto, o nosso terceiro sujeito comunicante, pois não nos esqueçamos de que, ao ser proclamada a República, Afonso Celso foi destituído do título de Visconde. O sujeito enunciador projeta-se em um sujeito de autocorreção e autorreflexão do próprio texto, pois foi a partir das contestações apresentadas pelos políticos monarquistas e republicanos (TUd) que Afonso Celso somou outras informações a seu Manifesto. Por isso, designamos interlocutores destinatários com nomes próprios tão específicos. Essa especificidade foi percebida pelas notas de rodapé incorporadas no texto que agrupam esses sujeitos em torno das encenações nas quais se inscreveram.

Mais adiante, Afonso Celso fala em cartas e publicações que circularam no período. Importante é considerar como essas cartas tornaram-se documentos de prova, nas mãos do Visconde, para o seu Manifesto, considerado como mais um evento discursivo na querela entre monarquistas e republicanos.

A terceira situação de comunicação não parece ter sido premeditada pelo Visconde, mas foi condicionada pelo contexto de contradiscursos em que fora inserido. Por esse motivo, observaremos aqui as notas de rodapé agregadas na reedição do Manifesto. Se analisarmos de modo mais aprofundado, veremos que há uma memória de situação de comunicação peculiar a cada um desses enunciados, à medida que se produzem e se operam articulações discursivas de determinado passado recuperado e incentivado pelo(s) discurso(s) e contradiscursos. Desse modo, afirma Charaudeau (2004), a **memória das situações de comunicação** atua como dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e que se definem pelo conjunto de condições psicossociais de realização, de modo que os parceiros possam se entender sobre o que constitui a expectativa (*enjeu*) da troca e consigam estabelecer um contrato de reconhecimento, condição da construção recíproca e diferenciada do sentido.

Essa memória comunicacional, segundo Charaudeau (2004), propicia aos sujeitos diferenciar, por exemplo, entre uma representação da morte quando é abordada pelas mídias de informação e quando é abordada pela publicidade comercial, permitindo acatar aquela e rejeitar esta

como real. O que deve ser considerado não é a representação do conteúdo mostrado, mas do lugar situacional onde é mostrado. No caso de Afonso Celso, as notas de rodapé são usadas para explicar, comentar ou fornecer referências a determinado ponto do texto, funcionando como um recurso de ancoragem discursivo-argumentativa e de memória, bem como de instrução de sentido.

Gostaríamos de relacionar o ato de linguagem – nota de rodapé – à sua exterioridade, pois esses dados contribuem bastante na interpretação do Manifesto, criando uma rede de interdiscursividade. Vejamos, a seguir, a Cronologia apresentada na obra de Afonso Celso.

TABELA 2

Cronologia apresentada na obra **Advento da Dictadura Militar no Brasil**

Data	Evento	Local
15/11/1889	Proclamação da República no Brasil	Rio de Janeiro
15/11/1889 a 19/11/1889	Período em que o Visconde esteve preso	Rio de Janeiro
19/11/1889	Embarque para a deportação	Rio de Janeiro
09/12/1889	Redação do Manifesto	Santa Cruz de Tenerife
19/12/1889	Publicação de Ruy Barbosa, no <i>Jornal Seculo</i> , contra o Visconde de Ouro Preto	Rio de Janeiro
20/12/1889	Publicação do Manifesto	Lisboa
26/02/1890	Redação de um artigo contra aqueles a quem lhe “afligiam” (OURO PRETO, 1891, p. 24-25)	Lisboa
16/03/1890	Publicação do artigo no <i>Jornal do Commercio</i>	Brasil
29/05/1890	Redação da Introdução da obra Advento da Dictadura Militar no Brasil	Paris
1890	Publicação da obra Advento da República no Brasil , de Christiano Benedict Ottoni	Rio de Janeiro
1891	Publicação da obra Advento da Dictadura Militar no Brasil contendo a reedição do Manifesto	Paris

FONTE: Dados da pesquisa.

Nessa cronologia, acompanhamos o desenrolar dos acontecimentos e observamos que, na interpolação entre a Redação do Manifesto e a publicação do livro **Advento da Dictadura Militar no Brazil**, surgem as contestações da escrita de Afonso Celso feitas por Ruy Barboza e Christiano Benedict Ottoni. Essas contestações implicam a redação das notas de rodapé.

Abordamos o emprego das notas de rodapé em momentos anteriores, no Capítulo 3, com as categorias de interpelação, injunção e constatação. Nesta seção, apresentamos uma análise específica da estratégia discursivo-argumentativa de Ouro Preto para corroborar o que afirmou em 1889.

Após realizarmos o levantamento de dados das notas de rodapé da obra¹⁷, constatamos que, na **Introdução**, há 5 (cinco) ocorrências; e, no Manifesto, 37 (trinta e sete) ocorrências, totalizando 42 ocorrências. Não reproduziremos todas as notas de rodapé da obra, mas destacaremos aquelas com as informações mais interessantes.

Primeiramente, questionamo-nos sobre as datas de inserção das notas que podem ser: na escrita do Manifesto, em 1889; durante a elaboração do livro, em 1890, e sua publicação, em 1891; ou em 1891, na reedição do Manifesto. Tentamos fazer essa distinção a partir de marcas linguístico-discursivas deixadas pelo ex-ministro indicativas de lembrança, refutação, denegação, constatação, autorreflexão, autocorreção ou esclarecimento.

Para a **Introdução**, Afonso Celso inseriu cinco notas durante seu processo de escrita. A primeira nota de rodapé é anunciada: “... vae em nota (1).” (OURO PRETO, 1891, p. 5), portanto, é de 1890; a segunda pode ter sido inserida em 1890 ou em 1891, pois se refere à publicação de Christiano Benedict Ottoni (1890). Como não obtivemos informação sobre o mês em que Ottoni publicou sua obra, permanece a dúvida. A terceira nota, assim como a quinta, possivelmente foi escrita em 1890, pois, naquela, Afonso Celso citou a data “6 de janeiro” em um tom de

¹⁷ Cf. APÊNDICE M – Ocorrências de Notas de Rodapé na obra *Advento da Dictadura Militar no Brazil*, p. 162.

proximidade temporal e, nesta, referiu-se à uma publicação sua de 16 de março de 1890. A quarta nota de rodapé provavelmente foi agregada em 1891, pois atualizava, na época, uma informação a respeito da receita e dívida nacional da França, República Argentina e Inglaterra.

Ao longo do Manifesto, apenas 2 (duas) notas de rodapé foram inseridas em 1889, e 35 (trinta e cinco) dessas observações, cerca de 95%, constituem interferências na escrita original. Houve alguns critérios que nos permitiram a distinção entre os anos de apresentação das notas. Vejamos alguns deles:

Situação de Correção, seguramente incorporada em 1891:

(62) (1) Também alli esteve e no seu posto o delegado D^r Bernardino Ferreira da Silva, que prestou bons serviços. **Corrijo assim a omissão que escapou-me no texto.** (OURO PRETO, 1891, p. 52, grifo nosso)

Situação de Memória e Autorreflexão, também incorporada em 1891:

(63) (1) ... porque não escrevi o manifesto para estrangeiros, e sim, para os **meus compatriotas**. Entre estes **acredito** que o que deve ter produzido pessima impressão, tirando-lhe todo o valor moral, é o arrepelado patriotismo e excusado protesto do sñr Avelino (...) (OURO PRETO, 1891, p. 92, grifo nosso)

(64) “(1) **Quando isto escrevia** ignorava que um dos primeiros actos do governo provisório fôra elevar o corpo policial da capital...” (OURO PRETO, 1891, p. 93, grifo nosso).

Situação de Retomada entre notas de rodapé. Um exemplo dessa situação é quando Afonso Celso refere-se à Carta do Tenente Jacques Ourique publicada no **Jornal do Commercio**, de 4 de janeiro de 1889 (OURO PRETO, 1891, p. 44); retomando-a em outra nota:

(65) “(1) Conforme narra o tenente coronel Ourique, os sublevados entraram no campo da Aclamação pela rua do Visconde de Itaúna.” (OURO PRETO, 1891, p. 62, grifo nosso)

Em seguida, essa observação é recuperada, pela segunda vez, algumas páginas adiante:

(66) “(1) ... (Cartas citadas do Tenente coronel Jacques Ourique).” (OURO PRETO, 1891, p. 82, grifo nosso).

Há outra retomada a respeito de José Avelino, mencionada primeiramente na página 73 do Manifesto, e, posteriormente, na página 91:

(67) “(1) O sñr D.ª José Avelino, o mesmo a que já em outra nota me referi, sentio feridos os seus brios de Cearense ...” (OURO PRETO, 1891, p. 91, grifo nosso)

Desse modo, falamos em ancoragem discursiva e em memória das situações de comunicação, recuperadas pelo próprio Afonso Celso, sob o nível verbal e situacional de seu discurso. Há ainda a **Situação de Explicação**, na qual as notas são longas e digressivas ocupando, por vezes, quase uma página inteira (Cf. OURO PRETO, 1891, p. 38, 44, 55, 63-64, 91). As notas de rodapé são, para Afonso Celso, proposições dadas como verdadeiras, segundo suas constatações ou lembranças, constituindo um “*corpus* de apoio” para seu Manifesto. Por meio dessa estratégia, constitui-se uma “comunidade comunicacional” (CHARAUDEAU, 2004), a qual agrega os sujeitos do discurso sob as representações que fazem da República no Brasil.

Em especial, Ouro Preto, além de fazer seu discurso portador de seu sistema de ideias antirrepublicanas, deseja instaurá-lo como um discurso fundador de determinado momento da História do Brasil. Por isso, a insistência em notas de rodapé para corrigir, confirmar e reafirmar suas próprias convicções, no intuito de “blindar” seu discurso contra

qualquer contestação, com vistas a conquistar a adesão de seus interlocutores. Ouro Preto anseia instaurar uma memória outra tentando criar o que Eni Orlandi (1993) caracteriza como **Discurso Fundador**.

A autora destaca a necessidade que o discurso fundacional tem de “filiar-se” a uma memória política para legitimar-se e reivindicar a fundação, para o efeito do permanente. Orlandi (1993) alude ao processo de instalação do discurso fundador, quando ele se apoia em fragmentos do ritual já estabelecido para instalar o novo, sustentando o sentido emergente e se sustentando nele, intervindo no já-dado, no já-dito. O fundador procura ser notório e ter a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular, o qual rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação.

Orlandi (1993) diz preferir guardar o nome de discurso fundador para o que é denominado, em Foucault, como “instauração da discursividade”, ou seja, quando os autores não se comportam simplesmente como autores de suas obras, mas quando elaboram algo a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos. Nessa dimensão, o discurso fundador instaura as condições de criação de outros textos, filiando-se à sua própria possibilidade, instalando em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que caracteriza um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade.

Nessa perspectiva do discurso fundador, observamos no Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos** que o Visconde também almeja um estatuto de fundação para seu Manifesto, pois elabora um discurso que parece pretender fundar um registro verdadeiro da ruptura do regime político do País. Visconde apresenta sinais de um discurso fundador de determinada doxa negativista do espaço público nacional, uma doxa que nega qualquer virtude à ideia republicana, em especial à República brasileira: que já nascera, para Afonso Celso, sob o signo da ditadura e do golpe militar. Ora, na sua linha de raciocínio, a coexistência entre institutos da democracia brasileira, o autoritarismo e os golpes vivenciados na história República brasileira não seriam mera coincidência.

Chave de interpretação de seu discurso, a intenção em tornar seu discurso um discurso fundador é explicitamente colocada em seu Manifesto. Ao se referir à própria publicação e inseri-la no Domínio de Verdade, Ouro Preto, na última nota de rodapé do Manifesto, afirma que:

(68) “(2) Os desinteressados amigos do governo provisório, em Lisboa, telegrapharam para o Rio de Janeiro, anunciando que esta publicação fôra mal recebida pela imprensa d’aquella capital. É mais uma falsidade.” (OURO PRETO, 1891, p. 108, grifo nosso)

Ainda nessa nota, Afonso Celso agradece aos Jornais da imprensa portuguesa *Commercio de Portugal*, *Tarde*, *Dia*, *Tempo*, *Diario Popular*, *Diario de Noticias*, *Diario Ilustrado*, *Correio da Noite*, *Gazeta de Portugal* e ao *Reporter*, os quais aludiram ao seu Manifesto em termos “benévolo e honroso” (OURO PRETO, 1891). A recepção da obra de Ouro Preto, segundo afirma José Murilo de Carvalho (2007), em seu livro *D. Pedro II: ser ou não ser*, também chegou a ser lida por D. Pedro II durante o exílio, após partir com a família imperial em 17 de novembro de 1889. Segundo Carvalho (2007, p. 237), o segundo e último monarca do Império Brasileiro “... recorria aos livros como refúgio e sofrimento.” Por isso, em diversos momentos, foram divulgadas imagens suas sempre ao lado de livros.



FIGURA 18 – D. Pedro II
FONTE: CARVALHO, 2007.

Após a deposição da Monarquia, D. Pedro acompanhava a política brasileira por meio de livros, artigos, folhetos, jornais e cartas. Leu, segundo Carvalho (2007), os livros publicados sobre a Proclamação da República como **Fastos da Dictadura Militar no Brazil**, de Eduardo Prado (1890), **Advento da República no Brazil**, de Christiano Benedict Ottoni (1890) e **Advento da Dictadura Militar no Brazil**, do Visconde de Ouro Preto (1891). Fiéis à Monarquia, Afonso Celso e seu filho, Affonso Celso Júnior, visitaram-no, em Paris, no dia da morte da esposa de D. Pedro II.

Em seu Manifesto, o ex-ministro faz emergir memórias da situação de comunicação, nas quais as notas de rodapé se inscrevem. Em cada situação, portanto, ele se define através de uma identidade social que esta lhe impõe: ora Monarquista-ativista, ora “Sujeito da História”, ora Sujeito de autocorreção e autorreflexão do próprio texto.

4.4 Despertando sentidos

A Revolução de 15 de novembro
Acontecimentos de 15 de novembro
Atentado
Calamidade
Ditadura
Golpe
Insubordinação do exército
Insurreição
O 15 de novembro
Reação armada
Revolta
Sedição militar
Sublevação de 15 de novembro
Sublevação militar
Sucessos de 15 de novembro

Longe de ser uma performance poética, essas quinze expressões possuem um único referente: a Proclamação da República no Brasil. Empregadas pelo Visconde de Ouro Preto pelo seu aparente “orgulho” em se convencer de que a Monarquia havia acabado no território brasileiro, essas expressões constituir-se-ão nosso ponto de análise sob o viés da memória das formas de signos.

Começemos pelo título da obra de Afonso Celso pensado na reedição do Manifesto: **Advento da Dictadura Militar no Brazil**. Em um primeiro momento, poderíamos pensar, levando em conta somente o título, assim isoladamente, que fizesse referência à Ditadura militar no Brasil do período entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985. Mas, não. O signo “ditadura” é um registro usado pelo Visconde para designar a instauração do regime republicano em 15 de novembro de 1889. Então nos questionamos: Por que o uso do signo “ditadura” se foi a implantação ou advento da República?

Antes de respondermos a essa questão, discutiremos sobre as observações feitas por Charaudeau (2004) a respeito dos signos aliados à memória. A **memória das formas de signos** permite trocas verbais, icônicas, gestuais, de signos estruturados como maneiras de dizer mais ou menos rotineiras, ressaltando na linguagem não o que se diz, mas sua execução. Desse modo, constituem-se as comunidades de “saber-dizer” ou de “estilo”, relacionadas às maneiras de falar, podendo também ser empregado o termo “comunidades semiológicas”. Essa comunidade semiológica possibilita aos indivíduos a elaboração de julgamentos de ordem estética (belo/feio), ética (bem/mal) ou pragmática (útil/inútil) a respeito da maneira de se comportar e de falar em nome de normas sociais supostamente partilhadas. Charaudeau (2004) caracteriza a comunidade semiológica como uma comunidade virtual de sujeitos que se identifica por meio da “rotinização” das formas de comportamentos e linguagem. No Manifesto em análise, verificamos essa Memória dos Signos à medida que o Visconde de Ouro Preto refere-se à República por meio de diferentes designações. Para analisarmos esse aspecto, vamos retomar a questão suscitada anteriormente a respeito do título da obra – **Advento da Dictadura Militar**

no **Brazil**: Por que o uso do signo “ditadura” se foi a implantação ou advento da República? Para respondê-la, há três hipóteses.

Primeiramente, em uma das notas de rodapé inseridas pelo Visconde, há menção de um folheto, que circulou na época intitulado o **Advento da República no Brazil**, publicado em 1890, por Christiano Benedict Ottoni investido, na ocasião, no mandato de senador da República. O comentário de Afonso Celso a respeito dessa publicação encontra-se na terceira parte de seu livro e intitula-se como **Resposta ao sñr Conselheiro C. B. Ottoni**. Segundo o Visconde, Ottoni “foi um dos adversarios com quem mais rijamente tive de bater-me na vida publica” (OURO PRETO, 1891, p. 127). A respeito da publicação **Advento da República no Brazil**, o Visconde afirma ser uma narrativa com um amontoado de inverdades e contradições, além de conter gratuita agressão contra Afonso Celso.



FIGURA 19 – Christiano Benedict Ottoni
FONTE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRESERVAÇÃO RODOVIÁRIA, 2004.

No conceito de Christiano Benedict Ottoni, a queda da Monarquia no Brasil proveio da insatisfação do exército, tendo o Ministério 7 de

Junho de 1889 contribuído para tal ação. Por ser adversário político de Ouro Preto, justamente por ser republicano, ele desmentiu o conteúdo do Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**, e Afonso Celso escreveu que “O subsídio, que assim oferece o sñr Ottoni ás glorias da republica, é verdadeiro presente grego para ella e seus heróes, – supponho eu”. (OURO PRETO, 1891, p. 133)

Advento da República no Brazil, de Christiano Ottoni (1890), e **Advento da Dictadura Militar no Brazil**, de Visconde de Ouro Preto (1891), são considerados os trabalhos que avaliaram de maneira positiva e negativa, respectivamente, o “novo regime”. A similaridade dos títulos nos chama atenção. Talvez o título da obra do Visconde seja uma resposta à contestação de Christiano Benedict Ottoni. Em sua obra, Ottoni afirma o conhecimento do ex-ministro acerca da Proclamação, dizendo: “Se fosse crível tal *ingenuidade*, provaria completa inepecia, e o Visconde possui uma inteligencia privilegiada. (...) no proprio *Manifesto* há prova de que o Visconde não o ignorava” (OTTONI, 1890, p. 92, grifo do autor). Nesse fragmento, Ottoni refere-se à ingenuidade assumida pelo Visconde diante da instauração do governo republicano no País. Essa “ingenuidade” foi abordada por nós quando tratamos do argumento de inocência e de ignorância.

A segunda hipótese surge a partir do artigo **Da “restauração” da monarquia à “conciliação” com a república**: diálogo entre textos, escolhas políticas de Nabuco e episódios da primeira década republicana, da historiadora Izabel Andrade Marson (2009). A autora menciona, dentre os textos críticos da República e valorizadores da Monarquia, a obra **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**, de Eduardo Prado (1890). Eduardo Paulo da Silva Prado (São Paulo, 27 de fevereiro de 1860 – São Paulo, 30 de agosto de 1901) foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e um dos mais importantes analistas da vida política do Brasil. Após a Proclamação da República, redigiu livros e artigos opondo-se aos atos praticados pelo Governo Provisório presidido pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Dentre suas obras, está a **Década Republicana**, obra em que participaram os mais sobressalentes monarquistas brasileiros, sendo o Visconde de Ouro Preto um de seus organizadores, e a obra **Fastos da Ditadura Militar no Brasil**, de 1890.



FIGURA 20 – Eduardo Prado
FONTE: KARL ERNST PAPF, 1901.

Segundo o crítico literário, Rodrigo Gurgel (2012), em seu ensaio sobre Eduardo Prado, *O antirrevolucionário*, entre novembro de 1889 e junho de 1890, sob o pseudônimo de Frederico de S., Eduardo Prado escreveu longos ensaios acerca do “golpe militar de 15 de novembro” e os reuniu sob o título de *Fastos da Ditadura Militar no Brasil*. Para Gurgel (2012), “Ler Fastos da ditadura militar no Brasil é um exercício de estranhamento e melancolia, pois essas páginas proféticas antecipam os vícios de nossas lideranças políticas”. Para Eduardo Prado (1890 *apud* GURGEL, 2012), “Aquilo já não era militarismo nem ditadura, nem República. O nome daquilo é carnaval. O militarismo de 15 de novembro passou depressa da traição para o ridículo”.

Assim conforme o Visconde de Ouro Preto, Eduardo Prado também é um polemista, um defensor da Monarquia e de D. Pedro II. São duas

escritas de inconformismo e revolta diante da República recém-instalada. Eduardo Prado (1890 *apud* GURGEL, 2012) escreveu: “Ninguém duvidará (...) de que quem escreveu estas linhas só atacou os dominadores do Brasil porque, com o homem civilizado e do século, aborreceu a traição, amou a liberdade e detestou a tirania”. Há bastante proximidade entre as duas obras, pois ambas evidenciam um discurso antirrepublicano e, para ambos, assim como para os demais monarquistas, a República nasce sob o signo da ditadura. Levando em conta o ano de publicação das obras de Christiano Benedict Ottoni e Eduardo Prado, constatamos que suas publicações ocorreram um ano antes do livro do Visconde. **Advento da República no Brasil e Fastos da ditadura militar no Brasil**. Quem sabe não seja uma mescla de títulos? No entanto, nem Eduardo Prado, nem sua obra são mencionados pelo Visconde. Trata-se, portanto, de uma hipótese bastante intuitiva.

A terceira hipótese instaura-se no campo semântico, isto é, no sentido atribuído à Proclamação da República pelo Visconde por meio do signo “ditadura” e seus desdobramentos – insurreição, reação armada, revolta... Essa hipótese é confirmada a partir da leitura de sua obra. A palavra “ditadura”, além de se apresentar no título da obra, também é estampada em todas as páginas do livro por meio da expressão “Ditadura Militar no Brasil”.

Em consulta ao **Dicionário de Política**, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998), identificamos que a definição para o verbete “Ditadura” tem origem na “*dictadura romana*”. Com significado distinto do que temos hoje, na Ditadura romana, um ditador era nomeado para tratar da condução de uma guerra ou solução de uma crise interna, ou seja, seus poderes eram limitados. A Ditadura romana possuía limites temporais, com duração de cerca de seis meses, sendo um regime peculiar circunscrito na República romana. Para os autores, “a Ditadura romana é um órgão excepcional e temporário, a Ditadura moderna é uma forma de Governo normal e durável” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 369). Se a primeira possui conotação de valor tradicionalmente positiva, a segunda possui conotação negativa correspondendo à classe dos regimes antidemocráticos. Marcada pela

acentuada concentração de poder, os autores comparam a Ditadura moderna às tiranias gregas, pois ambas nasciam, em geral, das crises políticas ou da desagregação de uma democracia. Semelhante ao ditador moderno, o tirano era o chefe de uma facção política que instituía o próprio poder, exercendo um comando arbitrário e ilimitado, pelo uso da coerção. Entretanto, ressaltam os autores, tal analogia se enfraqueceu.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 372) ressaltam que a palavra Ditadura tende a designar os “regimes não democráticos existentes nos países modernos ou em vias de modernização (com que se podem assemelhar também as tiranias gregas dos séculos VII e VI a.C. e alguns outros Governos surgidos na história do Ocidente)”, bem como contrapor-se polemicamente à democracia. Portanto, o sentido atribuído pelo Visconde à “ditadura” aproxima-se, em alguns pontos, da definição de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998). A “ditadura”, em sua definição no dicionário, também se caracteriza como um rompimento com a tradição, mobilizando politicamente grande parcela da sociedade, ao passo que subjugava com a violência outra parte. Se na definição de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 374), as ditaduras se apresentam como “expressão legítima dos interesses e das necessidades do povo”, na definição do Visconde, a ditadura correspondia “à feição dos que governam pela força e pelo terror”. (OURO PRETO, 1891, p. 107)

Vejamos, a seguir, alguns exemplos de outras palavras adotadas pelo Visconde para reportar-se à Proclamação da República:

(69) “**Maiores surpresas**, porem, me estavam reservadas pela justiça summaria da **dictadura**, que se organizou para restaurar a liberdade da **minha patria**.” (OURO PRETO, 1891, p. 3, grifo nosso)

(70) A **Dictadura** pode muito, pode tudo mesmo, graças aos **canhões** e **bayonetas** em que se apoia, menos **roubar-nos** os fôros de bons brasileiros, conquistados pelo trabalho assiduo e honrado, pela dedicação sem limites ao serviço da terra em que nascemos. (OURO PRETO, 1891, p. 9, grifo nosso)

(71) Não foi um movimento subito, a obra de um dia; o **golpe** já estava preparado de muitos annos. Os primeiros

prodromos da **insubordinação do exercito** datam da terminação da guerra do Paraguay. (OURO PRETO, 1891, p. 102, grifo nosso).

(72) “a **insurreição** triumphou como não podia deixar de acontecer”. (OURO PRETO, 1891, p. 103, grifo nosso)

(73) A **republica** brasileira, qual foi proclamada, é uma obra de iniquidade; não pode perdurar. Nada significam as adhesões que apregoa surgirem de todos os pontos do imperio. Originam-se do terror ou partem da multidão interesseira dos descontentes da situação decahida... (OURO PRETO, 1891, p. 105, grifo nosso)

No fragmento (69), extraído da **Introdução** do Manifesto, Afonso Celso, ao dizer “maiores surpresas”, alude ironicamente às consequências que ele julgou ter sofrido na mudança de governo no País: prisão, exílio, perseguição, acusação de culpa, traição. Para o Visconde, a República investia-se de uma justiça pouco efetiva, ou até caracterizada como uma injustiça, pois, em suas palavras, “a todos os corações brasileiros revoltará a injustiça de qualificar-se como inimigos da patria aquelles que sempre se desvelaram, até o sacrificio, pelo seu engrandecimento e prosperidade” (OURO PRETO, 1891, p. 9). Do mesmo modo, no fragmento (70), Afonso Celso associa a ditadura à violência, mas ressalta sua confiança nos “bons brasileiros” que resistiriam à opressão do novo regime. Nos fragmentos (69) e (70), identificamos ainda o patriotismo do Visconde (“minha pátria”) e a sua integração junto aos “bons brasileiros” pelo uso do pronome “nós”. Ao fazer referência aos “outros brasileiros”, também se reporta a si mesmo evidenciando as quase três décadas de atuação na política brasileira.

Nos trechos (71) e (72), a denominação para a jovem República é estabelecida pelas palavras “golpe”, “insubordinação do exército” e “insurreição”. Para a análise do emprego desses signos pelo Visconde, recorreremos novamente ao **Dicionário de Política**. Nele, não há um verbete específico para “golpe”, mas, sim, para “Golpe de Estado”. Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998, p. 545) salientam que a expressão “golpe de estado” alterou-se com o tempo, desde “quem o faz” até “como se faz”.

Entretanto, permaneceu inalterado um componente: o Golpe de Estado é instaurado por órgãos do próprio Estado. Para Gabriel Naudé (1639 *apud* BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 545), esse ato é realizado pelo soberano a fim de tornar mais sólido o próprio poder. Normalmente, é uma ação tomada de surpresa “para evitar reações por parte daqueles que deverão sofrer as consequências”. A esse respeito, Afonso Celso considerou que “os republicanos appellaram, como recurso extremo, para uma sedição militar. E ella fez-se, e triumphou em presença da nação, **tomada de surpresa**”. (OURO PRETO, 1891, p. 102, grifo nosso)

Segundo Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998), no início de 1970, muitos países do mundo tinham governos provenientes de Golpe de Estado, tornando-o um ato mais frequente de sucessão governamental do que as eleições e a sucessão monárquica. No entanto, o elemento antes inalterável, tornou-se ocupado, em muitos casos, pelos chefes militares, originando outra forma de Golpe de Estado: o Golpe Militar. Nesse caso, trata-se de um grupo de militares ou das Forças Armadas que toma o poder político mediante uma ação repentina. Os autores distinguem Golpe de Estado e Revolução. Na Revolução, as mudanças são de cunho político e jurídico. Já no Golpe de Estado realizam-se mudanças de menor porte, sendo entendido por alguns autores, segundo Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998, p. 547), como uma “revolução menor”.

Em suma, o Golpe de Estado, conforme os autores (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 547), traz como consequência habitual a mudança da liderança política, pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, “embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe”, e um dos efeitos mais habituais do fenômeno é a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos. No caso de Ouro Preto, a instauração da República dissolveu seu Ministério 7 de Junho de 1889.

Para o verbete “insurreição”, empregado pelo Visconde no fragmento (72), Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) consideram-no um movimento não organizado, com pouca ou nenhuma possibilidade de obter vitória sobre o governo que certo grupo tenciona destituir. O termo “Insurreição” deriva do latim *insurgere* (levantar-se contra) e pro-

vém de um grupo de indivíduos, que admite o uso da violência física, material ou moral, contra o poder dominante. De acordo com os autores (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 631), a insurreição é “uma espécie de preâmbulo para a revolução e seu traço distintivo é, sobretudo, sua limitada duração no tempo”, apossando do poder pela força e/ou pela fraude. Após a Revolução Francesa (1789-1799), o vocábulo passou a significar um “movimento contra a opressão do povo e em prol da libertação geral, conduzida de baixo para cima, visando a derrubar o Governo existente (Insurreição com fins políticos) ou a classe dirigente na sua totalidade (Insurreição com fins sociais)”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 631)

No fragmento (73), já analisado na seção 3.6, **A organização argumentativa do Manifesto**, Afonso Celso define a República como um regime de terror e repressão, sendo, para ele, as adesões à República frutos da coerção. O conceito de República para Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998) contrasta-se com a Monarquia. Na forma de governo republicana, o povo elege o chefe de Estado. No entanto, o vocábulo alterou-se com o tempo, obtendo conotações distintas de acordo com o contexto no qual se encontra. Os romanos, por exemplo, atribuíram ao termo *res publica* a ideia de organização do poder, assim que os reis fossem destituídos de sua autoridade (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). *Res publica* tenciona enfatizar o público, o povo, o bem comum, a comunidade, ao passo que a Monarquia, a Aristocracia e a Democracia ressaltam o princípio do Governo (*archia*). Cícero, citado pelos autores, opunha a República aos governos injustos. Desse modo, o sentido ciceroniano prevaleceu na cultura posterior à Revolução Francesa (1789-1799) e na Idade Moderna.

De forte cunho monarquista, Ouro Preto participou de dois episódios sintomáticos a respeito de sua aversão ao Regime Republicano. Ambos aconteceram durante seu segundo discurso proferido na Câmara dos Deputados no dia 11 de junho de 1889, quando apresentava seu Ministério recém-formado e garantia efetivar o programa aprovado no congresso do Partido Liberal realizado na corte. Durante a sessão, o deputado conservador Pedro Luiz interrompeu o discurso afirmando que

era o começo da República. Imediatamente, Ouro Preto replicou: “Não; é a inutilização da Republica. Sob a monarchia constitucional representativa podemos obter com maior facilidade e segurança a mais ampla liberdade (*crusam-se nmerosos apartes; o sñr presidente faz soar os tympanos*)” (OURO PRETO, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 217, grifo do autor). No segundo discurso da mesma sessão, o deputado potiguar e padre João Manoel de Carvalho encerrou seu discurso exclamando: “Viva a Republica!” (CARVALHO, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 222)

Ouro Preto replicou:

... (*Erguendo-se impetuosamente e com energia*): – Viva a Republica, não! (*Applausos prolongados no recinto e nas galerias*). (...) Viva a monarchia! forma de governo que a immensa maioria da nação abraça e a única que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza! (*Enthusiasticos applausos da Camara e das galerias abafam por momentos a voz do orador*). (OURO PRETO, 1889 *apud* OURO PRETO, 1891, p. 222, grifo do autor)

Affonso Celso Júnior (1901, p. 105) afirmou que seu pai, o Visconde, nesse “(...) seu discurso de replica, fremente de indignação, inflammado de patriótica bravura, lampejou a mais alta eloquência. Dominou o auditorio, na maioria infenso, arrancou-lhe aclamações, impoz-se”.

Quando comparamos os signos elencados no **Dicionário de Política** e o emprego desses vocábulos pelo Visconde, percebemos que este os aplica indistintamente, colocando-os como algo ruim, pois, para ele, todos retêm essa memória de tomada de poder repentina, de violência e de injustiça. Memória esta que correspondia à inversão dos valores sociais e políticos no País. Os signos empregados pelo ex-ministro inserem-se no Domínio da Ética (do modo de organização argumentativo), como princípios do bem ou do mal. Esses signos circulariam, portanto, em sua “comunidade semiológica” na qualidade de medidas coercitivas e repentinas de destituição de poder do sistema vigente.

Esses signos vão se movimentando semanticamente na enunciação do ex-ministro. Pierre Achard (1999, p. 14), em seu texto **Memória e Produção Discursiva do Sentido**, afirma que a cada “nova coocorrência

dessa unidade formal oferece então novos contextos, que vêm atribuir à construção de sentido de que essa unidade é o suporte”. Assim, a identidade monarquista de Afonso Celso molda-se e evidencia-se a partir de seu discurso.

Sheila Elias de Oliveira (2012), ao escrever o artigo **Cidadãos e Concidadãos nos Discursos de Posse da Primeira República**, observa a ocorrência das palavras **Cidadão(s)** e **Concidadãos** por meio de uma análise semântico-enunciativa. Essas palavras provêm dos discursos de posse dos presidentes da Primeira República, que compreende o período de 1889 a 1930. Os presidentes são Deodoro da Fonseca (1889-1891); Floriano Peixoto (1891-1894); Prudente de Moraes (1894-1898); o primeiro a ser eleito pelo voto direto, Campos Sales (1898-1902); Rodrigo Alves (1902-1906); Afonso Pena (1906-1909); Hermes da Fonseca (1910-1914) e Epitácio Pessoa (1919-1922). Entre esses dois últimos, governou o País Venceslau Brás (1914-1918), entretanto a autora não identificou a ocorrência das palavras que analisou em seu discurso.

De Deodoro a Epitácio, Elias de Oliveira (2012) verificou que, na enunciação de **Cidadão(s)** e **Concidadãos**, pelos diferentes governantes, assevera-se o pertencimento ao regime republicano. Segundo a autora, “suas histórias de enunciações fazem com que ideologicamente os sentidos deslizem para direções distintas e, politicamente, elas trabalhem diferentemente na afirmação em relação entre o sujeito e o Estado”. (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p. 107). No *corpus* de sua pesquisa e também na obra do Visconde, “As palavras presentes no seu acontecimento enunciativo têm a força de projetar um futuro de interpretações sobre o governo que se inicia”. (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p. 108)

A variação feminina **Cidadã** surgiu somente no discurso de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, no enunciado “Reivindicação Cidadã”, e no primeiro discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva (2003). Esse emprego não significa apenas a atribuição de um “sentido fixo e único, mas da compreensão do modo como o presente do acontecimento trabalha sobre a latência da significação da palavra, repetindo e/ou deslocando sentidos...” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p. 110). A autora recorre ao dicionário lusitano **Dicionário da Língua Portuguesa**, de

Cândido de Figueiredo (1913) e constata a distinção no significado entre **Cidadão** e **Concidadão**. A primeira constatação está no fato de que **Concidadão** deriva de **Cidadão**, sendo este correspondente ao morador de uma cidade ou o indivíduo que goza dos direitos civis e políticos de um Estado. **Concidadão**, por seu turno, indica uma partilha (**con-**) de um espaço (país ou cidade), no qual o cidadão habita. (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, 1913 *apud* ELIAS DE OLIVEIRA, 2012)

Da análise de Elias de Oliveira (2012), destacaremos o discurso do Deodoro da Fonseca, pois é o presidente citado neste trabalho. Em seu discurso de Proclamação da República, o Marechal utiliza constantemente o vocativo **Concidadão** em início de enunciados que declaram a nova ordem política em 1889. A República é, assim, caracterizada por ele como um movimento em plena consonância com o desejo dos Concidadãos brasileiros e um gesto de deposição da dinastia imperial realizada por um “governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.” (DEODORO DA FONSECA, 1889 *apud* BONFIM, 2004, p. 29). João Bosco Bezerra Bonfim (2004, p. 34), em **Palavras de Presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula**, observa que o discurso de Deodoro “está dentro do espírito de busca de adesão”, sendo de natureza argumentativa oriunda de uma situação de força: a conquista do poder.

O resultado das análises de Elias de Oliveira (2012) apontou que o emprego de **Cidadão(s)** é quantitativamente menor que **Concidadãos**. No discurso de Deodoro, assim como no discurso do Visconde de Ouro Preto, há a recorrência da palavra **Concidadãos**, empregada como vocativo (Interpelação). Na enunciação dos outros presidentes, e também de Afonso Celso, esse mesmo signo apresenta-se no plural e precedido da palavra **meus**, inscrevendo-se como “signo de igualdade entre o governando e os governados, apagando a diferença que o próprio lugar de locutor-governante em um sistema representativo faz significar” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p. 123). Em resumo, **Concidadãos** gera um efeito de igualdade e de proximidade entre governantes e governados. Para o signo **Cidadão**, o emprego refere-se aos brasileiros, no geral, determinando um indivíduo (**Cidadão**) ou um grupo (**Cidadãos**).

Elias de Oliveira (2012) conclui que examinar os sentidos desses signos em diferentes governantes possibilita interpretarmos a maneira como cada governo afirma ser pertencente ao regime republicano. Nessa direção, insere-se o uso de **Cidadãos** e **Concidadãos** pelo Visconde de Ouro Preto. Em sua enunciação, tais signos são empregados para interpelar seus **Concidadãos** (“meus Concidadãos”, conforme tratamos no Capítulo 3, seção 3.5.1, “**Não escrevi o manifesto para os estrangeiros e, sim, para os meus compatriotas**”), que são, ao mesmo tempo, os interlocutores de sua obra e com quem Afonso Celso almeja compartilhar seus ideais, feitos, impressões, memórias e angústias.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Publiquei o Manifesto como foi redigido em Tenerife,
segundo minhas impressões e reminiscências...
(OURO PRETO, 1891, p. 110)

O excerto acima, acreditem, só foi encontrado nos momentos finais da pesquisa. Ele resume exatamente o que afirmamos a respeito do Manifesto de Afonso Celso. Um discurso enredado pela memória e impressões, assim como nos referimos na seção 2.2.1, na página 48. Chegamos ao fim e, se é nos permitido “devaneios”, consideramos que esse trabalho propiciou, além de reflexões sobre discurso e memória, um passeio muito instigante pela História.

Nosso percurso de análise procurou respeitar, ao máximo, as formulações dos políticos do final do século XIX que foram mencionados aqui, sem fazer eco aos seus ideais monarquistas ou republicanos. Estar em meio a um “debate político virtual” entre os sujeitos, contrastando réplicas e tréplicas entre Afonso Celso e Ruy Barboza, entre Afonso Celso e Christiano Benedict Ottoni, entre Afonso Celso e Visconde de Maracaju, entre Afonso Celso e Deodoro da Fonseca, foi uma atividade delicada e curiosa. Dissemos “curiosa”, porque se trata de uma escrita baseada em um acontecimento político real e histórico, retomando o que foi afirmado na **Apresentação**.

Nosso trabalho orientou-se pela análise discursiva do Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**, do Visconde de Ouro Preto (1891). Adotamos um formato de análise, cuja questão teórica central apoiou-se na Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau. Utilizamos também outros aportes teóricos tais como a noção de *ethos* (ARISTÓTELES, 1998; AMOSSY, 2007, 2011; CHARAUDEAU, 2008b), de discurso fundador (ORLANDI, 1993) e de Memória (COURTINE, 2009; PÊCHEUX, 1997, 1999; ORLANDI, 1993, 2001; CONNERTON, 1999; HALBWACHS, 2006).

Essa articulação teórica nos possibilitou alcançar nosso objetivo geral que foi refletir sobre o Discurso e as Representações da Memória em **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**. Para tanto, a pesquisa passou por três momentos de análise.

No primeiro tempo de análise, Capítulo 2, **Pelas vias do Discurso**, enfatizamos o processo de semiotização realizado por Afonso Celso e as situações de comunicação emergentes de seu discurso como um ato de linguagem. Dessa análise concluímos que a semiotização é distinta entre os sujeitos, pois se relaciona com sua formação identitária seja política ou ideológica. As três situações de comunicação apresentadas por nós, nas seções 2.2.1 e 4.3, permitiram-nos observar a flutuação entre as situações de comunicação por meio do contexto em que o sujeito se apresenta, fazendo com que haja uma complexificação enunciativa em torno do sujeito do discurso (Afonso Celso), emergindo um desdobramento enunciativo que agrega ao *ethos* do Visconde mais papéis que os originalmente atribuídos a ele.

O processo de semiotização do mundo (CHARAUDEAU, 2005) contribuiu para identificarmos, em termos teóricos, a orientação seguida pelo Visconde em defesa de seu posicionamento político, pois essa identificação foi um aspecto importante para o desenvolvimento das análises, uma vez que apontou também a relação entre o produtor e o interlocutor do Manifesto. Afonso Celso realiza articulações de causa e consequência para as publicações de seu Manifesto, sobredeterminado pelas circunstâncias nas quais se encontrava: primeiro, prisão e exílio; segundo, contestações de sua primeira publicação.

No segundo tempo, Capítulo 3, **Os modos de organização do discurso**, identificamos aspectos da organização enunciativa e argumentativa do Manifesto e apontamos também para a imagem de si construída pelo ex-ministro em seu Manifesto. Contrastamos os discursos e contradiscursos que emergiram após a publicação do Manifesto a fim de compreendermos com mais precisão as articulações enunciativas e argumentativas do Visconde de Ouro Preto, as quais ressaltaram seus traços identitários de monarquista. Ao acionar diferentes categorias modais de injunção, interpelação, interrogação (perguntas retóricas), constatação,

revelação, recusa, discurso relatado narrativizado, descrição narrativa, Domínio de Verdade, Afonso Celso apela para seus concidadãos, para sua própria memória, para o *ethos* e para a responsabilidade de seus argumentos formulados, tendo em vista conquistar a adesão de seus interlocutores.

Toda sua argumentação e seu engajamento para a afirmação de *ethé* de credibilidade, na maior parte do tempo, são alicerçados pela memória e pela narrativa. Um *ethos* construído em quase 30 anos de atuação parlamentar. São argumentos lembrando-se do que presenciou e lembrando fatos em uma dimensão narrativa. O próprio ex-ministro revelou que foi uma escrita “apressadamente concluída” e, portanto, essa concentração urgente de lembranças aliada às contestações recebidas conduziu-o a reeditar o texto original agregando quase meia centena de notas de rodapé.

No último tempo de análise, Capítulo 4, **Ao Abrigo da Memória**, assinalamos os índices linguístico-discursivos de representações da memória no nível do signo, da situação e do discurso, e discutimos sucintamente a respeito do estatuto fundacional que Afonso Celso almeja em seu Manifesto. Para efeito de conclusão, ao realizarmos a análise, nesse capítulo, observamos que Afonso Celso objetivava deixar uma marca pessoal a respeito da Proclamação da República no Brasil, que pudesse ser recordada por gerações futuras. Assim, o Visconde ressaltou valores de ética, de moral, de verdade, de dignidade que pretendia manter como intrínsecos à sua atuação no cenário político brasileiro. Esses valores, percebidos na superfície de seu discurso, a partir do uso de um vocabulário peculiar, muitas vezes inserido no campo semântico de violência ou corrupção, contribuíram para manifestar os valores adjacentes à Monarquia e à República que ele destacou de seu tempo e da própria sociedade em que viveu.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Affonso Celso no dia de seu casamento*. Pacheco & Filho - Fotógrafos da Casa Imperial. Rio de Janeiro, 1884. Disponível em: < <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=3719&sid=467>> Acesso em 9 fev. 2013.

ACHARD, Pierre. Memória e Produção Discursiva do Sentido. In: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-22.

AFFONSO CELSO JÚNIOR. *Oito anos de parlamento: reminiscências e notas*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1901. 315 p. Edição fac-similada. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00557900#page/7/mode/1up>> Acesso em: 30 maio 2011.

AMOSSY, Ruth. A espécie humana, de Robert Antelme ou as modalidades argumentativas do discurso testemunhal. Tradução de Ida Lúcia Machado. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William Augusto; MENDES, Emília (Org.) *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 252-271.

_____. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-28; p. 120-144.

ANDRADE, Carlos Drummond de; ZIRALDO. *O Pipoqueiro da esquina*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981. p. 71

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998. 256 p. (Col. Biblioteca de autores clássicos).

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 2014. *Placa da casa do Visconde de Ouro Preto*. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotograficodocs/photo.php?lid=29601>> Acesso em 28 fev. 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRESERVAÇÃO RODOVIÁRIA, 2004. *Christiano Benedict Ottoni*. Disponível em: <http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/historianos_trilhos18_marco2004.htm> Acesso em: 21 fev. 2014.

AUTRAN. *Deodoro da Fonseca*. [ca. 1889]. Óleo sobre tela. Museu do Exército, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://moaciralencarjunior.files.wordpress.com/2012/03/deodoro0001.jpg>> Acesso em 2 mar. 2014.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. e atual. Conforme novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 605.

BENEDITO CALIXTO. *Proclamação da República*. 1893. Óleo sobre tela. Dimensões: 123,5 x 200 cm. Pinacoteca Municipal de São Paulo, SP. Disponível em: <<http://afnb-bsb-coleccionismo.blogspot.com.br/2011/11/loterofilia-proclamacao-da-republica.html>> Acesso em 27 fev. 2014.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014. *Floriano Vieira Peixoto*. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/floriano-peixoto/foto>> Acesso em: 2 mar. 2014.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente: Os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE Editora, 2004. 438 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Perfis Parlamentares 5 – Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto)*. Seleção, introdução e comentários de Costa Porto. Brasília: José Olympio Editora, 1978. 516 p.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. GASPARI, Elio; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 276 p.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. (Org.). *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, NAD/Fale-UFMG, 2004. p. 13-41. Disponível em: < <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>>. Acesso em: 29 fev. 2013.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Org.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em 27 maio 2013.

_____. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de Tradução Ângela Maria da Silva Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008a. 256 p.

_____. *Discurso Político*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008b. 327 p.

_____. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZ-
ZA, Grenissa; PAULA, Luciane de (Org.). *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil*. Uberlândia, MG: Edufu, 2010.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. ed. Lisboa/Oeiras: Celta Editora, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 523 p.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009. 250 p.

DEODORO DA FONSECA. Discurso do Marechal Deodoro da Fonseca, com a Proclamação do Governo Provisório, publicada no Diário Oficial – 16 de novembro de 1889. *Apud* BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente: Os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE Editora, 2004. p. 28-34.

DITADURA. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. v. 1. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 368-379.

EGGS, Ekkehard. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, Ruth (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 29-56.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Cidadãos e Concidadãos nos Discursos de Posse da Primeira República. *Revista SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 15, n. 3. p. 105-128, dez. 2012. ISSN: 2237-4876. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/11783>> Acesso em: 17 dez. 2013.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. 650 p.

FERREIRA JÚNIOR, Alexandre Dias. *Histórico da Fundação da República Brasileira*. São Paulo : Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Companhia, 1890. 92 p. Edição fac-similada. Disponível em: < <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/00687000>> Acesso em: 25 jun. 2012.

FIGUEIREDO, Cândido de. Dicionário da Língua Portuguesa, 1913 *apud* ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Cidadãos e Concidadãos nos Discursos de Posse da Primeira República. *Revista SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 15, n. 3. p. 105-128, dez. 2012. ISSN: 2237-4876. P. 108-111. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/11783>> Acesso em: 17 dez. 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006. 223 p.

GOLPE DE ESTADO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. v. 1. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 545-547.

GURGEL, Rodrigo. O anti-revolucionário. *Jornal Rascunho: O jornal de literatura do Brasil*. Curitiba, PR, 25/03/2012. Disponível em: <<http://rascunho.gazetadopovo.com.br/o-anti-revolucionario/>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006. 222 p.

HUYSEN, Andreas. Introdução; Escapando da amnésia – o museu como cultura de massa. In: _____. *Memórias do Modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 7-21; 222-255.

INSURREIÇÃO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. v. 1. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 641.

KARL ERNST PAPE [*Eduardo Prado*]. 1901. Óleo sobre tela. Dimensões: 72,5 × 58 cm. Pinacoteca Municipal de São Paulo, SP. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karl_Ernst_Papf_-_Eduardo_Prado,_1901.JPG> Acesso em: 23 fev. 2014.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Afonso Celso de Assis Figueiredo – ministro da marinha na hora amarga*. Belo Horizonte: Edição do Governo do Estado de Minas Gerais, 1966. 14 p.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 69-92.

MARSON, Izabel Andrade. Da “restauração” da monarquia à “conciliação” com a república: diálogo entre textos, escolhas políticas de Nabuco e episódios da primeira década republicana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0024.pdf>> Acesso em: 18 dez. 2013.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. Ilustrações de Lúcia Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Prefácio. Vão Surgindo Sentidos. In: _____ (Org.). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993. p. 7-25.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001. p. 31.

OTTONI, Christiano Benedict. *Advento da República no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: (Imprensa Nacional). 1890.

OURO PRETO, Visconde de. *O Advento da Dictadura Militar no Brasil*. Paris: Imprimerie F. Pichon, 1891. 233 p. Edição fac-similada. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02346400#page/1/mode/1up>> Acesso em: 27 jul. 2011.

_____. *A Marinha D'Outrora: subsídios para a História*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, [1894] 1981. 247 p.

PAYER, Maria Onice. Discurso, memória e oralidade. *Revista Horizontes*, [Itatiba, SP], v. 23, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2005. ISSN: 2317-109X. Disponível em: <[http://webp.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-6\[6255\].pdf](http://webp.usf.edu.br/edusf/publicacoes/RevistaHorizontes/Volume_03/uploadAddress/horizontes-6[6255].pdf)> Acesso em: 25 jun. 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p 49-57.

REPÚBLICA. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. v. 1. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1107-1109.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 17.

RUY BARBOZA, 2013. Disponível em< <http://blog.ambracollege.com/ruy-barbosa/>> Acesso em: 2 mar. 2014.

SANTOS, Elias. Manifesto: um gênero para o exercício da cidadania. In: DELLISOLA, Regina Lúcia Péret (Org.). *Nos domínios dos Gêneros Textuais*. V.1. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. p. 62-66.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2014. *Rufino Enéas Gustavo Galvão (Visconde de Maracaju)*. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-da-corte-desde-1808/rufino-ena-c-as-gustavo-galvapo>> Acesso em: 2 mar. 2014.

TESTAMENTO. In: SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 240. Disponível em: < http://www.integrawebsites.com.br/versao_1/arquivos/d8545a815ba082afcb-4d6d067b471373.pdf > Acesso em: 21 jan. 2014.

TESTEMUNHA. In: SANTOS, Washington dos. *Dicionário Jurídico Brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 240. Disponível em: < http://www.integrawebsites.com.br/versao_1/arquivos/d8545a815ba082afcb-4d6d067b471373.pdf > Acesso em: 21 jan. 2014.

WEINRICH, Harald. Prefácio; Arte de Lembrar - Arte de Esquecer (Simônides, Temístocles). In: _____. *Lete – Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-34.

YATES, Frances Amelia. As Três Fontes Latinas da Arte Clássica da Memória. In: _____. *A arte da memória*. Tradução de Flávia Bancher. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p. 17-45.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Categories modais dos atos alocutivos na **Introdução**

Categorias modais dos atos alocutivos	Ocorrências na Introdução			
	Corpo do texto	Total	Roda-pé	Total
1. Interpelação	p. 5, p. 11	2	-	-
2. Injunção	p. 1, p. 4, p. 5, p. 14	4	-	-
3. Autorização	p. 28	1	-	-
4. Aviso	-	-	-	-
5. Julgamento				
5.1. Julgamento positivo	-	-	-	-
5.2. Julgamento negativo	-	-	-	-
6. Sugestão	-	-	-	-
7. Proposta	-		-	-
8. Interrogação (pergunta retórica)	p. 10, p. 13, p. 13, p. 13, p. 14, p. 14, p. 14, p. 14, p. 17	9	-	-
9. Petição (pedido para fazer)	p. 28	1	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE B

Categorias modais dos atos elocutivos na **Introdução**

Categorias modais dos atos elocutivos	Ocorrências na Introdução			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Constatação	-	-	p. 10, p. 17, p. 18, p. 22	4
2. Saber	p. 8, p. 11, p. 13	3	-	-
3. Ignorância	p. 8, p. 8, p. 11, p. 21	4	-	-
4.1. Opinião – convicção	p. 10, p. 13, p. 26	3	p. 18	1
4.2. Opinião – suposição	p. 3, p. 10, p. 12, p. 14	4	-	-
5. Apreciação	-	-	-	-
5.1. Obrigação interna	p. 1	1	-	-
5.2. Obrigação externa	p. 24	1	-	-
6. Possibilidade (se)	-	-	-	-
7.1. Querer – desejo	p. 1, p. 1, p. 1, p. 1, p. 5	4	-	-
7.2. Querer – anseio	p. 15, p. 23, p. 26, p. 26	4	-	-
7.3. Querer – exigência	-	-	-	-
8. Promessa	p. 5, p. 17, p. 17, p. 28	4	-	-
9. 1. Aceitação	-	-	-	-
9.2. Recusa	p. 5, p. 5, p. 6, p. 25, p. 28	5	-	-
10. 1. Concordância	-	-	-	-
10.2. Discordância	p. 16	1	-	-
11. Declaração	p. 6	1	-	-

11.1. Confissão	-	-	-	-
11.2. Revelação	-	-	-	-
11.3. Afirmação	p. 9, p. 19	2	-	-
11.4. Confirmação	p. 9, p. 21, p. 23	3	-	-
12. Proclamação			-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE C

Categorias modais dos atos delocutivos na **Introdução**

Categorias modais dos atos delocutivos	Ocorrências na Introdução			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Asserção	-	-	-	-
1.1 Constatação	p. 1, p. 4	2	-	-
1.2 Evidência	p. 4, p. 7, p. 9, p. 10, p. 12, p. 13	6	-	-
1.3 Probabilidade	-	-	-	-
1.4 Apreciação favorável	-	-	-	-
1.5 Apreciação desfavorável	p. 26, p. 26	2	-	-
1.6 Obrigação	p. 1	1	-	-
1.7 Possibilidade (de fazer / se)	-	-	-	-
1.8 Anseio	-	-	-	-
1.9 Exigência	-	-	-	-
1.10 Aceitação	-	-	-	-
1.11 Recusa	-	-	-	-
1.12 Confissão	-	-	-	-
1.13 Confirmação	p. 27, p. 28	2	-	-
2. Discurso Relatado			-	-
2.1 Citado	p. 2, p. 3, p. 4, p. 5, p. 5, p. 6, p. 7, p. 8, p. 9, p. 9, p. 10, p. 11, p. 12, p. 13, p. 16, p. 22, p. 24, p. 25	20	-	-
2.2 Integrado	p. 6, p. 10, p. 15, p. 27	4	-	-

2.3 Narrativizado	p. 2, p. 3, p. 3, p. 3, p. 4, p. 7, p. 13, p. 13, p. 14, p. 15, p. 16, p. 19, p. 24	12	-	-
2.4 Evocado	p. 6, p. 9, p. 14, p. 20, p. 20	5	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE D

Procedimentos semânticos na **Introdução**

Procedimentos semânticos	Ocorrências na Introdução			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
Domínios de Avaliação	-	-	-	-
1. Domínio da Verdade	-	-	-	-
1.1. Verdadeiro	p. 1, p. 16, p. 21, p. 24	5	-	-
1.2. Falso	p. 4, p. 4	2	-	-
2. Domínio do Estético			-	-
3. Domínio do Ético	p. 4, p. 5, p. 6, p. 8, p. 9, p. 9, p. 12, p. 14, p. 15, p. 15, p. 15, p. 21, p. 24, p. 26, p. 26, p. 26, p. 26, p. 29	17	-	-
3.1. Moral interna				
3.2. Moral externa	-	-	-	-
4. Domínio do Hedônico	-	-	-	-
5. Domínio do Pragmático	-	-	-	-
Valores relativos ao	-	-	-	-
1. Domínio da Verdade	-	-	-	-
2. Domínio do Estético	-	-	-	-
3. Domínio do Ético	p. 9, p. 11, p. 23	3	-	-
4. Domínio do Hedônico	-	-	-	-
5. Domínio do Pragmático	-	-	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE E

Procedimentos discursivos na **Introdução**

(Continua)

Procedimentos discursivos	Ocorrências na Introdução			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Definição	-	-	-	-
1.1. De um ser	p. 1, p. 3, p. 10, p. 23, p. 24, p. 27	5	-	-
1.2. De um comportamento	p. 23, p. 24, p. 26	3	-	-
2. Comparação	-	-	-	-
2.1. Por semelhança	-	-	-	-
2.2. Por dessemelhança	p. 1, p. 11	2	-	-
2.3. Objetiva	-	-	-	-
2.4. Subjetiva	-	-	-	-
3. Descrição narrativa	p. 2, p. 3, p. 3, p. 3, p. 4, p. 7, p. 13, p. 13, p. 14, p. 15, p. 16, p. 19, p. 24	12	-	-
4. Citação	-	-	-	-
4.1. De um dizer	p. 2, p. 3, p. 4, p. 5, p. 5, p. 6, p. 7, p. 8, p. 9, p. 9, p. 10, p. 11, p. 12, p. 13, p. 16, p. 22, p. 24, p. 25	16	-	-
4.2. De uma experiência	-	-	-	-
4.3. De um saber	-	-	-	-
5. Acumulação	-	-	-	-
5.1. Simples acumulação	p. 1, p. 12, p. 13, p. 23	4	-	-
5.2. Gradação	p. 20	1	-	-
5.3. (Falsa) tautologia	-	-	-	-
6. Questionamento	-	-	-	-
6.1. Incitação a fazer	-	-	-	-
6.2. Proposta de uma escolha	-	-	-	-
6.3. Verificação de um saber	-	-	-	-

Procedimentos discursivos	Ocorrências na Introdução			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
6.4. Provocação	p. 10, p. 13, p. 13, p. 13, p. 14, p. 14, p. 14, p. 14, p. 17	9	-	-
6.5. Denegação	p. 9, p. 23	2	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE F

Procedimentos de composição na **Introdução**

Procedimentos de composição	Ocorrências na Introdução			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Composição linear	-	-	-	-
1.1. Etapas da argumentação	-	-	-	-
1.1.1. Começo	p. 17	1	-	-
1.1.2. Transição	p. 17, p. 18, p. 19, p. 20	4	-	-
1.1.3. Fim	p. 20	1	-	-
1.2. O vai e vem	-	-	-	-
1.2.1. Retomadas	p. 3, p. 4, p. 23, p. 25	4	-	-
1.2.2. Anúncios	p. 1, p. 2, p. 2, p. 4, p. 5, p. 7, p. 8, p. 9, p. 11, p. 12, p. 16, p. 17, p. 17, p. 19, p. 24, p. 26	16	p. 22	1
1.3. Os tempos fortes	p. 2, p. 4, p. 14, p. 20, p. 25, p. 26	6	-	-
2. Composição classificatória	-	-	-	-
2.1. Resumos	p. 17 (tabela), p. 24	2	-	-
2.2. Quadros	-	-	-	-
2.3. Figuras	-	-	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE G

Categorias modais dos atos alocutivos no Manifesto

O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos

Categorias modais dos atos alocutivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Interpelação	p. 37, p. 67, p. 77, p. 80, p. 99, p. 107	6	-	-
2. Injunção	p. 52, p. 52, p. 53, p. 57, p. 57, p. 64, p. 88, p. 103, p. 107	9	p. 33, p. 45, p. 92, p. 108	4
3. Autorização	p. 57	1	-	-
4. Aviso	p. 107	1	-	-
5. Julgamento	p. 31, p. 42, p. 65, p. 85, p. 85	5	-	-
5.1. Julgamento positivo				
5.2 Julgamento negativo	p. 78, p. 78, p. 80	3	-	-
6. Sugestão	p. 107	1	-	-
7. Proposta	p. 31	1	-	-
8. Interrogação (pergunta retórica)	p. 40, p. 41, p. 41, p. 51, p. 62, p. 62, p. 83, p. 88, p. 88, p. 88, p. 95, p. 96, p. 96, p. 96, p. 98, p. 104, p. 104, p. 104, p. 105, p. 106, p. 107	21	p. 91	1
8. Petição (pedido para fazer)	-	-	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE H

Categorias modais dos atos elocutivos no Manifesto

O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos

(Continua)

Categorias modais dos atos elocutivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Constatação	P. 36, p. 43, p. 53, p. 59, p. 59, p. 61, p. 67, p. 85, p. 85, p. 96, p. 96, p. 97	12	p. 45, p. 58, p. 61, p. 65, p. 71, p. 73, p. 74, p. 82, p. 91, p. 93, p. 99, p. 108, p. 108	13
2. Saber	p. 31, p. 31, p. 35, p. 43, p. 52, p. 54, p. 66, p. 73, p. 73	9	p. 73	1
3. Ignorância	p. 33, p. 34, p. 42, p. 42 (citação), p. 80, p. 104	5	p. 68	1
4.1. Opinião – convicção	p. 31, p. 60, p. 76, p. 85, p. 97, p. 107	6	-	-
4.2. Opinião – suposição	p. 33, p. 33, p. 40, p. 50, p. 59, p. 77	6	p. 46	1
5. Apreciação	p. 60, p. 84	2	-	-
5.1. Obrigação interna	p. 31, p. 50, p. 71, p. 73, p. 84	5	p. 48	1
5.2. Obrigação externa	p. 99, p. 106	2	-	-
6. Possibilidade (se)	p. 66, p. 81, p. 96, p. 97, p. 107	5	-	-
7.1. Querer – desejo	p. 32	1	-	-

7.2. Querer – anseio	p. 51	1	-	-
7.3. Querer – exigência	-	-	-	-
8. Promessa	p. 32, p. 32, p. 34, p. 35, p. 39, p. 69, p. 73, p. 81, p. 83, p. 85, p. 85, p. 88, p. 99	13	p. 55, p. 58	2
9. 1. Aceitação	-	-	-	-
9.2. Recusa	-	-	-	-
10. 1. Concordância	p. 61	1	-	-
10.2. Discordância	-	-	p. 43, p. 65, p. 73, p. 74	4

(Conclusão)

Categorias modais dos atos elocutivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
11. Declaração	p. 84, p. 97	2	-	-
11.1. Confissão	p. 33, p. 42, p. 71	3	-	-
11.2. Revelação	p. 37, p. 75, p. 80, p. 80, p. 83, p. 83, p. 82, p. 82, p. 82, p. 82, p. 83, p. 83, p. 86, p. 86, p. 87, p. 89, p. 90, p. 90, p. 93, p. 93, p. 94	21	-	-
11.3. Afirmação	p. 69	1	p. 42, p. 99	2
11.4. Confirmação	-	-	p. 51, p. 52, p. 74	3
12. Proclamação	-	-	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE I

Categorias modais dos atos delocutivos no Manifesto

O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos

(Continua)

Categorias modais dos atos delocutivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Asserção				
1.1 Constatação	p. 35, p. 36, p. 36, p. 41, p. 41, p. 42, p. 43, p. 102	8	p. 41, p. 46, p. 56, p. 63, p. 105	5
1.2 Evidência	p. 35, p. 36, p. 59, p. 73, p. 99, p. 106, p. 108	7	p. 100	1
1.3 Probabilidade	p. 35, p. 51, p. 52, p. 92, p. 106, p. 107	6	-	-
1.4 Apreciação favorável	p. 31, p. 42, p. 79, p. 84, p. 85, p. 85	6	-	-
1.5 Apreciação desfavorável	p. 105	1	-	-
1.6 Obrigação	p. 31, p. 107	2	-	-
1.7 Possibilidade (de fazer / se)	p. 59, p. 97, p. 97	3	-	-
1.8 Anseio	p. 105	1	-	-
1.9 Exigência	-	-	-	-
1.10 Aceitação	-	-	-	-
1.11 Recusa	-	-	-	-
1.12 Confissão	-	-	-	-
1.13 Confirmação	p. 36, p. 36, p. 66, p. 66, p. 86, p. 98	6	p. 51, p. 55, p. 73	3

(Continua)

Categorias modais dos atos delocutivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
2. Discurso Relatado				
2.1 Citado	p. 37, p. 45, p. 45, p. 45, p. 45, p. 46, p. 46, p. 47, p. 47d, p. 49d, p. 50d, p. 50d, p. 51, p. 56, p. 56, p. 58, p. 60d, p. 61d, p. 62, p. 63d, p. 63, p. 64f, p. 64f, p. 65f, p. 65f, p. 66, p. 66f, p. 67f, p. 68f, p. 69f, p. 69f, p. 70, p. 70, p. 72d, p. 73, p. 77, p. 78, p. 79, p. 81f, p. 82, p. 83, p. 84	42	p. 38, p. 39, p. 42, p. 44, p. 55, p. 63, p. 91	7
2.2 Integrado	p. 32, p. 35, p. 40, p. 43, p. 44, p. 45, p. 45, p. 45, p. 49, p. 49, p. 49, p. 50, p. 51, p. 52, p. 53, p. 53, p. 53, p. 53, p. 53, p. 53, p. 54, p. 54, p. 54, p. 54, p. 55, p. 55, p. 57, p. 57, p. 57, p. 57, p. 58, p. 58, p. 58, p. 59, p. 60, p. 60, p. 60, p. 61, p. 62, p. 64, p. 64, p. 65, p. 66, p. 67, p. 67, p. 68, p. 68, p. 69, p. 70, p. 73, p. 73, p. 74, p. 74, p. 74, p. 76, p. 76, p. 77, p. 78, p. 79, p. 79, p. 79, p. 79, p. 84, p. 84	65	-	-
2.3 Evocado	p. 75, p. 76, p. 82	3	p. 51, p. 62, p. 91	3

Categorias modais dos atos delocutivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
2.4 Narrativizado	p. 34, p. 34, p. 34, p. 34, p. 34, p. 35, p. 35, p. 35, p. 35, p. 36, p. 36, p. 36, p. 36, p. 37, p. 39, p. 39, p. 40, p. 40, p. 41, p. 41, p. 43, p. 43, p. 44, p. 45, p. 46, p. 46, p. 48, p. 48, p. 48, p. 48, p. 48, p. 48, p. 48, p. 49, p. 51, p. 51, p. 52, p. 52, p. 52, p. 54, p. 55, p. 56, p. 56, p. 56, p. 56, p. 57, p. 57, p. 57, p. 58, p. 58, p. 59, p. 59, p. 59, p. 61, p. 61, p. 61, p. 62, p. 62, p. 62, p. 62, p. 62, p. 64, p. 64, p. 64, p. 65, p. 65, p. 67, p. 67, p. 67, p. 68, p. 68, p. 69, p. 69, p. 70, p. 70, p. 71, p. 71, p. 71, p. 71, p. 72, p. 72, p. 72, p. 73, p. 74, p. 74, p. 74, p. 75, p. 75, p. 75, p. 75, p. 76, p. 76, p. 77, p. 77, p. 78, p. 79, p. 79, p. 80, p. 80, p. 81, p. 81, p. 81, p. 82, p. 82, p. 82, p. 83, p. 83, p. 83, p. 83, p. 84, p. 84, p. 84, p. 85, p. 86, p. 87, p. 88, p. 89, p. 90, p. 91, p. 92, p. 93, p. 94, p. 95, p. 96, p. 97, p. 98, p. 98, p. 98, p. 99, p. 99, p. 99, p. 99, p. 100, p. 100, p. 100, p. 100, p. 100, p. 101, p. 101, p. 101, p. 101, p. 102, p. 102, p. 102, p. 102, p. 102, p. 102, p. 103, p. 103	148	p. 39, p. 91	2

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE J

Procedimentos semânticos no Manifesto O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos

Procedimentos semânticos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
Domínios de Avaliação				
1. Domínio da Verdade				
1.1. Verdadeiro	p. 31, p. 32, p. 35, p. 42, p. 48, p. 49, p. 49, p. 53, p. 59, p. 73, p. 73, p. 80, p. 83, p. 84, p. 85, p. 86, p. 102, p. 104, p. 104, p. 105, p. 105, p. 105, p. 106, p. 106, p. 107, p. 107, p. 107	27	p. 73, p. 74	2
1.2. Falso	p. 52, p. 65, p. 71, p. 76, p. 85, p. 97, p. 97, p. 108	8	p. 43, p. 74	2
2. Domínio do Estético	-	-	-	-
3. Domínio do Ético	p. 108,	1	-	-
3.1. Moral interna	p. 31, p. 31, p. 31, p. 32	4	-	-
3.2. Moral externa	-	-	-	-
4. Domínio do Hedônico	p. 31, p. 32, p. 84, p. 31, p. 35, p. 49	6	-	-
5. Domínio do Pragmático	-	-	-	-
Valores relativos ao				
1. Domínio da Verdade	-	-	-	-
2. Domínio do Estético	-	-	-	-
3. Domínio do Ético	p. 32, p. 32, p. 32, p. 32, p. 33, p. 33, p. 35, p. 36, p. 39, p. 42, p. 50, p. 59	11		

4. Domínio do Hedônico	-	-	-	-
5. Domínio do Pragmático	-	-	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE K

Procedimentos discursivos no Manifesto O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos

(Continua)

Procedimentos discursivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Definição	-	-	-	-
1.1. De um ser	p. 104 (Linha 15-22, 28), p. 105 (Linha 11-12), p. 33 (Linha 24-25)	-	-	-
1.2. De um comportamento	p. 32 (Linha 10-33), p. 33 (Linha 1-6)	-	-	-
2. Comparação		-	-	-
2.1. Por semelhança	p. 34 (Linha 24-25), p. 40 (Linha 23-25), p. 73 (Linha 15-17), p. 86, p. 88 (Linha 14-16), p. 90 (Linha 13-14), p. 105	-	-	-
2.2. Por dessemelhança	p. 70 (Linha 3-4), p. 105, p. 107 (Linha 23-31),	-	-	-
2.3. Objetiva	-	-	-	-
2.4. Subjetiva	-	-	-	-

Procedimentos discursivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
3. Descrição narrativa	p. 34, p. 34, p. 34, p. 34, p. 34, p. 35, p. 35, p. 35, p. 35, p. 36, p. 36, p. 36, p. 36, p. 37, p. 39, p. 39, p. 40, p. 40, p. 41, p. 41, p. 43, p. 43, p. 44, p. 45, p. 46, p. 46, p. 48, p. 48, p. 48, p. 48, p. 48, p. 48, p. 49, p. 51, p. 51, p. 52, p. 52, p. 52, p. 54, p. 55, p. 56, p. 56, p. 56, p. 56, p. 57, p. 57, p. 57, p. 58, p. 58, p. 59, p. 59, p. 59, p. 61, p. 61, p. 61, p. 62, p. 62, p. 62, p. 62, p. 64, p. 64, p. 64, p. 65, p. 65, p. 67, p. 67, p. 67, p. 68, p. 68, p. 69, p. 69, p. 70, p. 70, p. 71, p. 71, p. 71, p. 71, p. 72, p. 72, p. 72, p. 73, p. 74, p. 74, p. 74, p. 75, p. 75, p. 75, p. 75, p. 76, p. 76, p. 77, p. 77, p. 78, p. 79, p. 79, p. 80, p. 80, p. 81, p. 81, p. 81, p. 82, p. 82, p. 82, p. 83, p. 83, p. 83, p. 83, p. 84, p. 84, p. 84, p. 85, p. 98, p. 98, p. 98, p. 99, p. 99, p. 99, p. 99, p. 100, p. 100, p. 100, p. 100, p. 101, p. 101, p. 101, p. 101, p. 101, p. 102, p. 102, p. 102, p. 102, p. 102, p. 103,	136	-	-

Procedimentos discursivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
4. Citação	-	-	p. 39, p. 91	2
4.1. De um dizer	p. 37, p. 45, p. 45, p. 45, p. 45, p. 46, p. 46, p. 47, p. 47d, p. 49d, p. 50d, p. 50d, p. 51, p. 56, p. 56, p. 58, p. 60d, p. 61d, p. 62, p. 63d, p. 63, p. 64f, p. 64f, p. 65f, p. 65f, p. 66, p. 66f, p. 67f, p. 68f, p. 69f, p. 69f, p. 70, p. 70, p. 72d, p. 73, p. 77, p. 78, p. 79, p. 81f, p. 82, p. 83, p. 84, p. 32, p. 35, p. 40, p. 43, p. 44, p. 45, p. 45, p. 45, p. 49, p. 49, p. 49, p. 50, p. 51, p. 52, p. 53, p. 53, p. 53, p. 53, p. 53, p. 53, p. 54, p. 54, p. 54, p. 54, p. 55, p. 55, p. 57, p. 57, p. 57, p. 57, p. 58, p. 58, p. 58, p. 59, p. 60, p. 60, p. 60, p. 61, p. 62, p. 64, p. 64, p. 65, p. 66, p. 67, p. 67, p. 68, p. 68, p. 69, p. 70, p. 73, p. 73, p. 74, p. 74, p. 74, p. 76, p. 76, p. 77, p. 78, p. 79, p. 79, p. 79, p. 79, p. 79, p. 84, p. 84	107	p. 38, p. 39, p. 42, p. 44, p. 55, p. 63, p. 91	7

(Conclusão)

Procedimentos discursivos	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
4.2. De uma experiência	p. 31, p. 60, p. 61, p. 65, p. 68, p. 70, p. 70, p. 76, p. 82, p. 85, p. 85	11	-	-
4.3. De um saber	p. 31, p. 75	-	-	-
5. Acumulação	-	-	-	-
5.1. Simples acumulação	p. 81 (Linha 3-34), p. 82 (Linha 1-28), p. 83 (Linha 1-24), p. 86 (Linha 1-27), p. 87 (Linha 1-31), p. 88 (Linha 1-32), p. 89 (Linha 1-31), p. 90 (Linha 1-26), p. 91 (Linha 1-13), p. 92 (Linha 1-28), p. 93 (Linha 1-26), p. 94 (Linha 1-35), p. 95 (Linha 1-35), p. 96 (Linha 1-33), p. 97 (Linha 1-31)	-	-	-
5.2. Gradação	p. 43, p. 95	-	-	-
5.3. (Falsa) tautologia	-	-	-	-
6. Questionamento	-	-	-	-
6.1. Incitação a fazer	-	-	-	-
6.2. Proposta de uma escolha	p. 106 (Linha 5-9)	-	-	-
6.3. Verificação de um saber	-	-	-	-

6.4. Provocação	p. 40, p. 41, p. 41, p. 51, p. 62, p. 62, p. 83, p. 88, p. 88, p. 88, p. 95, p. 96, p. 96, p. 96, p. 98, p. 104, p. 104, p. 104, p. 105, p. 106, p. 107	21	p. 91	1
-----------------	--	----	-------	---

6.5. Denegação

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE L

Procedimentos de composição no Manifesto O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos

Procedimentos de composição	Ocorrências no Manifesto			
	Corpo do texto	Total	Rodapé	Total
1. Composição linear	-	-	-	-
1.1. Etapas da argumentação	-	-	-	-
1.1.1. Começo	p. 31 (Linha 1-22), p. 32 (Linha 1-8)	-	-	-
1.1.2. Transição	p. 32p. 103	-	-	-
1.1.3. Fim	p. 97-p. 108	-	-	-
1.2. O vai e vem		-	-	-
1.2.1. Retomadas	p. 36, p. 43, p. 53, p. 67, p. 68, p. 89, p. 92, p. 94, p. 97, p. 98 p. 32, p. 32, p. 34, p. 35, p. 37 (Linha 6, 7, 9), p. 39, p.	9	p. 61, p. 91, p. 93, p. 99	4
1.2.2. Anúncios	41, p. 69, p. 73, p. 80, p. 83, p. 85, p. 85, p. 86, p. 88, p. 88, p. 99	14	p. 44, p. 55, p. 58, p. 82	3
1.3. Os tempos fortes	p. 41, p. 90, p. 92, p. 97, p. 98, p. 99, p. 103, p. 107	8	p. 33 (Li- nha 1)	1
2. Composição classificatória	-	-	-	-
2.1. Resumos	p. 99	1		
2.2. Quadros	-	-	-	-
2.3. Figuras	-	-	-	-

FONTE: Dados da pesquisa.

APÊNDICE M

Ocorrências de Notas de Rodapé na obra **Advento da Dictadura Militar no Brazil**

	1889	1890	1891	Total
Introdução	-	p. 5-6, p. 10?, p. 17-18, , p. 25	p. 10?, p. 22	
Total	-	3/4	2	5
Manifesto	p. 39, p. 44	-	p. 31, p. 33, p. 38-39, p. 41-42, p. 43, p. 43, p. 45, p. 46, p. 47-48, p. 51, p. 52, p. 52, p. 55, p. 56, p. 58, p. 61, p. 62, p. 63-64, p. 65, p. 68, p. 71, p. 73-74, p. 74, p. 82, p. 83, p. 88, p. 91-92, p. 92, p. 93, p. 96, p. 96, p. 99-100, p. 105, p. 108, p. 108	
Total	2	-	35	37
Total Geral				42

FONTE: Dados da pesquisa.

SOBRE A AUTORA

Nárllel Dayane Advíncula-Miguel é Mestre em Letras: Estudos da Linguagem, pela Universidade Federal de Ouro Preto. Possui graduação em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, com especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Literatura, pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP).

"Este livro foi desenvolvido com as fontes *Berkeley Oldstyle*
e *Pill Gothic*, conforme Projeto Gráfico aprovado pela
Diretoria da Editora UFOP em 2014."

O Manifesto O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos, escrito por Afonso Celso de Assis Figueiredo – o Visconde de Ouro Preto –, em 1891, nos traz impressões e reminiscências acerca da Proclamação da República no Brasil. Verdade ou não, o fato é que o Visconde descortina fatos, tramas e personagens protagonistas do “15 de novembro de 1889”. Considerada por ele mesmo como “subsídios para a História”, sua escrita nos conduz a um passeio instigante pela História em meio a discursos e contradiscursos. Um palco extremamente fecundo que, num certo sentido, resultou neste livro uma viagem “linguisticamente fascinante” pelas vias do discurso, da memória e da História.



editora **UFOP**



9 788528 803549